

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

MARCELO PARREIRA VASCONCELLOS

**AS CORRENTES IDEOLÓGICAS NA FORMAÇÃO DO NOVO
SINDICALISMO (SÃO BERNARDO:1968/1978)**

Campinas
Agosto/ 2005

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcelo Parreira Vasconcellos

**AS CORRENTES IDEOLÓGICAS NA FORMAÇÃO DO
NOVO SINDICALISMO (SÃO BERNARDO: 1968/1978)**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política
apresentada ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Armando Boito Júnior.

Este exemplar corresponde a versão final
da dissertação defendida e aprovada pela Comissão
Julgadora em 25 de Agosto de 2005.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Armando Boito Júnior
Profa. Dra. Andreia Galvão
Prof. Dr. Iram Jacomé Rodrigues



Suplente:

Prof. Dr. Alvaro Gabriel Bianchi Mendez
Profa. Dra. Patrícia Trópia

Agosto/2005

UNIDADE	IFCH
Nº CHAMADA	IFUNICAMP
V	EX
TOMBO BC/	65863
PROC.	16-86-05
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	1,00
DATA	30/9/05
Nº CPD	

Bib ID 365710

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

V441c Vasconcellos, Marcelo Parreira
As correntes ideológicas na formação do novo sindicalismo
(São Bernardo: 1968/1978) / Marcelo Parreira Vasconcellos. - -
Campinas, SP : [s. n.], 2005.

Orientador: Armando Boito Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Sindicalismo - São Bernardo do Campo (SP) - 1968-1978.
2. Corporativismo. 3. Movimento operário - Brasil. 4. Ideologia.
I. Boito Júnior, Armando. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

(cc/ifch)

Palavras - chave em inglês (Keywords): Syndicalism - São Bernardo do Campo (SP).
Corporatism.
Labor movement - Brazil.
Ideology.

Área de concentração : Relações de Trabalho e Organização de Interesses.

Titulação : Mestrado em Ciência Política.

Banca examinadora : Armando Boito Júnior, Iram Jacome Rodrigues, Andréia Galvão.

Data da defesa : 25/08/2005.

2009, 11/11/2009

Dedico a presente dissertação a minha esposa,
Fabrícia Eliane Silva Vasconcellos, pelo amor,
paciência e colaboração nas revisões.

SUMÁRIO:

Introdução.....	1
1. Rediscutindo os economicismos operários.....	11
1.1. Obreirismo e economicismo classista.....	12
1.2. Economicismo corporativista e aristocracia operária.....	16
2. Conjuntura nacional e a história do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo entre 1964 e 1978.....	20
2.1. O processo de distanciamento e reaproximação entre a diretoria sindical e as correntes comunistas e socialistas: 1964/1968.....	23
2.1.1. As origens do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo: a nova classe operária e o PCB.....	25
2.1.2. O golpe militar, a perseguição das lideranças comunistas e a tentativa de reestruturação do movimento sindical.....	30
2.1.3. Greves de 1968, lutas sociais e repressão	38
2.1.4. A greve de 1968 na Ford Willys de São Bernardo.....	41
2.2. AI-5: a exclusão das correntes comunistas e socialistas e a oposição sindical local.....	44
2.2.1. Entre o AI-5 e o fim do milagre: a formação da oposição sindical do ABC.....	45
2.2.2. 1974/1978: a abertura controlada e o retorno das esquerdas	49
3. As diversas orientações político-ideológicas dos operários entrevistados.....	57
3.1. Novos personagens? Rediscutindo as matrizes ideológicas do novo sindicalismo.....	58
3.2. Características comuns das diversas orientações ideológicas identificadas.....	61
3.2.1. O apego generalizado ao legalismo sindical.....	62
3.2.2. Aristocracia operária, ideologia corporativa e economicismo corporativista....	64
3.2.3. Obreirismo, anti-intelectualismo e economicismo classista	77
3.3. Características distintivas	84
3.3.1. O peleguismo: em defesa do governo e dos patrões.....	84
3.3.2. O assistencialismo: atrair as bases para o sindicato.....	85
3.3.3. As lideranças de base: levar os sindicatos para as fábricas.....	92

3.4. Movimento operário, Partido Comunista Brasileiro, Ação Popular e outros agrupamentos de esquerda: reformismo, luta armada, catolicismo e integração na produção.....	94
3.4.1. A “frente ampla” e seus efeitos no meio sindical: PCB e MDB.....	99
3.4.2. A Ação Popular: catolicismo e maoísmo, integração na produção e comissões de fábrica.....	102
3.4.3. A participação dos trotskistas na formação do Novo Sindicalismo.....	105
3.4.4. A participação da Ala Vermelha na formação do Novo Sindicalismo.....	107
4. Articulações e modelos sindicais em questão: o sindicalismo corporativista e o sindicalismo de base.....	109
4.1. Os sindicalismos de São Bernardo: corporativismo, assistencialismo e cotidiano fabril.....	109
4.1.1. A direção do sindicato oficial entre 1969 e 1977: assistencialismo e lideranças de base.....	109
4.1.2. A oposição sindical de 1972: entre o sindicalismo de base e o retorno ao sindicalismo comunista.....	111
4.2. Por que a oposição sindical não vingou no ABC?	114
Conclusão	118
Bibliografia	121

INTRODUÇÃO:

O objeto deste estudo é o processo de formação do novo sindicalismo em São Bernardo do Campo nas décadas de 1960 e 1970. Trata-se de uma análise das diversas tendências políticas e ideológicas que participaram da formação daquele movimento e das determinações estruturais e conjunturais que as influenciaram e acabaram condicionando o destino de cada uma.

Ao levarmos em conta a presença de tendências políticas diversas no meio operário local, reforçamos a idéia de que o novo sindicalismo foi o resultado da articulação de grupos ideológicos bastante distintos.¹ Para explicarmos tal diversidade de orientações político-ideológicas entre os trabalhadores do setor automotivo, tivemos que debater suas possíveis determinações. Neste ponto, nossa pesquisa deu continuidade a debates sobre as especificidades deste setor, especialmente a discussão sobre a existência de uma aristocracia operária entre os trabalhadores do setor automotivo no Brasil, mas sob outro ângulo, articulando este debate teórico a uma revisão da conjuntura histórica na qual ele ocorreu.

Ao revermos o processo histórico no qual o novo sindicalismo se formou, decidimos adotar um enfoque que articulasse os aspectos conjunturais e estruturais deste processo. Este enfoque permitiu que percebêssemos a ação da *estrutura sindical* em diversos momentos analisados, conforme iremos expor durante a presente dissertação.

O período em questão é conhecido como a “década negra” do sindicalismo brasileiro. Conforme indica a nossa pesquisa, no período imediatamente posterior ao golpe de 1964

¹ Apesar da aparente semelhança entre a pesquisa de Eder Sader e a nossa, seguimos um caminho diferente: enquanto Sader foca a articulação entre movimentos sociais diversos, como por exemplo o movimento sindical e o movimento dos amigos de bairro, nós focamos a diversidade ideológica presente dentro do movimento operário local. Ver SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970/80)*, RJ. Paz e Terra, 1988

não se conseguiu, apesar da forte repressão, destruir totalmente a herança do antigo Partido Comunista do Brasil dentro do movimento sindical. Após o golpe, ocorreu um processo de reestruturação do movimento sindical, que culminou nas greves de 1968, em Osasco, Contagem e São Bernardo, que se juntaram a outras manifestações populares contra a ditadura e tiveram como resposta da ditadura o AI-5.² Não só nos Sindicatos a repressão instaurada pelo AI-5 foi brutal, mas em todos os movimentos sociais que tivessem qualquer atitude crítica à ditadura, mesmo que tal crítica tenha sido apenas suposição dos órgãos de repressão.

No caso do movimento sindical, em 1964 os principais alvos da ditadura foram os membros do antigo Partido Comunista do Brasil, responsáveis pela fundação de inúmeros sindicatos, dentre os quais um sindicato novo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em 1960. As lideranças que sobreviveram à repressão de 1964 dificilmente conseguiram manter-se atuantes no movimento sindical, mas ainda assim parte dos sindicalistas comunistas, principalmente os sindicalistas mais ligados às bases, conseguiram se organizar em algumas fábricas, tal como a Ford³, e até 1968 conseguiram participar de forma limitada da vida sindical regional.

Somente com o AI-5 o processo de exclusão das correntes socialista e comunista⁴ na vida sindical regional foi de todo efetivado, e é justamente este período, que se inicia após a greve da Ford-Willys em 1968 e termina com o início do novo ciclo grevista de 1978, que

² ALMEIDA, M. H. T. *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983; e WEFFORT, F. C., "Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco - 1968" in *Caderno 5*. Cebrap, SP, 1972.

³ NEGRO, A. L. *Ford-Willys anos 60: sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*, dissertação de mestrado: IFCH- UNICAMP, Campinas, SP, 1994.

⁴ Chamamos de correntes comunista os militantes e simpatizantes do PCB, que se manteve expressamente ligado ao Partido Comunista da União Soviética. Há ainda outras correntes bastante distintas entre si, que provisoriamente agrupamos como "correntes socialistas", cuja única identidade era a luta contra a ditadura militar e alguma inspiração no marxismo. Dentro do possível, tentaremos explicitar sempre a matriz ideológica de cada uma destas correntes. Por hora, podemos destacar entre estes diversos grupos os militantes da Ação Popular Marxista-Leninista e da Convergência Socialista, cuja presença no processo de formação do Novo Sindicalismo já foi indicado por outros autores.

será investigado em nossa pesquisa. A maioria dos autores se refere apenas superficialmente ao período⁵, por uma razão clara: a ausência de material de campo, de pesquisas realizadas na região com agentes dos processos reivindicatórios de então. Tal lacuna não se deve ao descaso dos pesquisadores, mas sim à dificuldade de obter informações sobre um período no qual boa parte dos agentes envolvidos desapareceu na obscuridade. Esforçamo-nos para preencher parte destas lacunas através de entrevistas com os ativistas sindicais daquela época que conseguimos localizar. Nossa busca pelos personagens esquecidos da história do movimento operário do ABC tornou possível resgatar estes eventos e reconstituí-los em uma pesquisa original, que rediscute questões teóricas e históricas sobre um período e uma região que iria ter um papel central para o novo sindicalismo e tudo que dele decorreu.

I- O tema e as hipóteses frente a bibliografia:

A delimitação de nosso objeto de pesquisa nos levou aos estudos sobre o sindicalismo brasileiro. Dentre as diversas discussões que este campo de estudo comporta, duas se mostraram diretamente ligadas a nossa pesquisa: o debate entre Jonh Humphrey e Maria Hermínia de Almeida sobre o comportamento político dos metalúrgicos do setor automotivo brasileiro durante a década de 70; e a discussão de Armando Boito Júnior sobre o peso da estrutura jurídico-política burguesa, via aparelho sindical estatal, na desmobilização do movimento operário. Esperamos que nossa dissertação possa de alguma maneira enriquecer ambas.

a) O corporativismo e o economicismo dos operários do setor automotivo:

⁵ SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970/80)*, RJ, Paz e Terra, 1988; e ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista - as greves de 1978/80*, Campinas, Editora da Unicamp / SP, Ensaio, 1988. Em ambos, a temática deste projeto é resumida em poucos parágrafos. A exceção é o trabalho de Antonio Negro, que foi uma das principais fontes para a presente pesquisa.

Na bibliografia sobre o sindicalismo imediatamente anterior às greves do final da década de 70, há uma polêmica sobre o grau de politização de setores da classe operária, em especial no setor automotivo. Ou os pesquisadores viam nos movimentos deste setor uma tendência à politização crescente, ou viam nestes a formação de um sindicato economicista. Os mais conhecidos defensores de cada tese são, respectivamente, John Humphrey e Maria Hermínia de Almeida.

Tendo vindo ao Brasil em 1975, John Humphrey realizou uma pesquisa em algumas fábricas de São Paulo e São Bernardo do Campo, criticando os estudos anteriores sobre a tendência de formação de uma “aristocracia operária” na indústria automobilística:

“De acordo com a posição geral, Almeida explica as atividades dos operários da indústria automobilística referindo-se à diferenciação crescente da indústria. Seu argumento implica que as formas de ação e de organização adotadas por estes trabalhadores não seriam adequadas ou relevantes para os que estivessem fora do setor moderno. Contudo, é possível sustentar uma linha bem diferente no que diz respeito à relação entre os vários segmentos da classe operária. (...), é possível afirmar que todos os segmentos da classe operária têm se defrontado com problemas semelhantes depois do golpe militar — os salários controlados pelo Estado e uma deterioração das condições de trabalho. Os operários da indústria automobilística enfrentaram estes mesmos problemas ...”⁶

Muitos consideram que Humphrey “acertou”, pois a tese da politização daquela categoria teria se confirmado pelas greves de 1978-1980, pouco antes da publicação da sua obra. Para estes, as greves de 1978 e 1979 e a formação tanto do PT quanto da CUT negaram a tese do sindicalismo economicista e corporativista. Um exemplo é Ricardo Antunes: “A tese básica desenvolvida por Humphrey tem como móvel central apontar os erros e equívocos daqueles que caracterizavam o operariado deste ramo como sendo expressão de uma aristocracia do trabalho”⁷

⁶ HUMPHREY, J. *Fazendo o milagre, controle capitalista e luta operária na indústria automotiva brasileira*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982. páginas 158 e 159.

⁷ ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista - as greves de 1978/80*, Campinas, Editora da Unicamp / SP, Ensaio, 1988., página 143

Mas será que a tendência à politização era de fato única naquele período? Em um artigo publicado em 1975 (e criticado por Humphrey), Maria Hermínia Tavares de Almeida analisou as tendências de mudanças de organização no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo:

“Esse conjunto de contradições anteriormente apontadas terminou por delinear uma temática nova, agitada por uma espécie de corrente do movimento sindical, que, não por acaso, surgiu nos sindicatos de trabalhadores e empregados em atividades ‘de ponta’. Essa temática assenta-se em três pilares: reajustes salariais que acompanhem o crescimento da produtividade da empresa, ou pelo menos do setor; contratação coletiva entre sindicato e empresa, ou grupo de empresas; reconhecimento da organização sindical e dos trabalhadores no interior dos estabelecimentos fabris (comitês de empresa e delegados sindicais de empresa). Em fins de conta, o que se busca é uma alteração profunda na relação empresários, trabalhadores e Estado e, em consequência, na organização sindical”.⁸

Ela apontou neste trabalho uma tendência à formação de um tipo de sindicalismo próximo ao americano: ao mesmo tempo combativo e “apolítico”⁹, centrado nas grandes empresas automobilísticas da região.

“De qualquer forma, é possível afirmar que o grupo dirigente dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, juntamente com a liderança metalúrgica de São Paulo, constitui o embrião de uma nova corrente do movimento sindical brasileiro, a formular um projeto organizatório e político-sindical mais afinado com os interesses do setor ‘moderno’ dos assalariados fabris”¹⁰

As especificidades setoriais dos operários do setor automotivo discutidas por Jonh Humphrey e Maria Hermínia de Almeida serão levadas em conta na presente pesquisa, já

⁸ ALMEIDA, M. H. T. “Sindicato no Brasil: novos Problemas, velhas Estruturas” in *Debate e Crítica* 6, julho, 1975, página 68.

⁹ Preferimos falar em “economicista” do que “apolítico”, pois a palavra apolítico passa a falsa idéia de que este tipo de sindicalismo não desenvolvia nenhuma atividade política. Na verdade, o sindicalismo economicista desenvolve sim atividades políticas, mas apenas de maneira estritamente conectada aos seus interesses mais imediatos, sem nenhum programa político mais amplo e sem nenhuma articulação com outros movimentos sociais.

¹⁰ ALMEIDA, M. H. T. “Sindicato no Brasil: novos Problemas, velhas Estruturas” in *Debate e Crítica* 6, julho, 1975, página 71.

que se relacionam diretamente com a discussão sobre o corporativismo e o economicismo destes operários.

Nossa pesquisa parece revalidar a tese sobre a tendência corporativista dos operários deste setor, mas em novos termos, considerando as determinações estruturais e conjunturais relacionadas a tal tendência. Pretendemos levar em conta os diferentes momentos históricos que permeiam este debate, pois, tal qual Eric Hobsbawm; consideramos que o mesmo grupo social pode ter posições políticas bastante distintas em conjunturas distintas, fortalecendo ou enfraquecendo tendências estruturalmente determinadas:

“(...) É incorreto supor que qualquer classe ou camada social específica seja revolucionária de forma subjetiva e incorruptível per se – isto é, independentemente da situação histórica concreta em que ela se encontre.”¹¹

Através de nossas entrevistas, pudemos perceber que a maior parte dos agentes entrevistados manteve uma postura de distanciamento em relação aos partidos e movimentos sociais que os procuraram no sindicato ou nas fábricas. A imagem que os agentes tinham destes movimentos era a de uma postura oportunista, que tentava usar o movimento operário mais imediato como massa para lutas pretensamente mais amplas, que do ponto de vista dos sindicalistas e operários não tinham nada a ver com o cotidiano fabril no qual estavam inseridos. Alguns destes mesmos agentes acabaram se aproximando noutro momento dos partidos políticos, ou mesmo participaram da formação do Partido dos Trabalhadores, mas muitos deles permaneceram com uma certa tendência ao desprezo pela atividade especificamente política, sobrevalorizando as atividades especificamente econômicas, tendendo assim a um certo *economicismo*. Parece-nos que tal tendência não pode ser caracterizada como anti-sindical ou anticlassista, e mesmo propostas de organização política não nos parecem estar de todo fechadas para estes operários. Esta possibilidade será analisada mais a fundo na presente dissertação

¹¹ HOBBSAWN, E. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 308.

Isto não significa que não houvesse entre os operários da região uma tendência anticlassista, uma tendência *corporativista*. De fato, há alguns debates anteriores que comprovam a presença de uma tendência corporativista entre os operários do setor automotivo. Apesar da nossa pesquisa também ter percebido a existência desta tendência, não nos parece que a explicação que vincula o economicismo dos operários do setor automotivo à sua origem agrária explica algo além de um primeiro momento deste economicismo¹². A mesma origem agrária destes trabalhadores pode também explicar processos opostos, como a persistência de vínculos comunitários nos bairros operários, onde a prática de mutirões, por exemplo, permitiu a construção de moradias e garantiu a sobrevivência de boa parte destes migrantes que formaram a nova classe operária no ABC paulista.

A indústria automotiva recrutava trabalhadores de origem agrária principalmente porque estes eram a mão-de-obra disponível, mas também por que estes não estavam vinculados a nenhum movimento reivindicativo sólido. Nossa pesquisa indica que as indústrias automotivas ofereciam desde o início uma ideologia corporativa aos trabalhadores de origem rural, tentando se apresentar como meio de ascensão social.

Propomos que a ideologia secretada pela fábrica é um dos principais fatores que fortaleceram uma forma de corporativismo típico do setor automotivo formando uma aristocracia operária automotiva¹³. Nossas entrevistas indicam que tal ideologia atua já no processo de seleção para ingresso nas fábricas do setor automotivo. O setor automotivo sempre se apresentou como um setor de ponta, que demanda mão de obra especializada e que por isto é superior às demais metalúrgicas; prometendo oportunidades de crescimento na carreira a todos os que se dedicarem ao crescimento da firma, o setor automotivo gera nos seus funcionários uma imagem de superioridade em relação às demais fábricas

¹² RODRIGUES, L.M. *Trabalhadores e sindicatos no processo de industrialização*, Tese de livre-docência, FFLCH - USP, 1972.

¹³ Por "aristocracia operária automotiva" estamos nos referindo à tendência "separatista" dos operários do setor automotivo em relação aos demais operários metalúrgicos. Retomaremos esta discussão noutra momento.

metalúrgicas, unindo dentro de seus muros as diferentes classes que participam do cotidiano fabril sob o epíteto da “família da fábrica”, todos interessados no crescimento da empresa em relação às demais; separando o setor metalúrgico da classe operária entre os que trabalham no setor automotivo e os que trabalham numa fábrica menor; regionalmente os metalúrgicos de São Bernardo do Campo em relação aos demais metalúrgicos do Estado de São Paulo, o efeito deste corporativismo não é outro senão a inibição da organização da classe operária enquanto classe. Tal corporativismo supera os muros das fábricas, impregnando as relações sociais além do cotidiano fabril, e chega à relação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo com os demais sindicatos dos metalúrgicos, que foi marcada pela tentativa de se aproveitar da diversidade fabril local em prejuízo de um esforço para unir a categoria ao menos no nível estadual, principalmente entre 1969 e 1975.

b) Estado burguês e Aparelho Sindical:

Muitos dos estudos sobre sindicalismo usam a noção de estrutura sindical, mas poucos são os estudos que explicitam o conceito de estrutura sindical com o qual estão operando. A maior parte dos autores não tem uma percepção do papel dessa estrutura, e entre eles a relação dos sindicatos com o Estado burguês aparece de maneira frágil, como se os sindicatos fossem aparelhos neutros, instrumentos de livre uso que serviriam a qualquer orientação-político ideológica de sua cúpula. Tal é o caso de Luis Werneck Vianna:

“ A complexa urdidura da rede de domínio sobre a vida associativa dos assalariados se reverte no seu contrário. ao ocorrer o assenhoramento dos sindicatos pelo movimento operário livre, fazendo deles firmes cabeças de ponte para calçar sua penetração no interior do aparato estatal, através da própria estrutura vigente”¹⁴

Consideramos tal interpretação *instrumentalista* incorreta. A estrutura sindical brasileira limita o movimento da classe operária, secretando uma ideologia estatista e moldando a ação dos dirigentes sindicais para um sindicalismo de cúpula. A unicidade sindical, que só pode ser assegurada e controlada pelo Estado, impede que se pense a relação sindicato-

¹⁴ VIANNA, L. W. “Questões atuais sobre o sindicalismo” in *Escrita e Ensaio*, n.º4. São Paulo, 1978, p.21.

Estado como relação entre elementos independentes; ela impõe que o sindicato funcione como apêndice do Estado. É o Estado que define qual é o sindicato oficial, o único que tem direito a existir. Desde sua criação até o momento presente, a estrutura sindical brasileira é marcada pelo fetiche do Estado. A estrutura sindical brasileira teve como matriz ideológica original o populismo, mas superou o período histórico dos governos populistas e serviu como base para a organização sindical do período ditatorial militar, mantendo-se sempre o fetiche do Estado¹⁵.

Ainda hoje, esta estrutura produz efeitos na organização sindical brasileira. Nossa pesquisa auxiliará na discussão sobre a estrutura sindical, discutindo a noção de *sindicato de Estado e de governo*.¹⁶ A maior parte dos autores critica superficialmente o que eles chamam de “relação entre o sindicato e o Estado”, mas não critica profundamente nem o sindicato de Estado, nem a unicidade sindical. O descaso para com os efeitos da estrutura sindical sob o movimento operário fez com que os estudiosos do novo sindicalismo não percebessem a influência da mesma no processo de seleção das lideranças “novo sindicalistas”. A estrutura sindical possibilitava um tipo de controle fixo da rotina e do processo de seleção das lideranças a partir de dentro dos sindicatos, ainda mais numa conjuntura ditatorial. Tal estrutura foi fundamental para alijar os comunistas e contribuir, mesmo que indiretamente, para a afirmação da corrente sindical da qual despontou o novo sindicalismo. Portanto, é necessário entender o efeito de seleção de lideranças, provocado pela estrutura sindical de Estado, para entender o processo de formação do novo sindicalismo.

Devemos buscar os efeitos da estrutura sindical na análise dos diversos momentos históricos pesquisados: como tal estrutura se relacionou com a presença comunista na fundação do Sindicato de São Bernardo, como esta estrutura funcionou no momento do golpe e durante o período de intervenção, como esta estrutura influenciou o processo de

¹⁵ BOITO JR., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Editora da Unicamp/ SP, Hucitec, 1991, página 111.

¹⁶ BOITO JR., A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Editora da Unicamp/ SP, Hucitec, 1991, página 56.

seleção de lideranças aptas a assumir a gestão após a intervenção e como a estrutura sindical pode ter favorecido alguma corrente sindical em algum momento.

A possível existência de um corporativismo automotivo na origem do novo sindicalismo e as relações desse movimento nascente com a estrutura sindical são dois temas polêmicos presentes na bibliografia e sobre os quais a nossa reconstituição histórica poderá lançar alguma luz.

1 – REDISCUTINDO OS ECONOMICISMOS OPERÁRIOS:

Para compreendermos as diferentes orientações político-ideológicas dos militantes sindicais envolvidos na formação do “Novo Sindicalismo”, foi-nos essencial o detalhamento de alguns conceitos e noções apresentados nos estudos sobre este processo¹⁷. Uma destas noções diz respeito ao desprezo por toda atividade especificamente política, especialmente as atividades políticas partidárias; entre os operários do setor automotivo no começo da década de 70, algo aparentemente contraditório com a formação de um partido político cujas bases saíram exatamente deste setor, entre o final da mesma década e o início da década de 80. Havia de fato um “economicismo”, entendido como um desprezo pela atividade especificamente política e uma valorização excessiva das reivindicações econômicas; entre os operários metalúrgicos do setor automotivo no começo da década de 70?

A partir das nossas entrevistas, podemos responder que sim. Havia de fato alguma forma de desprezo pela atividade política entre os militantes sindicais da região durante o início da década de 70, inclusive entre alguns militantes que também participaram da formação do Partido dos Trabalhadores alguns anos depois. Havia também alguma forma de sobrevalorização das reivindicações especificamente econômicas no início da década de 70, também entre os mesmos militantes sindicais que participaram do processo de formação do Partido dos Trabalhadores, ainda que não apenas entre estes.

Propomos que tal contradição é apenas aparente. As análises que sobrevalorizam apenas o economicismo operário ou a tendência de organização partidária, pecam por não levarem em conta o peso conjuntural na formação e na superação deste “economicismo”, dito de outra maneira, a contradição entre o desprezo pela atividade política partidária e a criação de um partido político podem ser diferentes expressões de um mesmo setor da classe

¹⁷ Aqui, nos referimos à polêmica entre Almeida e Humphrey, sobre a qual nos referimos anteriormente. Ver ALMEIDA, M. H. T. “Sindicato no Brasil: novos Problemas, velhas Estruturas” in *Debate e Crítica* 6, julho, 1975; e HUMPHREY, J. *Fazendo o milagre, controle capitalista e luta operária na indústria automotiva brasileira*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

operária diante de diferentes determinações conjunturais. Nesta polêmica, tanto Maria Hermínia Tavares de Almeida quanto Jonh Humphrey retrataram corretamente os diferentes momentos analisados, mas cada qual pecou por não visualizar que, noutra conjuntura, tais tendências poderiam ser transformadas.

Mas alguns pontos permanecem obscuros nas observações acima. Trabalhamos com uma noção bastante ampla de economicismo, e, apesar de termos indicado que esta questão já foi discutida de alguma maneira por outros autores e se relaciona diretamente ao processo de formação do novo sindicalismo, permanece a necessidade de apresentarmos a matriz teórica da qual retiramos esta noção ampla de economicismo.

1.1- Obreirismo e economicismo classista:

Para discutirmos o economicismo, nossa referência teórica inicial é a obra de Lênin, “Que Fazer”. Analisando o movimento operário e socialista europeu nos primeiros anos do século XX, Lênin percebe um retrocesso entre parte da social-democracia, que aderiu a um programa mais reformista e menos revolucionário. Estava nascendo naquele momento a cisão entre a social-democracia e o comunismo, que seria reforçada poucos anos depois, durante a primeira guerra mundial.

Para Lênin, este programa político mascarava o *oportunismo* de diversas lideranças da social-democracia europeia, como Bernstein e Vollmar; que defendiam a conciliação de classes enquanto o governo burguês reprimia o movimento operário nas ruas:

“Com efeito, não é segredo para ninguém que, na social-democracia internacional contemporânea se formaram duas tendências cuja luta ora se reaviva e irrompe em chamas, ora se abranda e arde lentamente sob as cinzas de imponentes ‘resoluções de tréguas’. Em que consiste a ‘nova’ tendência que assume uma atitude ‘crítica’ frente ao marxismo ‘velho, dogmático’, disse-o Bernstein e mostrou-o Millerand com suficiente clareza. (...) Millerand deu o exemplo brilhante deste bersteinianismo prático; não foi sem motivo que Bernstein e Vollmar se apressaram a defender e a clogiar tão zelosamente Millerand! (...) Com efeito, se a social-democracia não ‘se, no fundo, senão um partido de reformas (...) porque um ministro socialista não há de encantar todo o mundo burguês com os seus discursos sobre a colaboração das classes? Porque não há de conservar a sua pasta.

mesmo depois dos assassinios de operários pelos gendarmes terem mostrado, pela centésima e a milésima vez, o verdadeiro caráter da colaboração democrática das classes?”¹⁸

Entre os russos, tal tendência era expressa na época pelo *Rabótcheie Dielo*, um informativo da União dos Social-Democratas Russos. Um sintoma deste desvio oportunista entre os social-democratas russos era o fato dos mesmos sobrevalorizarem as reivindicações econômicas e desprezarem toda a atividade especificamente política, numa forma específica de *economicismo*.

Lênin é claro ao não confundir o *economicismo classista* típico do movimento operário *embrionário* com o *economicismo oportunista* dos social-democratas reformistas. Falando sobre a evolução do movimento operário russo entre 1860 e 1890, Lênin comenta:

“Comparadas com esses ‘motins’, as greves da década de 90 poderiam mesmo ser qualificadas de ‘conscientes’, tal foi o progresso do movimento operário durante aquele período. Isto mostra-nos que, no fundo, o ‘elemento espontâneo’ não é mais do que a *forma embrionária* do consciente. E os motins primitivos refletiam já um certo despertar do consciente. Os operários perdiam a fé tradicional na imobilidade do regime que os oprimia, começavam, não direi a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência coletiva e rompiam resolutamente com a submissão servil às autoridades. Mas isto, contudo, era mais uma manifestação de desespero e de vingança do que uma *luta*...”¹⁹

Deixado por si só, esta primeira forma de “instinto” classista conduziria ao trade-unionismo. Segundo Lênin, o trade-unionismo seria a “convicção de que é necessário agrupar-se em sindicatos, lutar contra os patrões, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc.”²⁰ Ao travar contato com o pensamento socialista – produzido inicialmente *fora* do movimento operário, por pensadores oriundos da intelectualidade burguesa – aquele movimento “instintivo” poderia se transformar num movimento socialista, isto é, deixar de buscar apenas as melhores condições de trabalho

¹⁸ LENINE, V. I. “Que Fazer” in *Obras Completas*. Lisboa/Moscou, editora Avante, Edições Progresso, 197, pp. 84, 85.

¹⁹ *Ibidem*, p. 100.

²⁰ *Ibidem*, p. 101

dentro da sociedade burguesa para propor a construção de uma nova forma de organização social que supere as contradições da sociedade capitalista.

Para Lênin, esta primeira forma de instinto classista, e o economicismo decorrente desta fase, seriam características comuns de um primeiro impulso do movimento operário. O problema – e este é o foco da análise de Lênin – ocorre quando os sociais-democratas e os seus periódicos, que deveriam estar lutando dentro do movimento operário para não só na frente econômica, mas também na frente política e teórica, cedem excessivamente à sobrevalorização das reivindicações econômicas imediatas, ao mesmo tempo em que manifestam um certo desprezo pela especificidade da atividade política e teórica:

“Mas o que era um meio mal tornou-se num verdadeiro mal quando esta consciência começou a obscurecer-se (...). quando apareceram pessoas – e mesmo órgãos sociais- democratas – dispostas a erigir os defeitos em virtudes, e que tentaram até dar um fundamento teórico à sua submissão servil e ao seu culto da espontaneidade. É tempo de fazer o balanço desta tendência, muito inexatamente caracterizada pela palavra “economicismo”²¹, termo demasiado estreito para exprimir o seu conteúdo.”²²

Cabe aqui fazermos um breve balanço teórico da noção de economicismo apresentada até aqui. Lênin mostra que, em diferentes momentos e a partir de perspectivas distintas, tanto o movimento operário russo da segunda metade do século XIX quanto uma parte da social-democracia russa do início do século XX, adotaram alguma de sobrevalorização da atividade econômica. Podemos perceber na obra de Lênin duas bases distintas para tal sobrevalorização da atividade econômica: no caso do movimento operário russo desde 1860 até 1890, a base seria um certo “instinto” classista, uma certa ideologia típica de um primeiro momento do movimento operário. Lênin indica esta base diversas vezes através da idéia de “espontaneidade” das massas operárias, contraposta à consciência da social-democracia, além duma certa desconfiança dos operários em relação aos intelectuais:

²¹ A palavra original na tradução portuguesa era “economismo”. Preferimos a palavra “economicismo”, que ao nosso ver reforça o sentido negativo desta tendência, tal qual exposta por Lênin.

²² LENINE, V. I. “Que Fazer” in *Obras Completas*, Lisboa/Moscú, editora Avante. Edições Progresso, 1977, p.103

“Em segundo lugar, já na primeira manifestação literária do ‘economicismo’ podemos observar um fenômeno extraordinariamente original e extremamente característico para a compreensão de todas as divergências entre os sociais-democratas contemporâneos: os partidários do movimento puramente operário, os adeptos da ligação mais estreita e mais ‘orgânica’ com a luta proletária, os adversários de todos os intelectuais não-operários (ainda que sejam intelectuais socialistas) vêm-se obrigados, para defender a sua posição, a recorrer aos argumentos dos ‘trade-unionistas’ puros burgueses.”²³

Chamamos esta ideologia operária inicial, que se caracteriza mais como uma percepção primária da luta-de-classes, de **obreirismo**. Seguindo o raciocínio apresentado por Lênin, esta primeira forma rudimentar de ideologia operária poderia:

- a) ou caminhar para o trade-unionismo, caso se encaminhasse para a organização do movimento operário apenas dentro da sociedade burguesa, sem portanto superar totalmente suas tendências negativas, a saber, o economicismo e o antiintelectualismo;
- b) ou ser superada pela formação de uma consciência socialista, quando os operários fossem “impregnados” pela doutrina socialista e passassem a compreender a sua situação de classe revolucionária.

Mas no “O Que Fazer”, o foco de Lênin não é o obreirismo. Lênin na verdade parece bem mais preocupado com o economicismo que caracteriza uma parte da social-democracia russa. Este economicismo não teria como base esta ideologia típica da primeira fase do movimento operário russo, mas sim a aproximação cada vez maior entre as lideranças sociais-democratas e os governos burgueses. Lênin identifica esta ideologia como uma forma de oportunismo. Para nós, no entanto, interessa muito mais a discussão leninista sobre aquilo que ele identificou como o instinto “espontâneo” operário, que nós nomeamos de **obreirismo**. A partir da discussão apresentada acima, formulamos as seguintes hipóteses:

²³ *ibidem*, p. 106

- 1- O economicismo, entendido como uma tendência ao desprezo pelas atividades especificamente políticas e a sobrevalorização das reivindicações especificamente econômicas, pode decorrer de bases ideológicas distintas.
- 2- O obreirismo, entendido como uma ideologia classista rudimentar, típica de um primeiro momento do movimento operário, deixado por si só conduz apenas a formas mais ou menos elaboradas de trade-unionismo, isto é, a formas de organização dos operários que lutem por melhores condições de trabalho dentro da sociedade capitalista. Para que este obreirismo seja de fato superado, é necessária a articulação entre o movimento operário e o movimento socialista.
- 3- Mesmo que nem toda forma de economicismo decorra do trade-unionismo, todo o trade-unionismo será de alguma forma economicista. A formação de partidos trade-unionistas apenas confirma tal hipótese.

1.2- Economicismo corporativista e aristocracia operária:

Após a leitura de Lênin, percebemos que o termo “economicismo” designa mais uma noção teórica do que um conceito específico. Daí a necessidade de qualificarmos o economicismo como classista ou oportunista. Observamos que cada se refere a uma base ideológica específica. Fica assim aberta a possibilidade de, a partir de uma outra base ideológica, formar-se uma outra corrente operária cujas ações tendam ao economicismo.

Observando os militantes sindicais metalúrgicos de São Bernardo do Campo e o processo de formação de seu sindicato, é nítida entre estes a supremacia do setor automotivo. A organização setorial dos operários que trabalham nas fábricas automotivas está na própria origem deste Sindicato, e atravessa diversos momentos de sua história, o que pode ser percebido na tendência deste setor em separar-se dos demais metalúrgicos, especialmente entre os anos de 1969 e 1975.

Havia entre estes operários do setor automotivo uma tendência específica: eles tendiam a agir de maneira fragmentadora, de maneira corporativista. Este corporativismo também conduz à ações economicistas, já que tal tendência ao isolamento de uma parcela dos

metalúrgicos faz com que os mesmos sobrevalorizem suas reivindicações econômicas mais imediatas e desdenhem da articulação política com outros grupos sociais.

Da mesma maneira que fizemos com a noção teórica de economicismo e o conceito que adotamos de obreirismo, cabe aqui indicarmos de onde vem a noção de corporativismo aqui apresentada. Nosso ponto de partida sobre o assunto foi a definição gramsciana de corporativismo, apresentada nos estudos de Gramsci sobre o processo de unificação italiana, que é muito próxima da noção de corporativismo expressada pelo senso comum:

“ (...) O desenrolar dos acontecimentos segue um processo muito interessante. Os representantes do terceiro Estado inicialmente põem apenas as questões que interessam aos componentes físicos atuais do grupo social, aos interesses “corporativos” imediatos (corporativos no sentido tradicional, de imediatos e egoísticos, em sentido mesquinho, de uma determinada categoria): os precursores da Revolução são de fato reformadores moderados, que fazem voz grossa, mas que na realidade pedem bem pouco.”²⁴

Constatamos a existência de dois economicismos decorrentes de bases distintas entre os operários da região: o economicismo classista e o economicismo corporativista. Indicamos que a base ideológica de um deles é o obreirismo, entendido como uma forma rudimentar de ideologia operária. No que se refere ao economicismo corporativista, a identificação de sua base ideológica é uma polêmica dentro da bibliografia: alguns autores, como Leôncio Martins Rodrigues, relacionam ao menos parte do que caracterizamos como um economicismo corporativista com a origem agrária dos operários²⁵; outros, como Maria Hermínia Tavares de Almeida²⁶, relacionam este mesmo economicismo corporativista com o trabalho em setores de ponta da indústria moderna, dito de outra maneira, este economicismo seria um sintoma da existência de uma aristocracia do trabalho entre os operários brasileiros.

²⁴ GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

²⁵ Ver RODRIGUES, L. M. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1966; e RODRIGUES, L.M. *Trabalhadores e Sindicatos no Processo de Industrialização*. Tese de livre-docência, FFLCH - USP, 1972.

²⁶ Ver ALMEIDA, M. H. T. “Sindicato no Brasil: novos Problemas, velhas Estruturas” in *Debate e Crítica* 6, julho, 1975

25/11/2013
17/11/2013

Para explicarmos as especificidades deste tipo de economicismo, acrescentamos um outro conceito em nossa discussão: o conceito de aristocracia do trabalho, ou melhor, de *aristocracia operária*. Nossa referência teórica para o uso de tal conceito é uma obra de Eric Hobsbawm, *Mundos do Trabalho*; na qual o mesmo rediscute o uso da noção de aristocracia operária, desenvolvida a partir de observações de Marx e Engels sobre o movimento operário inglês do século XIX; e especialmente sobre a dificuldade de penetração das idéias socialistas entre alguns setores operários ingleses, que parecia estar totalmente impregnado de valores burgueses.

A discussão de Hobsbawm parte das críticas feita a tal noção durante o século XX, quando o movimento operário inglês e seus sindicatos participaram da criação do *Labour Party*, aparentemente negando a sua suposta tendência economicista. Desde já assinalando a *persistência* do economicismo no processo de criação do *Labour Party*, destacamos uma observação de Hobsbawm, na qual o autor responde aos seus críticos indicando a desatenção dos mesmos para as determinações conjunturais do movimento operário:

“(...) é incorreto supor que qualquer classe ou camada social específica seja revolucionária de forma subjetiva e incorruptível *per se* – isto é, independentemente da situação histórica concreta em que ela se encontre”.²⁷

Hobsbawm defende a existência de uma aristocracia operária no movimento operário inglês durante o século XIX, e identifica o sucesso do *Labour Party* justamente a uma crise desta tendência durante a virada do século XIX e XX:

“A identificação da aristocracia operária em seu período de glória, com um movimento operário reformista e moderado permanece correta. Esta camada poderia se radicalizar política ou socialmente quando sua posição fosse ameaçada ou solapada. E foi isto que aconteceu no século XX”.²⁸

²⁷ HOBBSAWM, E. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 308.

²⁸ *Ibidem*, p. 309.

Este é o momento de apresentarmos tais discussões e não para concluirmos as mesmas. Por hora, consideramos suficiente a exposição acima sobre nossas noções teóricas, conceitos gerais e as teses deles decorrentes. Retornaremos aos mesmos após a discussão da conjuntura nacional e local e o seu papel na consolidação das correntes político-ideológicas que participaram da formação do “Novo Sindicalismo”.

2 – CONJUNTURA NACIONAL E A HISTÓRIA DO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO ENTRE 1964 E 1978:

Nossa pesquisa teve como principal fonte as informações coletadas através de entrevistas. Ao adotarmos esta opção, foi-nos fundamental definirmos uma metodologia de entrevistas que fosse compatível com nossa metodologia geral. Neste ponto, nossa base foi a obra de Michel Thiollent, no qual o autor debate uma metodologia de entrevista baseada em pesquisas feitas por Karl Marx sobre os operários de seu tempo, e dentre os diversos modelos de entrevistas apresentados por este autor, decidimos trabalhar com o modelo semi-estruturado, no qual realizamos nossas entrevistas tendo como base um relatório geral, com temas abertos e sem perguntas fechadas.

“Entre os vários tipos de entrevista distinguiremos: (a) A entrevista dirigida ou padronizada, que consiste em aplicação de um questionário predeterminado, com uma maioria de perguntas fechadas e sem nenhum papel ativo do entrevistador, (b) A entrevista semi-estruturada, aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas. (c) A entrevista centrada (...), na qual, dentro de hipóteses e de certos temas, o entrevistador deixa o entrevistado descrever livremente sua experiência pessoal a respeito. (d) A entrevista não-diretiva, ou entrevista aprofundada, na qual a conversação é iniciada a partir de um tema geral sem estruturação do problema por parte do entrevistador (...)²⁹

A adoção das entrevistas como fonte preferencial não foi uma simples opção metodológica, mas sim uma necessidade imposta pelo objeto de pesquisa, diante do silêncio quase absoluto da mídia e da ausência de registros dentro do próprio sindicato sobre os eventos pesquisados. A maior parte dos registros existentes tratava de forma superficial o processo de formação do novo sindicalismo, focando sua atenção apenas nos acontecimentos posteriores ou imediatamente antecedentes ao ciclo grevista de 1978. Não podemos negar a importância do ciclo grevista do final da década de setenta para os acontecimentos que se seguiram na política nacional: a formação de um partido que pretendia representar diversas frações da classe trabalhadora, o fortalecimento da tendência de união das diversas frações

²⁹ THIOLENT, M. *Crítica Metodológica. Investigação Social e Enquete Operária*, São Paulo. Editora Pólis, 1987, p. 35

do movimento sindical em Centrais e o correspondente enfraquecimento do corporativismo, a crise deste movimento após a derrota do PT em 1989, o processo de aproximação do PT com o neoliberalismo e a chegada do mesmo ao poder através de alianças com representantes do capital nacional e subordinação de seu programa aos interesses do capital internacional.

Olhando este período a partir do ponto no qual estamos agora, podemos perceber que um ciclo se fecha: chegamos ao fim de algo que começou com o chamado novo sindicalismo, sobre o qual há inúmeros registros. Nossa pesquisa está situada noutro terreno: no processo de formação do novo sindicalismo. Sem dúvida, muitas das questões aqui levantadas podem colaborar para explicar o presente, mas esta não é a proposta da presente pesquisa. Nossa proposta geral é rever parte das lacunas históricas sobre o período e o local da gênese do novo sindicalismo, as diversas orientações ideológicas que participaram deste processo e o peso da conjuntura nacional e local no destino de cada uma destas orientações ideológicas.

De fato há diversas lacunas nas pesquisas sobre estes primórdios do novo sindicalismo. Acreditamos que tais lacunas se devam principalmente a ausência de fontes primárias, de relatos feitos pelos agentes envolvidos diretamente nos fenômenos estudados. Decorre daí a falta de aprofundamento sobre este período de gênese do novo sindicalismo, visível em boa parte dos estudos sobre o assunto. Em alguns casos, este processo de gênese acaba sendo resumido a menos de um parágrafo:

“Houve, também, durante esta fase de resistência, diversas tentativas (algumas concretizadas) de ação grevista no ABC, como aquela desencadeada na Mercedes e outra na ferramentaria da Ford, que contou com o desestímulo do Sindicato dos metalúrgicos – na época, liderado por Paulo Vidal”.³⁰

“Nas eleições de 1972, Paulo Vidal enfrentou uma oposição encabeçada por Luciano Galache, metalúrgico da Ford, onde havia participado de uma série de lutas, e diretor de base do sindicato na gestão 1969-1972. A oposição, apoiada pela esquerda, sofreu perseguições da polícia, que prendeu

³⁰ ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC Paulista - as greves de 1978/80*, Campinas, Editora da Unicamp / SP, Ensaio, 1988. p.15).

vários membros da chapa. Lula participou de reuniões da oposição, mas depois aderiu à chapa encabeçada por Paulo Vidal, que foi vitoriosa com cerca de 4800 votos contra 3400”.³¹

Consideramos que a falta de pesquisas de campo é a principal causa da superficialidade dos estudos sobre as origens do novo sindicalismo. Essa ausência de material de campo só pode ser superada através de entrevistas com agentes dos processos reivindicatórios de então. Felizmente, vários dos agentes envolvidos ainda estão vivos, acessíveis para aqueles que se dispuserem a encontra-los em busca de outras visões sobre as origens do novo sindicalismo. E esta foi a nossa proposta de pesquisa: buscar os agentes e questioná-los sobre os acontecimentos e sobre as articulações ideológicas do período em questão.

Não reivindicamos a primazia desta proposta. Na verdade, um estudo recente de Antonio Luigi Negro se aproxima bastante de nossa proposta e objeto, já que também teve que usar como fonte preferencial as entrevistas de campo para estudar o movimento operário no ABC no período que antecede o chamado novo sindicalismo. Consideramos que o trabalho de Negro conseguiu resgatar de forma exemplar as origens do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, bem como as mudanças na vida sindical e operária durante a década de sessenta, impostas pelo golpe militar de 1964, registrando inclusive a expressão local do movimento grevista de 1968 na Ford-Willys de São Bernardo do Campo. No plano histórico, nos baseamos muito em sua pesquisa quando falamos dos movimentos ocorridos em São Bernardo durante a década de sessenta, cabendo a nós apenas ampliar a pesquisa de campo para o período mais obscuro, a década de 70, onde ainda persistem diversas lacunas historiográficas sobre as diferentes articulações ideológicas que participaram do processo de formação do novo sindicalismo. Também nos foi muito útil o conjunto de textos produzidos no período por diversos grupos que lutavam contra a ditadura, todos reunidos e comentados por Celso Frederico nos três volumes que compõem a obra *A esquerda e o movimento operário*.³²

³¹ SADER, E. 1988, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970/80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p.241

³² FREDERICO, C. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a resistência a ditadura*, São Paulo, Novos Rumos, 1987.

Nos esforçamos para preencher parte destas lacunas através das entrevistas que realizamos com os agentes envolvidos que conseguimos localizar. Entrevistamos principalmente dirigentes sindicais ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema entre 1969 e 1978. Também entrevistamos dirigentes do período anterior, tanto antes de 1964 quanto entre 1965 e 1969, bem como pessoas que de alguma forma participaram da oposição sindical local. Nas entrevistas, mantivemos em vista as discussões pertinentes a nossa pesquisa, que podem ser divididas em dois grandes grupos gerais: o da revisão histórica e o das orientações ideológicas. Neste capítulo, focaremos o primeiro grupo de discussões.

2.1 - O processo de distanciamento e reaproximação entre a diretoria sindical e as correntes comunistas e socialistas (1964/1968):

Observando nosso objeto de pesquisa de um ângulo geral, podemos perceber uma correspondência aproximada entre as mudanças ocorridas no Sindicato de São Bernardo do Campo e as mudanças gerais na conjuntura política nacional. Tal correspondência vai além da relação de continuidade existente entre o Estado burguês e o aparelho sindical. Apesar da inegável influência que a relação de continuidade entre o aparelho sindical e o Estado burguês possa ter neste processo, dada as características específicas do sindicalismo na formação social brasileira, características aprofundadas na conjuntura ditatorial, isto explica apenas parcialmente a questão. A repressão aos movimentos sociais foi feita pela ditadura tanto nos aparelhos de Estado quanto nas organizações populares, mas a forma pela qual se deu tal repressão varia de acordo com o tipo de relação que tal instituição mantém com o Estado. Nas organizações populares sem relação de continuidade com o Estado, tal repressão só pode ser a violência contra os agentes ligados a tal movimento. No caso dos

_____. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a crise do milagre brasileiro*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

_____. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a reconstrução*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

aparelhos de Estado, a repressão pode assumir a forma de intervenção, tornando o vínculo entre os agentes da ditadura e as lideranças daquele aparelho tão explícito que torna necessário um conceito complementar para explicar tal situação. Observando o sindicalismo brasileiro, percebemos que os sindicatos brasileiros são em geral sindicatos de Estado, mas em alguns dos momentos analisados essa continuidade entre o Estado e seu aparelho sindical foi tão profunda que nos permite usar o conceito de *Sindicato de Estado e de governo*.

Em um artigo de 1991³³, Armando Boito Júnior defende que entre 1968 e 1978 o sindicalismo brasileiro foi um Sindicalismo de governo. Durante o período em questão, o sindicato brasileiro teria ido além das suas ligações estruturais com o Estado, tendo funcionado também como um sindicato de governo. Com isto, queremos dizer que o controle dos governos ditatoriais sobre os sindicatos neste período foi direto, agindo em toda a rotina sindical, desde as receitas, os gastos até o processo eleitoral. Não por acaso, a maior parte das diretorias de então era composta por pelegos, e os poucos sindicalistas mais combativos estavam castrados de qualquer capacidade de ação.

Ao menos entre 1964 e 1965, o funcionamento do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo como sindicato de governo é inquestionável. A intervenção oficial serviu para afastar as principais lideranças comunistas e antiditatoriais, tal qual foi feito em todos os aparelhos estatais. Mas durante o período de estabilidade da ditadura, o Sindicato de São Bernardo pode ser caracterizado como sindicato de Estado e governo? Entre 1968 e 1978, o Sindicato de São Bernardo estava entre os sindicatos liderados por diretorias pelegas ou estava nas mãos de lideranças independentes? E a independência das lideranças sindicais era possível naquele momento, ou todo o conjunto dos sindicatos brasileiros caracterizava-se pelo sindicalismo de Estado e governo? Não ocorreram mudanças significativas durante este período? Deixaremos em aberto tais questões, que serão retomadas noutro momento.

³³ BOITO JÚNIOR .A. "Reforma e persistência da estrutura sindical" in *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991, pp.46/47.

Para compreendermos o peso dos fatos antecedentes ao AI-5 no processo de formação do chamado “novo sindicalismo”, é necessário retomarmos diversos pontos da história local e nacional. Destacamos dentre estes o processo de fundação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, processo que partiu de lideranças pecebistas; a ruptura representada pelo golpe militar de 1964, com a decorrente perseguição e intervenção que atingiram este sindicato ainda na sua infância; e também o processo de rearticulação parcial do movimento sindical até 1968, ainda com alguma influência do sindicalismo pecebista, e as greves de 1968, como parte de um processo que culminou com o AI-5.

2.1.1- As origens do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – a nova classe operária e o PCB:

Em São Bernardo, o sindicalismo cresceu junto com a formação da chamada “nova classe operária”, nome que designa uma parte da classe operária brasileira ligada ao processo de industrialização acelerada durante os anos 50 e 60. Este processo concentrou diversas fábricas automotivas numa região densamente industrializada, conhecida como ABC paulista. Para servir como mão-de-obra de tais indústrias, milhões de brasileiros se deslocaram de outras regiões, como o interior de São Paulo, Minas Gerais e diversos estados do Nordeste. São principalmente estes grupos sociais que formaram a “nova classe operária”, mesmo que se misturando parcialmente com a antiga classe operária nos bairros populares da grande São Paulo.³⁴

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo nasce tendo como base este grupo social nada homogêneo. Este sindicato era muito novo na época do golpe militar de 1964, já que fora fundado por militantes do PCB em 1959. Antes de 1959, os metalúrgicos de São Bernardo eram representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, onde a militância comunista era muito forte.

³⁴ NEGRO, A. L. *Ford-Willys anos 60: sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*. dissertação de mestrado: IFCH- UNICAMP, Campinas, SP, 1994, pp. 13 e 14.

A partir do momento da fundação até o final da década de 1970, as gestões foram as seguintes: a) gestão Anacleto Potomati: 1960/1964; b) interventor Clemiltre Silva: 1964/1965; c) gestão Afonso Monteiro da Cruz: 1965/1969; d) gestão Paulo Vidal: 1969/1975; e) gestão Lula: 1975/1980. Todos os militantes entrevistados participaram ou da diretoria do sindicato ou das chapas de oposição em ao menos um destes períodos.

Mas porque se resolveu dividir os metalúrgicos de São Bernardo e Santo André em dois sindicatos municipais? A fundação do sindicato em São Bernardo fez parte de uma estratégia do PCB para mobilizar esta classe operária que se formava no ABC paulista, surgindo de uma demanda dos próprios operários de São Bernardo, que não se achavam dignamente representados pelo sindicato de Santo André:

“ Eu perguntei para o Anacleto: ‘Anacleto, o que o pessoal mais quer mais aqui para que a gente faça (...) para mobilizar essa gente?’ Ele disse: ‘olha, o que o pessoal mais quer aqui é que (...) o sindicato seja fundado aqui em São Bernardo’. E eu disse: ‘então vamos fundar!’, e ele disse: ‘ah, mas Santo André é contra’, e eu disse: ‘pode deixar por minha conta!’. Por que aí, eu era membro do comitê estadual [do PCB], membro do comitê municipal daqui de São Bernardo, e membro do comitê de Zona, do qual fazia parte Santo André também, de forma que estava tudo na minha mão.”³⁵

Desde o início, a criação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo contemplava uma demanda específica dos trabalhadores do setor automotivo. Estes não se consideravam devidamente representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, já que a maioria das empresas do setor automotivo do ABC paulista concentrava-se na cidade de São Bernardo do Campo. Havia já naquele momento uma tendência de fragmentação entre os trabalhadores metalúrgicos do ABC, divididos entre os trabalhadores do setor automotivo e trabalhadores de metalúrgicas menores.

³⁵ Entrevista concedida por Orisson Saraiva de Castro ao autor no dia 3 de março de 2003. Orisson Saraiva de Castro foi diretor sindical em São Bernardo durante a primeira gestão do Sindicato de São Bernardo, entre 1960 e o golpe de 1964. Militante comunista, Orisson teve seu mandato cassado e foi perseguido, mas conseguiu escapar da repressão.

Por decisão do próprio PCB, a sua liderança local maior dentro do meio sindical, o nordestino Orisson Saraiva de Castro, não assumiu o posto de presidente. Talvez a decisão de não alocar um notório militante comunista na presidência tenha sido uma necessidade imposta pela estrutura sindical. Durante os primeiros anos de sua fundação, o sindicato teria uma carta provisória, e a presença de um comunista na presidência poderia dificultar a emissão da carta sindical definitiva. Esta possibilidade comprovaria a ação da estrutura sindical no processo de seleção das lideranças, desorganizando o movimento operário.

Há ainda outro ponto, também relacionado à estrutura sindical. Uma das principais características que a estrutura sindical brasileira reforça em todos os sindicatos é o presidencialismo. A figura do presidente possui uma visibilidade e um poder de decisão que distorcem a percepção das bases sindicais, personalizando a vida sindical. Não alocar a sua principal liderança no posto de presidente do sindicato significava poupar a visibilidade excessiva que o presidencialismo sindical geraria, o que ocasionaria uma associação clara entre o sindicato e o partido, que segundo o PCB deveria ser evitada naquele momento. Segundo o próprio Orisson de Castro, o movimento sindical sempre teve uma tendência apartidária, e uma clara posição comunista do sindicato seria um erro:

“O movimento sindical sempre foi apartidário. Sempre foi. E deve ser sempre, e toda a vida, porque a pessoa vem para reivindicar questões... deve ser político, político... mas partidário não. Cada um tem o seu partido, né... sai lá fora e defende as suas ideologias”.³⁶

Isto não impedia que o sindicato se manifestasse politicamente em defesa de “interesses nacionais”. Mesmo que a defesa de tais interesses não fosse exclusividade do PCB, ao menos a definição ideológica de uma *frente* com perspectiva *antiimperialista* era inegavelmente comunista, apesar da leitura diversa do entrevistado:

“Por exemplo, defender ‘o petróleo é nosso’, não é um partido político, isto é uma causa nacional. Defender a reforma agrária não é um partido político, é uma causa nacional, em benefício do progresso, da economia nacional e do homem do campo. Isto não tem nada a ver com o partido político”.³⁷

³⁶ Entrevista concedida por Orisson Saraiva de Castro ao autor no dia 3 de março de 2003.

³⁷ Entrevista citada de Orisson Saraiva de Castro.

Aqui, encontramos um ponto que merece uma reflexão: o sindicato queria manter uma aparência de independência partidária diante de seus associados, mas ao mesmo tempo incorporava as bandeiras do PCB, ou ao menos da frente de partidos com os quais geralmente se aliava PCB, sem dizer isto abertamente. Por que tal simulação era necessária? Propomos que tal simulação tinha ao menos três razões:

- 1) Contornar (sem jamais superar) as limitações impostas pela estrutura sindical ao processo de seleção de lideranças;
- 2) Proteger lideranças sindicais de perseguição anticomunista, e
- 3) Driblar o corporativismo e o obreirismo dos operários do setor automotivo do grande ABC, escondendo dos operários a presença do PCB na fundação do Sindicato.

Tal tática garantiu a fundação do sindicato, mas não impediu que se formasse uma oposição *antipecebista* no mesmo. Como poderemos ver no discurso de diversos entrevistados, a atenção excessiva dada às lutas gerais muitas vezes é apresentada como desprezo às lutas locais. Um exemplo isto disto é a postura de Orisson Saraiva de Castro, militante pecebista, em relação a justificativas para uma greve, num período em que ele estava afastado do sindicato por uma briga interna:

“O Anacleto pega e faz uma greve direto na... no Motor Perkins. Adivinha porque ele causa do que fez a greve? Porque os trabalhadores queriam mudanças na comida! Pô, isto não é próprio para fazer greve, faz um favor. Aí a empresa disse: ‘não, não vou mudar nada e vou mandar todo mundo embora, quem participou da greve.’ Aí o bode comeu. Eles ficaram sem saída e foram ... mandaram ir na minha casa me chamar. Aí eu disse: ‘é, quem foi o herói que fez isto’. Foi o Anacleto. Eu disse: ‘como é Anacleto, você acha que fazer uma greve é assim?... Você faz uma greve assim por prato de comida!’”³⁸

Consideramos que as afirmações do entrevistado indicando este desprezo do PCB por questões do cotidiano fabril aponta para algo: a tática do PCB durante o século XX no

³⁸ Entrevista citada de Orisson Saraiva de Castro.

movimento sindical tendia a uma atuação extremamente cupulista, que privilegiava a luta pelo desenvolvimento industrial do país em detrimento da política especificamente sindical. Ao nosso ver, isto é o produto de uma leitura deformada do “Que Fazer”, de Lênin, feita pelo PCB. Lênin se referia a uma parcela dos membros do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) que faziam apologia da luta imediata no chão da fábrica e queriam transformar o POSDR em mera extensão desta luta. Dito de outra maneira, Lênin buscava a especificidade da luta política socialista em relação à luta sindical. O que a leitura reducionista de Lênin feita pelo PCB gerou foi a deformação desta lógica: a negação de qualquer especificidade da luta sindical em relação à luta partidária, que naquele momento estava aquém do socialismo, já que o PCB lutava apenas pela industrialização com distribuição de renda. Dito de outra maneira, o PCB fazia o simples transporte da plataforma das “lutas nacionais” (e não “lutas socialistas”) do partido para a esfera sindical local, excluindo-se da pauta sindical as condições locais de exploração operária impostas pelo cotidiano fabril.

É principalmente em resposta a esta tática que o elemento antipartidário do operariado local se organizou contra o PCB. A falta de um questionamento dos conflitos entre as bases operárias e os funcionários responsáveis pela gestão da fábrica e o descaso do Sindicato com os problemas cotidianos dos operários são os principais argumentos usados pelos sindicalistas não comunistas para criticar a ação dos comunistas no Sindicato de São Bernardo. Entre os entrevistados, os exemplos são inúmeros:

“Eu tenho até hoje simpatia pelo Partido Comunista. Na verdade, ao passar do tempo, eu cheguei a algumas conclusões, que lamentavelmente as pessoas que ocupavam as direções do partido não atendiam as necessidades de quem reclamava. Então eu achei que não era por aí, eu não continuei mais frequentando e nem apoiando, e nem mais participando de qualquer coisa”.³⁹

“Na época, uma das coisas que me estranhava muito, é que em verdade o interesse dos trabalhadores legitimamente... como eu era peão de fábrica e sentia, era meio secundário nas discussões de natureza política. E nessas vezes, por exemplo, eu cheguei a ir em assembléia pra poder reivindicar

³⁹ Entrevista concedida por Rubens Teodoro de Almeida ao autor no dia 28 de março de 2003. Rubens Teodoro, conhecido no meio sindical como “Rubão”, foi diretor sindical durante a gestão de Paulo Vidal e de Lula, entre 1969 e 1980.

questões relacionadas às condições de trabalho da empresa, e me foi negado este direito e ao mesmo tempo foi aprovado moções de apoio à... a Cuba, de protesto contra o imperialismo americano, não é... então, dava-se a impressão que a esquerda sindical, ela priorizava muito mais os interesses políticos e ideológicos do que os interesses de representação da classe trabalhadora”⁴⁰

Dito isto, é importante ressaltar que o desprezo pelo cotidiano fabril não é uma característica geral dos comunistas em todos os países e de suas políticas, mas sim que *aquela política* do PCB possivelmente induzia este “esquecimento”. A maneira como o PCB concebia a frente política antiimperialista pela industrialização implicava restrições à parte das reivindicações operárias. Muitas vezes, aumentos salariais e melhorias das condições de trabalho podiam ser vistos como conflitos indesejáveis no interior da grande “frente pelo desenvolvimento nacional”.

2.1.2- O golpe militar, a perseguição das lideranças comunistas e a tentativa de reestruturação do movimento sindical:

O período comunista do Sindicato de São Bernardo, bem como todo um período da história sindical brasileira, foi interrompido pelo golpe de 1964. Tal corte foi brutal e generalizado: no primeiro período da intervenção, foram eliminadas da cena política e sindical as principais lideranças sindicais comunistas através da cassação e perseguição⁴¹.

Logo após o golpe, iniciou-se um período de intervenção no sindicato, mas o interventor não dirigiu o sindicato sozinho, convocou membros de diversas correntes sindicais locais, obviamente excluindo as lideranças assumidamente comunistas. Conseqüentemente o sindicato teve um período onde foi abertamente um sindicato de Estado e governo. O interventor Clemiltre Guedes da Silva representa este período, e boa parte dos entrevistados

⁴⁰ Entrevista concedida por Paulo Vidal ao autor no dia 21 de março de 2003. Paulo Vidal foi presidente do Sindicato de São Bernardo entre 1969 e 1975, permanecendo em cargos secundários até 1978.

⁴¹ Ainda assim, a ausência de qualquer resistência significativa do meio sindical ao golpe é um indicativo da continuidade de uma estrutura sindical desorganizadora do movimento operário, como indica Armando Boito Júnior, em *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991, p.14.

tende a minimizar a ligação deste interventor com o governo ditatorial, em especial os entrevistados que tiveram participação na direção do sindicato durante o período ditatorial.

“Precisava ter muito sangue de idealismo correndo nas veias, porque não era fácil ser dirigente sindical na época (pós-64). Você era tachado de pelego pela categoria, porque o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo sempre foi um sindicato atuante, sempre foi. Mesmo na época do interventor, o Clemiltre... em 1964, ele foi obrigado a tomar posição que outros interventores da época não tomaram, porque assim a categoria metalúrgica de São Bernardo... assim exigia. Então nós, dirigentes sindicais da época, nós éramos... nos órgãos de segurança a gente era... tachado como comunista, e pela base metalúrgica a gente era tachado como pelego. Então, era difícil ser dirigente sindical.”⁴²

No início da intervenção, a repressão sindical foi intensa. Entre 1964 e 1965, foram destituídas 433 diretorias sindicais.⁴³ Lideranças como Orisson Saraiva de Castro tiveram que fugir e perderam contato com o movimento sindical no ABC. Outras que já estavam no exterior lá permaneceram:

“Eu fui... escolhido... participei do quarto congresso dos metalúrgicos, em Recife, e lá mesmo eles acharam que eu era a pessoa indicada para fazer uma viagem para a URSS, para... travar conhecimento com o sistema agrário. E eu fui para a URSS em março, e... em abril houve o golpe. Com o golpe eu fui cassado politicamente, além de cassado, passei a viver na clandestinidade porque aí eu não tinha mais estrada livre para voltar, né. E... então,... quando... não pude voltar para o Brasil... aí, eu ia ficar lá noventa dias, fui obrigado a ficar... ficar mais tempo porque não tinha condição de retornar ao Brasil porque se eu retornasse eu poderia ser preso e naquelas condições eu ia... é... fechar a estrada para muitos outros jovens que estavam lá fora e que não ia poder voltar também, né. Então a gente ficou mais tempo, acabou, estudando lá fora filosofia, economia, várias outras matérias e depois quando houve a chance de voltar eu voltei, mas continuei vivendo na clandestinidade no Brasil”.⁴⁴

⁴² Entrevista concedida por Antenor Biolcatti ao autor no dia 24 de março de 2003. Antenor Biolcatti foi diretor sindical durante a gestão de Paulo Vidal, entre 1969 e 1975. Afastou-se da vida sindical para candidatar-se a vereador pelo MDB em Santo André.

⁴³ BOITO JÚNIOR, A. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*, Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991, p.256.

⁴⁴ Entrevista concedida por José Fernandez ao autor no dia 26 de julho de 2002. José Fernandez era militante comunista e foi diretor sindical durante a primeira gestão entre 1960 e 1964. Durante o golpe, estava na URSS, e permaneceu lá exilado durante alguns anos, retornando de maneira clandestina em 1967.

Mas a ditadura não castrava o movimento operário apenas com a repressão. Também a política salarial e sindical fora modificada, afetando diretamente a capacidade de mobilização do movimento operário. A primeira mudança deste período veio ainda em 1964. Os militares instituíram uma nova política salarial, na qual os reajustes anuais dos salários seriam fixados pelo governo, através dos decretos 54.018/64 e 54.228/64. Muitas leis e decretos-lei vieram depois, mas nenhuma delas abalou o estrago que a política salarial governamental causou na capacidade de mobilização operária, que já não poderia pressionar diretamente o capital em busca de melhores salários, através de greves. Mas também as greves haviam sido proibidas, pela lei 4330. O último empecilho trabalhista para o capital internacional era a estabilidade no emprego. Para retirar este obstáculo, a solução não tardou: o governo militar criou o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS).⁴⁵

Passado o primeiro período do golpe, diversas forças tentaram se organizar pela retomada das eleições sindicais. Num esforço para legitimar a ditadura internacionalmente, os militares tentavam passar uma imagem democrática do Brasil no exterior, mas esta máscara não passava despercebida aos olhos mais atentos. Em uma visita à Europa, o então Ministro do Trabalho sofreu uma forte pressão internacional pela retomada das eleições sindicais.

A pressão pela retomada das eleições sindicais também crescia localmente. Juntando-se com sindicalistas de outras correntes sindicais que se opunham à intervenção, os antigos simpatizantes do PCB integraram o grupo de sindicalistas que lutavam pelo retorno das eleições, não só no Sindicato de São Bernardo, mas também em Guarulhos, Osasco, São Caetano e Santo André. Tal grupo buscou apoio de organizações internacionais não identificadas com o comunismo, como a Federação Internacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas (FITIM):

“A partir do golpe, então o sindicato ficou alijado do processo de ação efetiva enquanto... os anseios do trabalhador, né. E nós então criamos nas chamadas bases esse movimento, que a gente se reunia clandestinamente, objetivando retomar o sindicato para os trabalhadores. Com isto... este movimento

⁴⁵ FREDERICO, C. Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a resistência a ditadura. São Paulo, Novos Rumos, 1987. páginas 18-19.

estava em São Bernardo, tinha também em Guarulhos, Osasco, mesmo São Caetano. Santo André... e eu presidia esse movimento, chamado movimento metalúrgico pró-reorganização do sindicato.”⁴⁶

Justamente por serem apenas simpatizantes e não membros filiados ao Partido Comunista, parte destes sindicalistas conseguiram sobreviver a este primeiro ciclo de perseguições. A não adesão formal foi inclusive defendida como tática pelos antigos militantes do PCB, talvez a única possível *dentro do sindicato oficial*:

“Realmente, a única escola política sindical que existia no Brasil era o... pessoal do Partido Comunista Brasileiro, e era o pessoal mais organizado, e com uma visão melhor... e acho que eles estavam de certa forma, muito coerentes. Eles achavam que os quadros deles não deviam assim, aparecer assim ... explicitamente, porque a ditadura tava de olho.”⁴⁷

A volta das eleições sindicais em São Bernardo só foi concedida pelo governo em 1965, num processo cheio de limitações possíveis graças à estrutura sindical. Para que tal resultado fosse obtido, foi necessário o compromisso *formal* dos sindicalistas de São Bernardo com a exclusão das correntes socialista e comunista, principalmente dos sindicalistas ligados ao PCB, que era então a corrente mais forte no meio operário:

“O que nós objetivávamos era uma portaria do Ministério do trabalho liberando as eleições. E a preocupação básica do Ministério do Trabalho e do governo era com relação à... volta dos que eles chamavam... dos comunistas ao sindicato. O sindicato não deveria ser uma célula do partido comunista. E nós mostramos que nós não tínhamos nenhuma vinculação partidária”.⁴⁸

Mas será que este compromisso *formal* foi levado a cabo? Sem dúvida, nenhum militante reconhecido do PCB participou das chapas, mas diversos simpatizantes integraram a mesma, pessoas orientadas pelo próprio PCB a não se apresentarem expressamente como militantes e jamais filiados ao mesmo. O uso destes não simpatizantes possibilitou a

⁴⁶ Entrevista concedida por Mário Ladeia ao autor no dia 18 de fevereiro de 2003. Mário Ladeia foi diretor sindical durante a gestão de Afonso Monteiro da Cruz, entre 1965 e 1968. Afastou-se para candidatar-se a vereador pelo MDB no município de São Bernardo do Campo

⁴⁷ Entrevista citada de Mário Ladeia.

⁴⁸ Entrevista citada de Mário Ladeia.

presença do PCB nos sindicatos, mas sua atuação durante este período, dentro dos sindicatos oficiais só poderia ser periférica.

A retomada das eleições sindicais não foi uma vitória do PCB. A estrutura sindical agiu novamente no processo de seleção de lideranças, limitando a participação do PCB e fortalecendo os seus concorrentes, e mesmo que alguns simpatizantes tenham conseguido participar de forma velada na vida sindical local, parece-nos que sua “retirada” já era anunciada neste momento.

Logo após o primeiro período de intervenção da ditadura nos sindicatos, iniciou-se um período no qual tentou-se recuperar o movimento sindical como um todo⁴⁹. No caso de São Bernardo, entre o fim da intervenção e 1968, ao menos alguns simpatizantes do antigo PCB permaneceram ativos na vida sindical local, aceitando as limitações que lhe foram impostas. Apesar da declaração de apartidarismo, ao menos parte dos sindicalistas do período que se inicia com a retomada das eleições e vai até as greves de 1968 participaram de movimentos que foram incentivados pelo PCB, como o Movimento Sindical Anti Arrocho (MIA). Com o apoio ao MIA, o PCB visava: lutar contra o arrocho salarial causado pela política econômica da ditadura militar e agregar diversas correntes ideológicas que participavam da vida sindical nacional numa entidade intersindical.⁵⁰

O golpe aconteceu num período em que o PCB passava por redefinições internas. Desde a crítica de Krushev ao estalinismo, o PCB ficou dividido. O resultado desta polêmica foi a cisão do PCB em 1961, quando uma fração anti-revisionista decidiu fundar um novo partido, o PC do B, mantendo o nome original de Partido Comunista do Brasil. A maioria do antigo PCB adotou então o nome de Partido Comunista Brasileiro, mantendo a antiga sigla.

⁴⁹ WEFORT, F. C., “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco - 1968” in *Caderno 5*, Cebrap, SP, 1972, p.66.

⁵⁰ VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*, Editora Hucitec, São Paulo, 1982, p.238.

As críticas ao PCB, especialmente à sua aliança com o janguismo, não vinham apenas de antigos dissidentes. Dentro do PCB, formava-se em 1962 um “grupo contra-conciliação”, criticando o desprezo do partido nas bases e o excesso de organização na cúpula sindical, além da extrema confiança no esquema militar janguista. Nos anos seguintes, é desta fração interna, liderada por Mariguela, que surgiram as primeiras críticas a inércia do PCB diante do golpe.

Após o golpe, o PCB tentava se reestruturar na clandestinidade. A primeira reunião foi apenas em 1965. Nesta reunião, o PCB decidiu tentar se reorganizar como partido, mesmo na ilegalidade, e fez algumas autocríticas, partindo principalmente do grupo de Mariguela, mas não optou pela luta armada contra a ditadura⁵¹. Redefinindo sua política de frente ampla, o PCB tentava-se esvaziar a base de apoio dos militares, através do fortalecimento do MDB e da reestruturação do movimento sindical, redefinindo assim a proposta de uma frente ampla contra a ditadura.⁵²

Em 1966, ocorrem manifestações estudantis em algumas grandes capitais, criticando a desnacionalização da economia, o imperialismo norte-americano e as prisões políticas. Nos anos seguintes, o PCB participou de movimentos no meio sindical, especialmente do Movimento Intersindical Anti-Arocho, conhecido como MIA. Entre 1967 e 1968, o MIA realizou 6 encontros em diversos sindicatos metalúrgicos da Grande São Paulo. Nos encontros realizados a partir de 1968, os sindicalistas envolvidos no movimento eram ao mesmo tempo vigiados pela polícia política e pressionados a aderirem à luta armada por movimentos do meio estudantil e organizações egressas do PCB.⁵³ No ato de 1968, na

⁵¹ O único esboço de luta armada contra o golpe militar antes de 1965 foi a fracassada tentativa da “Guerrilha do Caparaó”, oficialmente organizada pela esquerda do PTB sob a liderança de Leonel Brizola, que não chegou a qualquer ação prática. Ver CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*, São Paulo, DIFEL, 1984.

⁵² FREDERICO, C. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a resistência a ditadura*, São Paulo, Novos Rumos, 1987, pp. 50-57.

⁵³ Desde 1967, o antigo PCB rachara em diversos grupos. De um lado, alguns criticavam a fraca penetração do PCB no meio operário e a forte presença da pequena burguesia, dos estudantes e dos intelectuais na organização partidária como a principal falha do PCB antes do golpe. Esse grupo fundaria o PCBR. Outros,

praça da Sé, o então governador Abreu Sodré foi expulso do palanque por grupos que defendiam a luta armada, pela fração mais crítica das oposições sindicais e por militantes da AP⁵⁴. Sobre este ponto, há uma polêmica em torno da participação dos sindicalistas de Osasco, que supostamente formavam a fração mais combativa do MIA. Segundo Heloisa de Souza Martins, houve uma forte participação de militantes da AP oriundos do ABC, que foram para a manifestação estrategicamente armados com “pedrinhas e pedaços de pau”.⁵⁵ O fato é que, a partir dali, o MIA se desestruturou.

Consideramos que houve uma mudança significativa dentro deste período. Principalmente de 1965 em diante, houve uma tendência visível de reestruturação do movimento sindical anterior ao golpe, não só no plano local, mas em diversas outras regiões de alta concentração industrial, como Osasco. A tentativa de rearticulação do movimento sindical anterior ao golpe se deu mesmo sem a presença da maioria das antigas lideranças do PCB, que já estavam mortas, foragidas ou exiladas. Em São Bernardo do Campo, a principal liderança deste período de rearticulação em São Bernardo foi Afonso Monteiro da Cruz, que, junto com Mário Ladeia e outros membros da diretoria do sindicato, participou de movimentos como Movimento Intersindical Anti-Arocho. Já neste período ocorreram pequenas greves localizadas no ABC, em especial na Ford-Willys.⁵⁶

Entre 1964 e 1968, os simpatizantes do PCB sobreviventes permaneceram atuando dentro do possível na vida sindical, já que o processo de seleção de lideranças possibilitado pela estrutura sindical os limitava diretamente. Como dissemos, foram estes sobreviventes que

inspirados pela experiência cubana e pelo pensamento de Régis Debray, criticavam a própria organização partidária de tipo leninista, considerando que o partido é a consequência da revolução e não a sua causa e defendendo a organização de focos guerrilheiros, noutras palavras, aderindo ao “foquismo”. Estes fundam a A.L.N. Ver CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo, DIFEL, 1984.

⁵⁴ FREDERICO, C. *Esquerda e movimento operário. 1964/1984: a resistência a ditadura*, São Paulo. Novos Rumos, 1987, pp.56/57.

⁵⁵ MARTINS, H.H.T.S. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975*, São Paulo: Hucitec, São Caetano: Prefeitura de São Caetano, 1994, pp.203-205.

⁵⁶ BRITO, J.C. *A tomada da Ford. O nascimento de um sindicato livre*. Petrópolis, Vozes, 1983.

se juntaram a sindicalistas de base⁵⁷ e sindicalistas assistencialistas⁵⁸ nos movimentos pela retomada das eleições no Sindicato de São Bernardo. Depois disto, estes sobreviventes integraram o MIA. Tudo isto nos permite afirmar que, apesar de terem assumido um compromisso explícito em manter as lideranças militantes ou simpatizantes do PCB afastadas da vida sindical, a diretoria do Sindicato de São Bernardo contava com sindicalistas simpatizantes do PCB, ao menos até 1968. Por isto, consideramos que o compromisso da diretoria com a exclusão das correntes socialista e comunista após a intervenção não foi levado a fundo até 1968, mas já anunciava o porvir: a participação velada dos comunistas os enfraquecia, ao mesmo tempo que as demais correntes sindicais se fortaleciam.

Mesmo que tal participação das correntes socialista e comunista na vida sindical fosse bastante limitada dada a conjuntura ditatorial, foram formadas chapas de esquerda que participaram da diretoria e os sobreviventes do PCB participaram da formação política dos agentes envolvidos nestas chapas. Pelo que indica parte de nossas entrevistas, alguns militantes da Ação Popular também participaram da vida sindical ainda neste período. Transcrevo abaixo o diálogo entre o autor e o ex- sindicalista Mário Ladeia:

“Mário Ladeia: Ele já faleceu... o Lumumba... ele era uma liderança deste movimento... e tinha também o Onofre Cardoso... que era...”.

Marcelo Vasconcellos: E eles tinham ligação com o partidão?

M.L.: Tinham, tinham. Todos nós tínhamos, através destas fontes... E tínhamos também com um movimento que estava... se articulando bem na igreja, o... a AP.”⁵⁹

⁵⁷ Chamamos de sindicalistas de base aqueles que enfatizam as atividades de mobilização nas fábricas e consideram manter um vínculo de representação com os operários das fábricas na qual trabalham.

⁵⁸ Chamamos de sindicalistas assistencialistas aqueles que enfatizam as atividades assistenciais do sindicato, como convênios de saúde, auxílio jurídico, cursos de alfabetização, muitas vezes em desprezo a lutas contra o capital.

⁵⁹ Entrevista concedida por Mário Ladeia ao autor no dia 18 de fevereiro de 2003, onde o mesmo comentava a greve de 1968 na Ford.

“Em 67 eu fui convidado a participar da... eleição do sindicato. E eu tanto fui... na época. então essa composição que houvera em 65, das duas chapas, ela se desfez em 67, e as duas composições saíram com chapas divergentes e concorrentes entre si... Eu fui chamado pelas duas chapas. E as duas chapas me abriram. inclusive. a participação em qualquer cargo que eu quisesse, menos o de presidente. E eu então , por uma questão de bom senso, que sem falsa modéstia ao longo da vida eu sempre tive. eu conversei muito com o pessoal da direita. Até porque eu entendia de uma certa forma, que algumas posturas do pessoal da direita, quando dizia da unidade com o capital. não sei o que. isso. aquilo... aparentemente se aproximava dos meus pensamentos em relação aos conflitos de classe. Mas depois eu comprovei que isso era uma postura muito mais peleguista do que praticamente uma postura de natureza ideológica. Aí o pessoal de esquerda, eu senti o seguinte... para a minha proposição de aprendizado social, o pessoal da esquerda era muito mais atrativo”⁶⁰

2.1.3- Greves de 1968, lutas sociais e repressão:

Os anos de 1967 e 1968 marcaram grandes mudanças na política nacional. Políticos que até então apoiavam a ditadura, tal como Carlos Lacerda, passaram para a oposição e integraram uma frente ampla contra o governo militar. Após os primeiros anos de relativa estabilidade, o governo militar passava por uma crise dentro de sua base de apoio, baseada na verdade numa cisão ideológica entre os próprios militares:

“ (...) é a crise no interior da própria camada militar dirigente que abre caminho, em 1967, às manifestações de oposição providas de certos setores da classe dominante, das classes populares e dos grupos sociais secundários. Qual a natureza desta crise interna? Três anos após o movimento político militar de 1964, a contradição entre a antiga ideologia e as práticas concretas do setor hegemônico das forças armadas tornava-se cada vez mais evidente: o ‘modelo democrático norte-americano’, enquanto complemento institucional do ‘modelo ocidental de vida’, é cada vez mais inviabilizado pela política autoritária de desenvolvimento. Ora, uma situação como esta não faz mais senão agudizar a tensão , no seio da camada militar dirigente, entre os partidários de uma nova atitude ‘realista’ e os adeptos fiéis da ‘doutrina democrática’.”⁶¹

Nesta conjuntura, os movimentos que lutavam pelo fim da ditadura conseguiram realizar mobilizações consideráveis. Houve manifestações estudantis de repúdio ao assassinato de

⁶⁰ Entrevista concedida por Paulo Vidal Neto ao autor no dia 21 de março de 2003.

Édson Luiz de Lima Souto que reuniram milhares de pessoas em seu velório⁶², manifestações operárias organizadas pelo MIA, manifestações populares organizadas pelas JOC e pela AP em Santo André⁶³, além das greves em Contagem e Osasco⁶⁴. Destas, nos interessam as mobilizações que tiveram alguma relação com o movimento operário e sindical. Destacamos os eventos da Praça da Sé no 1º de maio de 1968, as greves de Contagem Osasco e São Bernardo do Campo.

O último fôlego daquele movimento sindical incentivado pelo PCB resultou nas greves de 1968. Como dissemos, o PCB tentava reorganizar o sindicalismo anterior ao golpe através do Movimento Intersindical Anti-Arrocho. Tal movimento somou-se aos movimentos antiditatoriais incentivados pela frente ampla contra a ditadura. Durante este período, a crise no grupo de apoio da ditadura, noutras palavras, o “racha entre os de cima”, favoreceu a retomada de mobilizações contra a ditadura e a tática da frente ampla defendida pelo PCB.⁶⁵

As greves mais conhecidas de 1968 são as de Contagem e Osasco, registradas no clássico trabalho de Francisco Weffort, escrito em 1972. Neste trabalho, Weffort analisa profundamente essas greves, as lutas operárias que obtiveram maior visibilidade desde o golpe de 1964. Para o autor, um elemento importante de ambas é o que ele chama de “espontaneísmo”, que ele define como um impulso que aponta para novas formas de organização. No caso da greve de Contagem, tal espontaneísmo pode ser justificado pela

⁶¹ SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1984, pp.195-196.

⁶² Ver o sítio www.torturanuncamais-rj.org.br, dia 3 de Junho de 2005

⁶³ MARTINS, H.H.T.S. *Igreja e Movimento Operário no ABC:1954-1975*, São Paulo: Hucitec. São Caetano: Prefeitura de São Caetano, 1994, p. 190.

⁶⁴ WEFFORT, F. C. “Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco - 1968” in *Caderno 5* . São Paulo, Cebrap, 1972.

⁶⁵ Mas dentro do PCB a participação na frente ampla não era uma tática aceita com unanimidade. De parte das frações que criticaram a adesão do PCB ao janguismo antes do golpe e a inércia do partido quando se viu novamente na ilegalidade, organizaram-se grupos de luta armada visando derrubar os militares. Todos estes movimentos, tanto a Frente Ampla quanto as primeiras experiências de luta armada, pareciam ameaçar a sobrevivência da ditadura em 1968. A resposta militar a esta ameaça veio com o AI-5, em dezembro daquele ano. Ver CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*, São Paulo, DIFEL, 1984.

ausência de qualquer vinculação *aparente* entre a greve e o movimento sindical e político local. Já no caso de Osasco, onde a greve foi organizada e iniciada pelo sindicato, o espontaneísmo seria revelado através das contradições entre a estrutura sindical vigente e os modelos de comissão de fábrica. No caso de Osasco, tais contradições teriam levado a antecipação voluntarista do movimento, isolado a greve dos demais centros industriais e condenado a mesma ao fracasso.

Alguns elementos até aqui apresentados nos permitem afirmar que o movimento de Osasco não era assim tão isolado. Ocorreram greves também em São Bernardo do Campo, diretores sindicais de São Bernardo auxiliaram na elaboração e distribuição de panfletos em Osasco, tanto os sindicatos metalúrgicos de Osasco quanto os de São Bernardo estavam envolvidos no MIA, e já na manifestação de maio os metalúrgicos de Osasco, *mas não apenas eles*, se juntaram as correntes socialistas e expulsaram o então governador do palanque.

Outro autor que destacou a importância das greves de Osasco e Contagem em 1968 para o movimento operário que se seguiu foi Eder Sader. Sader cita relatos da Oposição Metalúrgica (OSM) de São Paulo, que agregava elementos do PCB, sindicalistas que tiveram algum atrito com a diretoria de Joaquim dos Santos Andrade, grupos católicos e correntes socialistas, que apontam nos movimentos de 1968 as origens do tipo de sindicalismo defendido contra a situação pelega. As origens da OSM de São Paulo são ainda anteriores. A Oposição Sindical Metalúrgica lançou uma chapa contra Joaquim Andrade ainda em 1967, que foi derrotada. Os indivíduos que compuseram tal chapa tiveram participação ativa em manifestações do 1º de maio em SP, no mesmo ano das greves de Contagem e Osasco. Segundo Sader, o modelo de “organização tendo por base a fábrica” seria uma herança da greve de Osasco, guardada pela Oposição Metalúrgica de São Paulo e rememorada anos depois no ABC paulista.

Interessante é não haver uma única palavra nestes autores sobre a greve de 1968 na Ford-Willys de São Bernardo do Campo. Um relato significativo destes momentos de combatividade no movimento operário do ABC vem de um militante da Ação Popular (AP), apresentado como P. Torres. A AP se originou no meio católico em 1962 como parte da

Ação Católica, vivendo um processo de expansão entre secundaristas e universitários católicos progressistas que foi abalado pelo golpe. A partir de 1964, a AP iniciou um processo de revisão e gradualmente aderiu ao maoísmo e aos princípios da revolução cultural chinesa⁶⁶. Um destes princípios é o processo de “proletarização”, que foi definida por Sader como “a integração de militantes à vida proletária, indo trabalhar nas fábricas ou na lavoura e morando em bairros populares”. Num registro publicado por Celso Frederico⁶⁷, um dos militantes da AP que passou pelo processo de proletarização, identificado como P. Torres, discorre sobre o cunho assistencial do Sindicato de São Bernardo, sobre sua ação no movimento operário local, sobre sua relativa liberdade de ação até 1968, sobre a participação de operários de São Bernardo e de Santo André na expulsão do governador no 1º de maio da Praça da Sé e sobre o efeito desta manifestação sob o ciclo grevista de 1968.

Como já dissemos, diversos agentes entrevistados indicaram que o Sindicato de São Bernardo colaborou com o a greve de Osasco na produção e distribuição de informativos. Dissemos também que no mesmo ano ocorreu uma greve na Ford-Willys de São Bernardo e que nem Weffort e nem Sader registraram essa greve Mas não há nenhum registro sobre esta greve? Podemos comprovar que ela de fato ocorreu?

2.1.4- A greve de 1968 na Ford-Willys de São Bernardo:

Além das famosas greves de Contagem e Osasco, ocorreu uma greve na Ford-Willys de São Bernardo em 1968. Consta que o próprio Gal. Moacir Gaia, então Secretário do Trabalho, participou diretamente das negociações:

“Aí, quando dei 2:00h, eu avisei o Dr. Dráuzio, falei: “Dr. Dráuzio, a fábrica vai parar!” E ele riu da minha cara, e falou assim: “ A Willys nunca parou! De 64 para cá, a Willys nunca parou.” E eu falei: “ Mas vai parar...”E ele riu, e quando ele acabou de rir o telefone tocou, avisando que a fábrica de motores da Renault tinha parado, e a ferramentaria tinha parado... Ai eles nos liberaram da reunião.

⁶⁶ MARTINS, H.H.T.S. *Igreja e Movimento Operário no ABC:1954-1975*, São Paulo: Hucitec. São Caetano: Prefeitura de São Caetano. 1994. pp185-188.

⁶⁷ Ver FREDERICO, C. *A esquerda e o movimento operário, 1964/1984*, volume 1, a resistência a ditadura. 1964/1971, São Paulo. Novos Rumos. 1987.

ai eu descí, e quando eu entrei na fábrica de motores, o pessoal estava todo olhando, eles levantaram a mão, e fizeram, se estava positivo ou se estava negativo. Eu disse que estava negativo, e todo mundo desligou as máquinas, sem nenhuma gritaria, sem nada. Cada um ficou na sua máquina, aguardando as instruções do que fazer”⁶⁸

“Então, a polícia tomou a fábrica... o presidente do Sindicato não estava, estava viajando, então o vice-presidente... e o secretário-geral do sindicato é que estava respondendo, e nós fomos chamados lá na Ford, para intermediar aquela situação, mas... o que houve lá não foi negociação, foi uma pressão muito grande, do General da Regional do Trabalho, que era um militar chamado Gal. Gaia, e de um secretário-geral do Ministério do Trabalho, que veio de Brasília especialmente para isto... e veio também um advogado, que era um advogado patronal, um homem difícil de lidar. Então chamou o Mário Ladeira e eu: ‘Vocês descem lá e acabam com esta greve’. Descemos lá, fizemos uma rodinha, tinha mais policial do que trabalhador, não deu para falar nada... Estava muito difícil você conversar com os trabalhadores, pelo menos orientar aquilo. Isso no fim não deu nada, a greve acabou... foi mais um movimento de frustração daquele povo que afinal tinha tido a coragem de levantar dentro do regime”. militar para reclamar”⁶⁹

Praticamente esquecida pela bibliografia dos anos oitenta, a greve de São Bernardo foi repensada por Antonio Luigi Negro. Segundo Negro, a greve na Ford-Willys, que sucedeu a primeira greve de Contagem e antecedeu a de Osasco, reivindicava um reajuste salarial e constituiu “um marco fundamental para os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema”.⁷⁰

A greve paralisou parte da fábrica durante 3 dias, conseguindo uma paralisação total durante um dia. Foi antecedida por uma greve de fome no setor de inspeção em 1966 e por uma paralisação parcial em 1967, que atingiu 30% da fábrica. A antiga unidade da Willys em São Bernardo havia sido vendida em 1967 para a Ford. Segundo Julião Garcia Galache,

⁶⁸ Entrevista concedida por Julião Garcia Galache ao autor no dia 03 de agosto de 2002. Julião Garcia Galache foi diretor sindical durante a gestão de Afonso Monteiro da Cruz, entre 1965 e 1969; e durante os primeiros anos da gestão de Paulo Vidal, entre 1969 e 1972. Em 1972, participou da chapa de oposição sindical.

⁶⁹ Entrevista concedida por Maurício Soares ao autor no dia 29 de janeiro de 2003.

⁷⁰ NEGRO, A. L. *Ford-Willys anos 60: sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*, dissertação de mestrado: IFCH-UNICAMP, Campinas, SP, 1994, p.172.

ferramenteiro da Ford-Willys e uma das lideranças da greve de 1968, a mudança de administração foi um dos fatores que levou ao desencadeamento da greve:

“Quando a Willys foi comprada pela Ford, a Willys já tinha no cavalete pronto o câmbio de 5 marchas, e já tinha no projeto ... na engenharia , para o câmbio de 6 marchas. Enquanto que Ford ainda estava no câmbio de 3 marchas! Então, quando a Ford comprou a Willys, o pessoal da engenharia da Willys se sentiu ofendido... por que o pessoal que veio da Ford para dentro da Willys... era um nível muito baixo, eles estavam por fora de tudo! Eles estavam ao menos 50 anos atrasados em relação à engenharia da Willys... o que aconteceu? Os caras vieram de lá, com toda a arrogância, e começaram a pisar na engenharia da Willys... se trazia um cara da Ford, sem nenhuma qualificação, para ser chefe de um engenheiro que era muito mais qualificado. Isto gerou um descontentamento dentro da Willys, e este foi um dos motivos... da paralisação”⁷¹

A greve de 1968 também foi o resultado de uma série de ações localizadas, todas voltadas para resolver problemas internos da Ford-Willys. A ação dos “ativistas” data de muito antes, ainda dos tempos da Willys. Em 1963, a Willys abriu uma comissão de relações de trabalho (CRT), da qual participavam representantes de todos os setores da fábrica. Sem questionar a existência deste espaço, formou-se após o golpe um grupo entre os operários da Willys, visando reorganizar o Sindicato então sob intervenção. Este grupo integrou o movimento pelo retorno das eleições no Sindicato e tentou transformar a CRT num instrumento de luta dos trabalhadores, através da sua transformação numa comissão composta apenas por operários. Este grupo organizou diversas manifestações visando melhorar a qualidade das condições de trabalho na fábrica, e numa delas obteve o reconhecimento informal da comissão exclusiva de trabalhadores pela fábrica.

Por fim, a greve de 1968 na Ford-Willys estava sintonizada com os movimentos sindicais que ocorriam em diversos locais. Os diretores sindicais da Ford-Willys participaram do MIA, da manifestação do 1º de maio de 1968 e apoiaram as greves em Osasco e Contagem. Com a ocorrência de tantos movimentos num período muito próximo, ligados a grupos específicos com algum tipo de contato em torno do MIA, do PCB ou da AP, a tese da espontaneidade torna-se quase insustentável.

⁷¹ Entrevista citada de Julião Garcia Galache.

Propomos que os aspectos ressaltados por Weffort, a saber, a crise econômica e a insatisfação social, explicam apenas o *alastramento* de um movimento que tem *origens* políticas, nas ações de movimentos intersindicais como o MIA e de correntes socialistas como a AP dentro e fora das fábricas, quase sempre de forma clandestina, desde 1964 até 1968. A novidade de tais agentes — tão reforçada pelos estudos sobre os “novos personagens”, sobre o “espontaneísmo operário”, ou melhor, pelos estudos pré-petistas e petistas sobre as origens do PT — não passou da apresentação destes agentes para a mídia, depois de longos períodos de ensaio nos porões das fábricas, ensaios estes que foram apagados pela construção do mito petista.

Em dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional Nº 5, que oficializava a repressão. Para Celso Frederico, a primeira fase do AI-5 focou mais o movimento estudantil e a guerrilha urbana. A repressão profunda ao movimento sindical viria em 1971.⁷² Na conjuntura local, o diretor do sindicato de São Bernardo, Afonso Monteiro da Cruz, teve que ser afastado. Num de seus discursos, o mesmo solicitou um minuto de silêncio para os presos políticos. O pedido, que segundo alguns foi registrado em ata, forçou-o a permanecer foragido durante alguns anos. Um novo período se iniciava, e neste período os comunistas, que já haviam aceitado a atuação periférica dentro do sindicato oficial, não teriam mais *nenhum* espaço no Sindicato de São Bernardo do Campo.

2.2- AI-5 - a exclusão das correntes comunistas e socialistas e a oposição sindical local:

Como vimos, entre o golpe de 1964 e decretação do AI-5 os sindicalistas ligados ao antigo PCB se esforçaram para recriar o movimento sindical do período anterior e tentar de alguma forma acabar com o regime ditatorial, mas permaneceram presos ao sindicato

⁷² FREDERICO, C. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a crise do milagre brasileiro*. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1990, p.9.

oficial, sempre tentando retomar o mesmo e aceitando os seus limites. Também outros grupos contrários à ditadura tentaram manter uma relação estreita com o movimento sindical neste período, dos quais destacamos a AP. Além das orientações ideológicas distintas, a AP e o PCB divergiram em relação aos rumos tomados pelo MIA, que a AP identificava com o peleguismo e com os interesses imperialistas.

O AI-5 representou um processo de aprofundamento da repressão ao número crescente de movimentos antiditatoriais em 1968. Cabe agora discutirmos quais foram os efeitos do AI-5 e do chamado “milagre econômico” para a organização do movimento operário no ABC.

2.2.1- Entre o AI-5 e o fim do milagre – a formação da oposição sindical do ABC:

No plano local, autores como Sader afirmam que não houve nenhuma intervenção no sindicato de São Bernardo com o AI-5, e o então presidente Paulo Vidal teve certa liberdade de ação. Como veremos a seguir, tal afirmação precisa ser repensada. Neste período, a exclusão das correntes socialista e comunista da vida sindical foi efetivada. Dentro do possível, tais correntes tentaram participar das oposições sindicais que então se formaram:

“A partir de 72, então... a chapa que foi constituída, em que pese ela manter ainda, até por uma questão de natureza política e estratégica, pessoas de direita e pessoas de esquerda... na diretoria, mas assim numa representação até então muito pequena, sem nenhum risco de criar nenhum problema interno, ela era uma... composição devidamente sintonizada com uma proposta que externamente ela era posta como sendo uma proposta de independência sindical... era uma proposta onde os sindicatos não deveriam ser acabrestados por nenhum organismo externo aos interesses dos trabalhadores, de qualquer natureza. Então, essa era a figuração externa da minha proposição sindical. Então, essa diretoria de 72 estava absolutamente descontaminada de qualquer tipo de ... desculpa o termo descontaminada... estava totalmente livre de qualquer tipo de ingerência, na diretoria, de qualquer natureza. A diretoria, sobretudo efetiva, era uma diretoria sem nenhum... participante da esquerda, de direita, tinha nuns cargos secundários... ”.⁷³

⁷³ Entrevista concedida por Paulo Vidal Neto ao autor no dia 21 de março de 2003. O deslize verbal nos remete ao organicismo conservador: os socialistas e comunistas são identificados com vírus que podem danificar a “saúde” sindical.

Nossa pesquisa indica que o processo de exclusão das correntes socialista e comunista tomou novo fôlego com o AI-5. Na conjuntura distinta que o AI-5 representou, as principais lideranças do antigo PCB já não estavam mais atuando na região. Os poucos simpatizantes do PCB que sobreviveram se viram forçados a realizar atividades de mobilização clandestinas, sigilosas e localizadas, sem que pudesse existir uma articulação mais forte entre as fábricas, já que a direção sindical via na participação das correntes socialista e comunista uma ameaça à sobrevivência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

De certa forma, parece-nos que os comunistas acabaram legitimando sua exclusão. Ao aceitarem a participação periférica para “não comprometer o sindicato”, os comunistas se transformaram em figurantes sem direitos. Sua participação jamais propôs romper com aquele sindicato, criar um sindicato livre, nem sequer propôs eleições livre dentro do sindicato oficial. Graças a este comportamento passivo, a exclusão anunciada em 1965 foi consolidada em 1969.

Para piorar a situação de todos os movimentos contra a ditadura no início da década de 70, somou-se ao processo repressivo a doutrina econômica do “milagre econômico”. Através de uma maciça campanha ideológica, o governo ditatorial se esforçou para legitimar o regime, vinculando crescimento do PIB e a redução das taxas inflacionárias — ambos apoiados no crescimento da dívida externa — com promessas de um futuro próspero para um Brasil que sonhava ser potência. Tal política gerou o fascínio de parte das classes médias com o regime.⁷⁴

Algumas das correntes socialistas perceberam que estavam fora da vida sindical, se juntaram a alguns sindicalistas de base e lideranças dispersas nas maiores empresas e

⁷⁴ FREDERICO, C. Esquerda e movimento operário. 1964/1984: a crise do milagre brasileiro. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, pp. 9-12.

passaram a atuar mais ativamente no movimento operário⁷⁵. A antiga Comissão de Relações de Trabalho da Ford-Willys serviu de abrigo para a reorganização de parte destas correntes socialistas junto com alguns destes sindicalistas de base, formando um embrião da oposição sindical local⁷⁶:

“Enquanto os sindicatos estavam dormindo sossegados, nós (a oposição sindical) estávamos na madrugada rodando mimeógrafos, rodando os panfletos para saírem na fábrica no dia seguinte. Mostrando a realidade para o brasileiro, e o sindicato acomodado lá”⁷⁷

Tal processo de aproximação entre as lideranças de base da Ford-Willys e as correntes socialistas se iniciou ainda antes do AI-5, mas se aprofundou a partir do AI-5. Dentro da fábrica, este grupo conseguiu obter representatividade e mobilizar os operários, mas ainda assim não conseguiu vencer de todo uma mistificação de fábrica e um certo corporativismo. Mesmo que o processo de aproximação das correntes socialistas com os sindicalistas de base da Ford-Willys tenha tido diversos limites, ainda assim ele serviu para formar um contrapeso para as informações que vinham da direção do sindicato. Graças a isto os trabalhadores da Ford-Willys figuravam entre os mais sindicalizados e combativos de então:

“... eu participei da reunião da diretoria... da Willys na época... agora o forte dessa greve foi o pessoal da ferramentaria da Ford, que era muito forte, a ferramentaria da Ford. Aliás, a base nossa forte mesmo era a ferramentaria da Ford”.⁷⁸

“No passado, nós tínhamos a Ford, mas tinha um grupo de pessoas lá, que até faziam oposições, eram muito mais ativistas do que nos últimos tempos... chegaram a participar junto com a gente,

⁷⁵ Como veremos adiante, há sindicalistas e lideranças de base aqueles tanto na direção sindical quanto na oposição sindical. Ainda que a influência das correntes comunista e socialista no campo da oposição e da corrente assistencialista diferenciasse bastante os operários de cada um destes subgrupos, ambos possuem algumas semelhanças no conteúdo de suas propostas: sempre enfatizam a mobilização nas fábricas e consideram manter um vínculo de representação com os operários das fábricas na qual trabalham.

⁷⁶ Discutiremos mais a fundo as diversas ideologias que formaram a oposição sindical a articulação das mesmas num capítulo a parte.

⁷⁷ Entrevista concedida por Luciano Garcia Galache ao autor no dia 24 de julho de 2002. Luciano Garcia Galache foi a principal liderança da oposição sindical de 1972.

⁷⁸ Entrevista concedida por Antenor Biolcatti ao autor no dia 24 de março de 2003.

depois como oposição... nós temos hoje, chama-se Luciano Galache... o Sarrafo... o Julião... eles fizeram parte da oposição... juntaram com um pessoal do PC... foi uma das chapas do passado que fizeram que foi derrotada pela gente, mas eles fizeram uma oposição acirrada".⁷⁹

Junto a operários isolados de outras fábricas, parte deles ex-funcionários da Ford-Willys, os representantes da antiga comissão de fábrica formaram o embrião da oposição sindical do ABC, que se consolidou numa chapa de oposição em 1972. As eleições se deram numa disputa desigual de recursos. Enquanto a diretoria do sindicato tinha acesso às maiores fábricas, os representantes da oposição sindical só tinham livre acesso a Ford-Willys. Nas demais fábricas, os candidatos da chapa de oposição estavam isolados, contando apenas com a propaganda clandestina. Até mesmo as reuniões da oposição eram perseguidas pela repressão.

O ano de 1972 representou a derrota daquele movimento oposicionista. A chapa da direção sindical, encabeçada por Paulo Vidal, venceu as eleições. Boa parte dos sindicalistas e lideranças de base que tiveram coragem de participar de uma chapa de oposição foi presa logo após as eleições. Depois dos acontecimentos e da frustração deles decorrente, poucas lideranças oposicionistas permaneceram ativas na vida sindical, e as poucas que permaneceram não o fizeram por muito tempo. A comissão de fábrica já tinha sido desfeita neste período.

É importante ressaltar que a exclusão da vida sindical não empurrava nem os socialistas e nem os comunistas para luta contra o sindicato de Estado e pela construção de um sindicato livre. Mesmo excluídos da vida sindical, não houve resposta à altura: socialistas e comunistas continuaram esperando a oportunidade de regressar ao sindicato oficial...

Passariam-se alguns anos até que alguma mudança significativa ocorresse na correlação de forças que compunha a diretoria do sindicato. Jamais outro grupo de oposição metalúrgica significativo formou-se no ABC. Todas as mudanças que se seguiram não vieram da oposição sindical, mas de conflitos dentro da própria direção sindical.

⁷⁹ Entrevista concedida por Rubens Teodoro ao autor no dia 28 de março de 2003.

Em 1973, o “milagre econômico” dava sinais de esgotamento. Neste ano o governo militar falsificou os índices inflacionários usados para o cálculo do reajuste anual, causando uma perda de 34,1% nos salários dos trabalhadores. Esta perda salarial só foi descoberta anos depois, e foi o ponto de partida para as mudanças que ocorreram no movimento operário do ABC nos anos seguintes.

2.2.2- 1974/1978 – a abertura controlada e o retorno das esquerdas:

Em 1974, o descontentamento popular gerou um amplo crescimento do MDB⁸⁰. Nas eleições senatoriais, o MDB conseguiu 16 das 22 cadeiras, uma vitória que levou os militares a limitarem a propaganda política oposicionista nas eleições que se seguiram.⁸¹ Uma nova conjuntura se iniciava, e uma nova articulação de forças no Sindicato de São Bernardo soube aproveitar este momento para realizar algumas mudanças. Tal mudança não veio pela oposição sindical, que então já havia sido desmontada pela repressão e pela decepção dos sobreviventes com o processo eleitoral de 1972. Tal mudança se iniciou dentro da própria diretoria do sindicato, de forma bastante branda, pela ascendência de um grupo que antes permanecia oculto nesta direção, o dos sindicalistas de base.

Os conflitos diários que ocorreram nas fábricas do ABC colocaram certos operários na condição de lideranças, tornando possível a negociação entre os trabalhadores e a gerência da fábrica. Algumas destas lideranças foram convidadas a participar da direção do sindicato e passaram a atuar nele em posições subalternas. Neste primeiro momento, alguns sindicalistas percebiam a sua atividade como uma extensão da liderança fabril, como nos indica o relato de Nelson Campanholo:

“Em 67 eu fui para a Karmann Guia, transferi a matrícula do Sindicato para lá. O Dr. Mauricio, hoje prefeito de São Bernardo do Campo, na época ele foi para o Sindicato em 1965, e eu conversava

⁸⁰ FREDERICO, C. Esquerda e movimento operário. 1964/1984: a crise do milagre brasileiro. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1990, p. 12.

⁸¹ Ver o sítio <http://www.camara.gov.br>, 3 de Junho de 2005

muito com ele a respeito das leis trabalhistas, e eu seria tipo um porta voz lá dentro da Karmann Guia, dos companheiros de setor e dos amigos”.⁸²

A convivência com as demais correntes sindicais modificou muito esta imagem, mas em alguns casos, ela persistiu. No sindicato de São Bernardo, a partir de 1968 a maioria destes sindicalistas tendeu cada vez mais ao assistencialismo sindical, mas parte deles permaneceu apegada a esta relação de continuidade entre a atividade sindical e os conflitos do cotidiano fabril. Numa conjuntura favorável, este grupo de sindicalistas mais novos, que ainda mantinham algum vínculo com as fábricas na quais despontaram como lideranças do movimento operário local, poderia se organizar numa corrente sindical à parte da corrente assistencialista. Nossa pesquisa indica que este processo ocorreu na conjuntura de abertura limitada da ditadura, iniciada no governo Geisel e aprofundada na crise da ditadura, no final da década de 1970.

É justamente neste período que o chamado “Novo Sindicalismo” desponta como força política. Consideramos que a obra de Eder Sader passa uma imagem deste “Novo Sindicalismo” que não corresponde ao que percebemos em nossa pesquisa. Sader apresenta a formação do Novo Sindicalismo como um processo evolutivo linear, que se iniciou com a repressão de 1964 ao “velho sindicalismo”. O lento processo de construção de um novo movimento sindical, partindo de uma nova classe operária, iniciou-se no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, mais combativo que os demais. Os sindicalistas autênticos, que lideravam este Sindicato, foram influenciados pelas experiências das oposições sindicais de outros lugares e iniciaram o ciclo grevista da década de 70. Neste ciclo grevista, obtiveram o apoio de correntes socialistas e dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos que partiam da parcela mais progressista da Igreja Católica. Tal união realizou-se com a formação de um partido político, o PT, pensado a partir do final da década de 70, e de uma central sindical, a CUT, no início dos anos 80.

Consideramos que este processo não confere com os fatos levantados por nossa pesquisa. Houve sim um retorno gradual das correntes socialistas para a vida sindical, mas não sem

⁸² entrevista concedida por Nelson Campanholo ao autor no dia 20 de fevereiro de 2003.

choques e reflexos. Pensado desta forma, o final da década de 70 corresponde justamente ao período no qual as correntes socialistas se aproximaram da diretoria do sindicato e lutaram para obter espaço na nova articulação ideológica que então se formava, mas há toda uma trajetória de lutas anteriores.⁸³

Esta nova articulação do final da década de 70 se originou de uma circunstância local. A fábrica na qual trabalhava o então presidente do Sindicato de São Bernardo, Paulo Vidal, foi desativada. Como a estrutura sindical determina que a direção do sindicato deveria ser formada por membros de sua base, Paulo Vidal teve que deixar a presidência do Sindicato. Para assumir o seu lugar, foram convidados alguns sindicalistas mais novos, talvez por serem considerados mais influenciáveis, assim preservando o poder do antigo diretor. Um destes sindicalistas mais novos aceitou o convite:

“...ele jogou meio alto... sabe, acho que para se valorizar muito, ele chamou o Rubão e falou: ‘olha, eu não posso mais concorrer a eleição, não quero deixar vocês na mão’... e... falou para o Rubens: ‘você quer concorrer à presidência?’ tal, e o Rubens falou: ‘não... eu vou ver’. Aí o Rubens saiu da reunião... com o Paulo, e mais algumas pessoas, e falou comigo: ‘Olha, Nelson, aconteceu assim, assim... que você acha?’ Aí eu disse: ‘ vamos indicar o Lula’. E ele aceitou, o Rubão: ‘vamos, vamos’. E conversamos com o Lula, o Lula aceitou. Só que não tinha retorno mais, né.”⁸⁴

Tal articulação das lideranças de base tinha como motivação o incômodo que as mesmas sentiam com a percepção que as mesmas tinham do *presidencialismo sindical*, que personalizara o sindicato na figura de Paulo Vidal:

⁸³ Há inúmeros exemplos de lutas anteriores que complicam a tese da ascensão dos “novos personagens” de Sader: os fundadores pecebistas do Sindicato dos Metalúrgicos, que foram excluídos da vida sindical logo no momento do golpe, diversas vezes tentaram retomar o Sindicato durante os primeiros anos da ditadura; os militantes da AP participaram de grupos oposicionistas no Sindicato de São Bernardo no final da década de 60 e começo da década de 70; as “novas” lideranças sindicais do final da década de 70, que no começo da mesma década chegaram a integrar chapas de oposição e saíram das mesmas na última hora, passando para a chapa direção sindical; a formação da chapa de oposição de 1972, na qual “novos” sindicalistas e pecebistas se misturaram, e depois foram presos e torturados pela ditadura. Neste processo, novos e velhos personagens aparecem duma dada conjuntura em grupos opostos, noutra misturados, num processo não linear.

⁸⁴ Entrevista citada de Nelson Campanholo.

“Ele era centralizador mesmo. Eu, na qualidade que cheguei... a ser vice-presidente com ele... a gente teve algumas questões... a gente as vezes não gostaria que as coisas pendessem para as questões negativas do sindicato que estava representando, gostaria que pendesse para um trabalho mais sério. mas a gente teve algumas dificuldades com o Paulo Vidal, porque ele era centralista mesmo, de forma tal que tudo que eu fazia no sindicato que fosse que, que ele achava que tinha de bom, o nome dele estava lá ou a fotografia dele... só como se fosse ele o dono do sindicato, como se fosse ele... fosse o sindicato”

Mesmo que tal mudança não significasse uma grande ruptura, dela decorreram alterações nas estratégias de mobilização, com a *retomada branda* das atividades de base:

“Aí foi quando nós começamos a trabalhar. E começou a abrir a visão... meio difícil, mas... a gente já não fazia mais aquele sindicato, dentro. A gente fazia sindicato na porta de fábrica, já levando a mensagem, já procurando... entrar mais dentro das fábricas”.⁸⁵

Alguns sintomas desta tendência branda de “retorno às bases” podem ser percebidos comparando as declarações oficiais dos congressos metalúrgicos de São Bernardo, ocorridos em 1974 e 1976. Que pese a mudança de conjuntura no qual ambos ocorreram, as diferenças de conteúdo apresentadas em cada documento demonstram claramente mudanças nas estratégias de mobilização operária.

O congresso de 1974 produziu a “Declaração de São Bernardo”, na qual são defendidos 1) o reconhecimento da liberdade sindical; 2) a formulação de uma lei básica contendo os direitos dos trabalhadores assalariados, 3) liberdade para a contratação coletiva de trabalho, 4) Implantação de Cursos de Capacitação Sindical, 5) Realização de reuniões mensais sem caráter deliberativo.⁸⁶ Como podemos perceber, o conteúdo desta declaração concentra-se em aspectos jurídicos e trabalhistas (1, 2 e 3), e atividades concentradas no sindicato (4 e 5). Não há nele nenhuma menção a representação dentro das fábricas, nenhuma proposta de retorno às atividades de base, mas sim o contrário: a Declaração de São Bernardo de 1974

⁸⁵ Entrevista citada de Nelson Campanholo.

⁸⁶ retirado do sítio www.abcdeluta.org.br, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

sugere em todos os seus pontos a concentração das atividades junto com os metalúrgicos dentro da sede do sindicato.

Atrair os operários para o Sindicato através de cursos, assistência médica e odontológica ou mesmo a assistência jurídica foi uma das características da gestão sindical deste período. Destes serviços prestados, o principal era o setor jurídico. A ênfase na importância do setor jurídico apenas mascara os limites desta proposta: a ausência de um programa propositivo no campo legislativo, portanto a ausência de uma perspectiva política própria. Por enfatizarem o uso de serviços de assistência social e jurídica como instrumento de atração dos operários para o sindicato, identificamos o grupo hegemônico deste período como a **corrente assistencialista**.

Já o congresso de 1976, em que pese a sua introdução indicando uma continuidade com o legalismo e o assistencialismo da Declaração de São Bernardo, produziu resoluções que abordavam mais diretamente o cotidiano fabril e apontavam para a formação de *comissões paritárias*, que seriam organizadas por empresa e teriam diversas tarefas, tais como: caracterizar locais insalubres, definir a participação dos operários nos lucros registrados anualmente, fixar um período de experiência restrito, planejar instalações industriais evitando riscos de segurança e insalubridade e fixar os ritmos de trabalho.⁸⁷

Com isto, a diretoria deslocava parcialmente o seu foco de ação da sede sindical para o interior das fábricas, ainda que de forma controlada pelo sindicato oficial. Ao retomarem parcialmente estratégias de mobilização das bases, as lideranças sindicais reabriam um caminho que havia sido fechado pela hegemonia assistencialista. Após alguns anos, os militantes de esquerda que haviam se refugiado nas bases viram neste processo um sinal para a reaproximação da diretoria do sindicato.

Vale destacar que a parcela que mais se aproximou desta diretoria um pouco mais aberta ao trabalho sindical de base não foram nem os antigos militantes da AP, nem os simpatizantes e militantes do PCB, mas sim algumas frações trotskistas, que se formavam no fim da

⁸⁷ Retirado do sítio: www.abcdeluta.org.br, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

década de 70. Neste momento, o antigo grupo da oposição sindical já havia se fragmentado, e diversas lideranças de base da antiga Ford-Willys foram esquecidas.⁸⁸

Esta tendência de aproximação encontrou diversos obstáculos. Um deles era a própria diretoria do sindicato, em especial a fração assistencialista ainda via a presença dos comunistas ou de qualquer corrente de esquerda uma ameaça à sobrevivência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e se esforçava para afastar as correntes socialistas da direção do sindicato. Como dissemos, a principal característica do período que se inicia com o AI-5 foi o afastamento das correntes socialistas da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Além da persistência do assistencialismo, que havia deixado a hegemonia da cúpula sindical mas não havia deixado a cúpula sindical, *o principal obstáculo que os militantes de esquerda enfrentaram*, tanto dentro das fábricas e nas assembléias sindicais quanto entre os sindicalistas de base, enfim, sempre que tentaram se aproximar dos operários metalúrgicos, *foi o obreirismo*⁸⁹. Um exemplo da persistência deste *obreirismo* pode ser percebido na relação entre o movimento estudantil e os sindicalistas de São Bernardo:

“Nós tomamos muita paulada no movimento estudantil em 1978, na greve de 78, 79. porque um dia o Lula disse que o estudante ficava bem dentro do campus. Depois amanhã, ele se formava, ia ser gerente, ia ser patrão, ia massacrar trabalhador, a mesma coisa. Até foi mal interpretado, tal... e no outro dia, nós fizemos uma reunião na Ford, deu trabalho para a gente conversar lá... mas deu uma acertada, tudo bem.”⁹⁰

⁸⁸ Isto no entanto não quer dizer que não existiam outras correntes socialistas agindo na região, mas sim que não encontramos relatos bem fundamentados sobre outros grupos, ficando este espaço aberto para novas pesquisas.

⁸⁹ Por obreirismo nos referimos a uma ideologia classista inicial e rudimentar, característica do movimento operário em momentos de impossibilidade de expressão política partidária. Uma das conseqüências deste obreirismo é que os trabalhadores manuais impregnados por ele mantêm uma desconfiança instintiva em relação às pessoas que não são trabalhadores manuais. Consideramos que dentro da fábrica esta tendência permite aos operários delimitarem a sua identidade de classe, mas fora dela prejudica a relação do movimento operário com outros movimentos, tal qual o movimento estudantil.

⁹⁰ Entrevista com Nelson Campanholo ao autor no dia 20 de fevereiro de 2003.

De forma coerente com os preceitos gerais de suas orientações teóricas, em diferentes momentos tanto grupos trotskistas quanto a Ação Popular se esforçaram para manter uma conexão com o movimento operário.⁹¹ Naquela nova conjuntura, a presença de alguns militantes de partidos ou grupos comunistas, maoístas ou trotskistas dentro das fábricas parecia somar-se com a tentativa de aproximação da direção sindical de São Bernardo com suas bases, e, cedo ou tarde, o contato entre os militantes sindicais e partidários seria inevitável. Nesta nova conjuntura, a questão do obreirismo voltaria à tona.

No plano nacional, cresciam as pressões pela anistia e pela reorganização de partidos que estavam na clandestinidade. Principalmente entre aqueles que não se sentiam representados pelos grupos marxistas-leninistas e maoístas, entra na ordem do dia a proposta de criar um novo partido socialista. Tal é o caso da Convergência Socialista e de outros grupos de orientação trotskista. Conforme consta, é entre estas lideranças que surge num primeiro momento a proposta de formação de um partido, de cunho operário e socialista, ainda antes dos sindicalistas de São Bernardo. Nossa pesquisa não pôde responder ainda se as idéias de um partido operário socialista e um partido operário sindical surgiram de forma totalmente autônoma ou se o conhecimento da proposta trotskista levou os sindicalistas de São Bernardo a refletirem sobre a proposta partidária, mas podemos afirmar que o projeto partidário de cada um destes grupos era bastante distinto. Tais tensões foram carregadas para dentro do PT, e permanecem mal resolvidas até hoje.

Mesmo durante os anos negros da ditadura o Sindicato de São Bernardo se mostrava razoavelmente ativo no campo econômico, ainda que lutando por objetivos corporativistas. A estratégia do Sindicato de São Bernardo durante toda a década de 70 era buscar uma negociação do dissídio em separado, tentando aproveitar as vantagens diferenciais que cada

⁹¹ Conforme citado no capítulo anterior, o líder pecebista Orisson Castro já percebera muito antes que seria impossível construir o PCB no ABC sem a inserção dos militantes nas fábricas. Por isto, Orisson se inseriu na produção como operário na Mercedes Benz, passo necessário para consolidar o partido comunista em São Bernardo. Mesmo que de forma implícita, Orisson Castro já percebera a tendência obreirista entre os metalúrgicos, pois considerava o “apartidarismo” uma característica comum do movimento sindical.

indústria automotiva da região oferecia. Isso ia contra a política de reajuste da ditadura, que de forma geral impunha os mesmos índices das fábricas do interior para os metalúrgicos de São Bernardo, nivelando “por baixo” as possibilidades de melhoria salarial e desmobilizando a articulação dos trabalhadores de São Bernardo, que sempre se viam frustrados em suas tentativas de melhorar sua qualidade de vida. A resposta do sindicato a essa situação política tendia a isolar São Bernardo do Campo dos demais sindicatos metalúrgicos e fortalecia a tendência corporativa, reforçando as diferenças salariais e assistenciais que as próprias fábricas da região já ofereciam em prejuízo do esforço para unir os demais metalúrgicos do Estado.

Ainda no campo da luta econômica, uma mudança significativa ocorreu no ano de 1977. Neste ano, a própria ditadura acabou fornecendo os argumentos para questionamentos da política salarial. Foi descoberto um relatório do Banco Mundial que indica a manipulação de dados inflacionários referentes ao ano de 1973 e 1974. Os dados do relatório acabaram sendo confirmados pela ditadura. A perda dos salários dos trabalhadores foi calculada em 34,1%. O sindicato iniciou então uma campanha para que a reposição fosse incorporada ao reajuste. Ao não conceder o reajuste, o governo preparou as massas para o movimento grevista que se seguiu no ano de 1978, e o Sindicato iniciou uma série de manifestações em porta de fábrica, que indiretamente incitavam a greve⁹²:

“Aí, a gente começou a trabalhar em porta de fábrica. começou a fazer assembléia... e fomos fazendo assembléia e foi trabalhando em porta de fábrica. e foi... e aí começou a fazer assembléia a rodo, até que dia 12 de maio de 1978 estourou a greve na Scania”.⁹³

O plano era que a greve tivesse início sem a participação oficial do sindicato. As manifestações tiveram efeito e a greve teve início na Scania, se espalhando de forma descontrolada. Naquele momento, o novo sindicalismo entrava em cena, deixava o interior das fábricas e do Sindicato de São Bernardo do Campo e despontava como o movimento sindical mais representativo de todo o período ditatorial.

⁹² Informações retiradas do sítio www.abcdeluta.org.br . 3 de Junho de 2005.

⁹³ Entrevista concedida por Nelson Campanholo ao autor no dia 20 de fevereiro de 2003.

3- AS DIVERSAS ORIENTAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS DOS OPERÁRIOS ENTREVISTADOS:

Dentro de nossa pesquisa, as entrevistas tiveram dupla função: a) auxiliar na reconstrução do momento histórico em questão; b) fornecer material para que pudéssemos caracterizar as orientações políticas e ideológicas dos agentes que de alguma forma participaram da formação do novo sindicalismo. No capítulo anterior, discutimos o processo histórico de formação do novo sindicalismo. Neste capítulo, aprofundaremos a análise das orientações ideológicas presentes neste processo.

Muitas vezes a literatura trabalha com uma visão singular de ideologia operária, tratando tal ideologia como “consciência” e classificando os operários entre os que possuem uma consciência de classe e os que não possuem, ou ainda, ao se defrontar com algum tipo de consciência divergente da que a classe operária deveria ter, classifica tal consciência como falsa. A referência principal dos autores que trabalham com tal perspectiva é o trabalho de Gyorg Lukács. Para Lukács, ao localizarmos a posição dos indivíduos no processo de produção, que o marxismo identifica como a situação de classe destes indivíduos, podemos adjudicar um certo tipo de consciência adequada para aquela classe. Tal consciência adjudicada não necessariamente corresponde à consciência empírica da classe em questão, no nosso caso, a classe operária. A consciência adjudicada de classe operária é a que permite uma visão da sociedade enquanto totalidade, e a libertação da classe operária será a própria superação da sociedade de classes. Esta é a consciência de classe verdadeira. A falsa consciência de classe é a consciência empírica, potencializada pela cisão entre a práxis operária e sua teoria.⁹⁴

Não trabalhamos com esta perspectiva, pois ela nega a multiplicidade de consciências possíveis numa mesma classe. A ideologia *obreirista*, por exemplo, não é uma “falsa consciência”, mas sim uma ideologia operária não socialista, que tem origem em um tipo de percepção das contradições de classe dentro do espaço fabril num determinado período histórico e numa determinada formação social. Essa ideologia é limitada, mas isto não

⁹⁴ Ver LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*, Porto. Publicações Escorpião, 1974.

significa que ela seja falsa . A ideologia operária obreirista é, tal como toda a ideologia, um reflexo que inverte as causas e os efeitos, ao mesmo tempo aludindo à realidade e iludindo sobre a realidade.⁹⁵ Dentro de uma perspectiva que de forma geral julgamos adequada ao materialismo histórico, relacionamos as diferentes orientações político-ideológicas com diferentes condicionamentos impostos aos indivíduos entrevistados, tanto de origem conjuntural quanto estrutural. Dito de outra forma, nós consideramos que as múltiplas orientações político-ideológicas presentes nos entrevistados se relacionam com as diferentes posições que os mesmos ocupam nas diversas contradições estruturais e conjunturais que compõem a formação social analisada no período em questão, não somente de ordem econômica, mas também no relativo à estrutura jurídico-política e ações dos diversos aparelhos estatais burgueses.

Cabe agora explicitar quais são as orientações político-ideológicas que herdamos da literatura anterior, bem como as redefinições que nos vimos forçados a fazer, relacionando-as aos condicionamentos estruturais e conjunturais da respectiva formação social, aos quais estavam sujeitos os operários do ABC.

3.1- Novos Personagens? Rediscutindo as matrizes ideológicas do novo sindicalismo:

Na bibliografia prévia, o autor que mais avançou no estudo das diferentes matrizes ideológicas da classe operária do ABC foi Eder Sader. Ele percebeu três grupos gerais no processo de formação do novo sindicalismo, identificando-os como “matrizes ideológicas”: os movimentos católicos, os sindicalistas autênticos e os comunistas. Cada um destes grupos estava ligado a um conjunto de instituições delimitado pelo autor: os católicos aos Centros Eclesiais de Base; os sindicalistas de São Paulo à “Oposição Sindical Metalúrgica”, os de São Bernardo ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; e por fim os comunistas estavam ligados a movimentos contra a ditadura e com alguma participação

⁹⁵ Ver ALTHUSSER. L. *La Filosofía como Arma de la Revolución*, Córdoba, Cuadernos Pasado y Presente. 1972.

também na Oposição Sindical Metalúrgica. De alguma forma, tais elementos confluíram para a formação dos novos personagens da cena política nacional, que formaram a base de novas instituições de esquerda durante os anos 80, tal como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

De certa forma, podemos dizer que estas foram as orientações político-ideológicas “herdadas” da bibliografia anterior pela nossa pesquisa: católica, sindicalista autêntica, socialista e novo sindicalista. Há ainda uma categoria não esmiuçada pelo autor, mas que é presente como pressuposto de suas categorias: os sindicalistas não-autênticos, identificados popularmente como sindicalistas “pelegos”. A matriz “novo sindicalista” é a síntese das demais, excetuando-se a corrente pelega; e a trajetória desta síntese é a essência da obra de Sader: os sindicalistas “autênticos” de São Bernardo, cuja base é uma nova classe operária da região, recebem de alguma forma a influência da Oposição Sindical de São Paulo e dos movimentos católicos, cada qual redefinindo-se no processo.

Em seu conjunto, a obra afirma o caráter novo daquele movimento, identificado como “novo sindicalista”. Os eventos da década de oitenta reforçaram tal tese, e jogaram ao limbo estudos anteriores que discutiam o corporativismo e o economicismo daquela fração operária. O caso mais clássico é o do pioneiro trabalho de Maria Hermínia Tavares de Almeida, a primeira pesquisadora que identificou em São Bernardo um tipo “novo” e “autêntico” de sindicalismo. Nesta época, “novo” e “autêntico” não apontavam para a formação de um partido de esquerda, mas sim para um tipo de sindicalismo semelhante ao americano, no qual a combatividade é aliada a uma tendência *economicista* e os sindicatos interferem na política apenas por via dos *lobbies*.

Disto decorre uma contradição aparente: a “autenticidade” do sindicalismo em questão apontava para o “sindicalismo economicista” ou para a formação do PT? Tal qual apresentadas por Sader, as matrizes ideológicas correspondem à realidade que presenciamos em nossas entrevistas? A noção de autenticidade pouco ou nada pode revelar à nossa pesquisa, exceto se considerarmos que tal “autenticidade” era disputada por todas

as ideologias que participavam da vida sindical da região. Por motivos óbvios, não encontraremos jamais nenhum entrevistado que se auto-apresente como pelego...

Apesar da nossa pesquisa não ter obtido elementos que nos fizessem divergir das observações sobre a matriz católica delimitada por Sader, todas as demais tiveram que ser redefinidas. Diversos entrevistados não podem ser identificados com estes grupos: alguns não participaram da direção do Sindicato, outros não eram católicos praticantes e nem todos eram comunistas. Ainda assim, parte destes agentes esteve amplamente envolvida nos eventos que se sucederam durante a ditadura militar na região: o movimento pela retomada das eleições, o Movimento Intersindical Antiarrocho, a greve de São Bernardo, a eleição sindical de 1972, o que impede que os identifiquemos como “pelegos”. Em relação à diretoria sindical, um destes grupos mal definidos chegou a se organizar como oposição, agregando desde descontentes momentâneos com a direção sindical até membros do PCB e da Ação Popular, passando por diversas lideranças de bases de indústrias de grande porte, tal qual a Ford e a Volkswagen. Tal grupo heterogêneo teve que se defrontar com a participação de movimentos sociais e partidários, mesmo que tenha feito isto de forma tímida.⁹⁶

Este conjunto de agentes não identificados pelas categorias presentes na obra de Sader nos forçou a redefinir tais orientações, já que nossa pesquisa demonstra a existência de uma oposição sindical local, mais influente nos primórdios do novo sindicalismo em São Bernardo do Campo do que a própria Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Outros elementos também nos fizeram repensar as demais categorias: havia um grupo mais combativo do que os sindicalistas ligados ao sindicato oficial entre o AI-5 e as greves de 1978, mas esta diretoria não pode ser identificada com o peleguismo: o pelego é acima de tudo um pragmático que se comporta de acordo com a situação defendendo todas as políticas do governo do momento. Em São Bernardo, entre 1965 e 1968, a direção do

⁹⁶ Seriam estes membros da oposição os verdadeiros sindicalistas “autênticos”. ou os autênticos seriam a direção do Sindicato? Percebe-se que a categoria dos “autênticos” não se sustenta sem um juízo prévio. O fato é que ambos disputavam tal título.

sindicato era composta de críticos da ditadura que participaram dos movimentos ligados ao PCB e à AP. Que pese a mudança de orientação da direção do Sindicato, isto é, o afastamento da esquerda de qualquer participação *legal* na vida sindical, ainda assim uma postura crítica à política salarial da ditadura foi mantida, mesmo no período mais intenso da repressão. Depois de 1975, houve ainda um retorno às atividades de base. Não vemos neste processo uma “politização crescente e contínua”, vemos profundas disputas locais dentro de mudanças conjunturais gerais, com avanços *limitados* contra a ditadura (1965/1968), retrocessos (1968/1975) e mudanças de tática (1975/1978). O período em seu conjunto é um período de disputa entre diversas correntes ideológicas, identificadas a partir de suas táticas: as correntes comunista, trotskista, assistencialista e das lideranças de base compunham as diversas articulações nas direções sindicais em momentos distintos.

Tendo todas as orientações político-ideológicas com as quais trabalhamos em vista, a saber, os católicos, a corrente comunista, os militantes da AP, os trotskistas, os pelegos, os assistencialistas e os sindicalistas de base, cabe discutir as características compartilhadas por todos estes grupos e as características que os diferenciam, bem como as determinações estruturais que levaram à organização de tais conjuntos: a estrutura sindical na conjuntura ditatorial, o corporativismo automotivo e o obreirismo operário, e o papel de cada uma destas determinações na formação do conjunto composto pelos novos sindicalistas.

3.2- Características comuns das diversas orientações ideológicas identificadas:

Apesar da multiplicidade de orientações ideológicas entre os sindicalistas entrevistados, algumas características comuns foram encontradas. Ressaltamos dois elementos que puderam ser identificados em nossa pesquisa: o legalismo sindical e tendência à alguma forma de economicismo.

O legalismo sindical é um dos efeitos da estrutura sindical. Em alguns países, os movimentos sindicais durante períodos ditatoriais questionaram a própria estrutura sindical e suas práticas apontaram para um novo modelo de sindicalismo, baseado em comissões de fábrica. As comissões de fábrica funcionavam como verdadeiros sindicatos paralelos, com

ampla participação comunista. Tal é o caso da Espanha, onde o legalismo sindical foi questionado pela prática de organização de comissões independentes, as *Comisiones Obreras*; que serviram como base para outro tipo de sindicalismo, mais livre e combativo. Isto não aconteceu no Brasil, onde o próprio Partido Comunista incorporou o legalismo sindical, mesmo em momentos nos quais os seus militantes eram impedidos pela lei e pela força a manterem qualquer tipo de participação neste sindicato oficial.

A questão do economicismo é mais complexa. Entendido como uma noção geral, ao usarmos o termo economicismo estamos nos referindo ao desprezo pelas lutas especificamente políticas e a correspondente sobrevalorização das atividades especificamente econômicas. Pensado assim, o economicismo seria uma tendência da classe operária que foi potencializada por aspectos conjunturais locais.

No entanto, caminhos totalmente diversos poderiam conduzir a tendências semelhantes. Nossa pesquisa permitiu identificar dois tipos totalmente distintos de economicismo, um economicismo classista, cujo desenvolvimento poderia engendrar alguma forma de sindicalismo menos setorial e mais abrangente; e um economicismo corporativo, que apontava para um sindicalismo de empresa, setorial e anticlassista. Consideramos que estes tipos específicos de economicismo derivam de bases ideológicas distintas: a) ou uma ideologia classista quase instintiva, que chamamos até aqui de obreirismo; b) ou uma ideologia caracterizada por um corporativismo setorial, isto é, pela cooperação entre capital e trabalho aliado à fragmentação de “setores privilegiados” dentro da classe operária, que chamamos de ideologia corporativa.

3.2.1- O apego generalizado ao legalismo sindical:

Uma característica que une todas as diversas correntes sindicais de São Bernardo neste período é o apego ao legalismo sindical. Tal apego explica a superficialidade característica das críticas da estrutura sindical, superficialidade que também é característica de todas as correntes sindicais. O objetivo generalizado de todas as correntes é tomar ou retomar o sindicato oficial, e todos os defeitos deste sindicato são identificados como conjunturais,

personalizados numa gestão específica ou no máximo percebidos como limitações impostas pelo governo do dia.

Ora, as mudanças na forma pela qual está organizado o Estado burguês numa dada conjuntura sem dúvida atingem os movimentos sociais como um todo, e os sindicatos não são exceção. Sem dúvida, num período ditatorial tem-se muito menos liberdade para os movimentos sociais do que num período democrático, mas a forma pela qual cada movimento social é atingido por cada mudança conjuntural no Estado burguês está intimamente ligada ao tipo de relação que este movimento possui com o Estado burguês. Quando tal relação é estrutural, tal qual o sindicalismo brasileiro, as mudanças nas articulações do poder estatal atingem de uma forma específica, pois os mecanismos de repressão já estão previstos nesta própria estrutura, na forma de intervenção. Quando não há relação estrutural, a repressão se dá de outra forma, através de ações do aparelho repressivo, que só podem destruir aquele movimento específico.

Com isto, não queremos dizer que não houve ação armada e fisicamente repressiva da ditadura contra os sindicatos no Brasil. Pelo contrário, os sindicalistas identificados como inimigos do regime foram vítimas das mais variadas formas de tortura. Mas além da repressão imediata do Estado burguês, a relação estrutural deste com os sindicatos permitiu que tal Estado tivesse mecanismos de intervenção para regradar o processo de funcionamento de todos os sindicatos, fortalecendo aquela que é a função primordial deste sindicalismo: moderar o conflito de classe.

Ao assumirem a gestão do sindicato oficial, qualquer uma das correntes sindicais estava assumindo um aparelho limitado estruturalmente pela sua relação com o Estado burguês, funcionando ele próprio como aparelho ideológico deste Estado. Tal aparelho não serve para outra coisa senão para desorganizar o movimento operário. Portanto, deveria ser a bandeira de qualquer ideologia operária num momento de repressão tão intensa a organização de um movimento sindical sem qualquer limitação imposta pelo Estado burguês, que ao menos apontasse para a crítica deste Estado.

No caso brasileiro, isto não ocorreu. Seja nos momentos mais críticos da repressão, seja nos momentos mais brandos, os militantes sindicais das mais diversas correntes jamais trabalharam a fundo pela criação de núcleos de base que apontassem para outro tipo de representação operária oposta ao sindicato oficial. Até as lideranças de base que participaram da diretoria do Sindicato, apesar de sempre apontarem estratégias de ação mais próximas do cotidiano fabril tentando se aproximar do dia-a-dia operário, jamais cogitaram criar outro tipo de sindicato, independente do sindicalismo de Estado, a partir das comissões. Pelo contrário, a proposta das comissões defendida por tais lideranças tinha como objetivo servir de braço do sindicato oficial nas fábricas.

3.2.2- Aristocracia operária, ideologia corporativa e economicismo corporativista:

Uma das teses mais citadas sobre o desprezo por atividades políticas no meio operário relaciona tal fator com a origem camponesa dos operários. Em nossas entrevistas, percebemos que a origem camponesa de fato teve um efeito anti-sindical e antigrevista entre os operários entrevistados, mas *somente num primeiro momento*:

“Furei a greve. Eu não conhecia, não tinha conhecimento. Eu tinha vindo do interior, você que vem do interior de carpir café, para entrar numa Mercedes, aquilo era um... era outro mundo, era outra história, né. Então eu entrei... Ai os caras quiseram me matar lá dentro. É, os caras quiseram. E a minha chefia para evitar o pior, me escondeu no porão... fiquei escondido até passar a greve.”⁹⁷

Criticando tal tese, Sader afirma que a origem camponesa só explica um momento do migrante recém-chegado e recém-empregado no setor automotivo. Para Sader, este desprezo por atividades políticas tende a decrescer com o passar dos anos, já que o meio urbano induz novas relações sociais. Nossa pesquisa reforça a crítica de Sader à tese da origem camponesa, mas questiona as deduções decorrentes. Baseado no trabalho de Humphrey, que defendia a tese de um empobrecimento crescente do setor automotivo e apontava para uma politização proporcional deste setor, criticando os estudos que apontavam para a tendência de formação de uma “aristocracia do trabalho” entre aquele

⁹⁷ Entrevista concedida por Luciano Garcia Galache ao autor no dia 24 de julho de 2002.

setor da classe operária. Sader deduziu de forma apressada que a tese do desprezo pela atividade política no meio dos operários era incorreta.

Estamos afirmando que havia no período estudado um certo tipo de economicismo operário, mas ao invés de considerá-lo uma característica imanente da classe operária, estamos considerando tal tendência economicista um indicativo da formação de uma “aristocracia operária automotiva”, cuja existência está ligada a fatores conjunturais e estruturais. Mesmo não sendo a única tendência ideológica neste setor, a tendência percebida por Maria Hermínia Tavares de Almeida, a saber, a tendência de formação de um sindicalismo combativo, apartidário, centrado nos interesses corporativos e nos trabalhadores da indústria automotiva; era de fato bastante forte entre os operários entrevistados em nossa pesquisa, principalmente nos relatos referentes aos primeiros anos do AI-5.

O principal indicador da presença desta aristocracia operária é a tendência a um certo tipo de economicismo, não no sentido que Lênin discutiu no “Que Fazer”⁹⁸, mas noutro: um economicismo cujo desprezo pela atividade político partidária e sobrevalorização das atividades econômicas imediatas está conectado a práticas de colaboração com o capital, fragmentação da classe operária e pressão política através de *lobbies* presentes em qualquer partido. Por isto, identificamos este tipo específico de economicismo como um *economicismo corporativista*.

A tendência a este tipo específico de economicismo não pode ser explicada neste segundo momento pela origem camponesa, pois diversos agentes que possuíam tal origem se tornaram as principais lideranças sindicais combativas, filiadas ou ao menos simpatizantes de partidos tal como o Partido Comunista Brasileiro, como Orisson Saraiva de Castro e Luciano Garcia Galache. Tal tendência tem origem nas próprias relações entre o trabalho e o capital numa conjuntura e espaço determinados. Há no ambiente fabril estímulos suficientes para explicar este tipo de economicismo sem recorrermos a origem de classe dos

⁹⁸ Ainda assim, a análise de Lênin não exclui a possibilidade de diferentes bases ideológicas produzirem tendências economicistas semelhantes, tal como expusemos no primeiro capítulo.

agentes; dito de outra forma, há no próprio cotidiano fabril elementos ideológicos capazes de favorecer o desenvolvimento de alguma forma de economicismo.

Consideramos que a origem do corporativismo específico dos trabalhadores do setor automotivo está nas próprias relações sociais específicas deste setor. É neste ponto que nosso trabalho se aproxima ao de Maria Hermínia Tavares de Almeida.⁹⁹ A autora apontou a origem daquilo que ela chamou de “sindicalismo apolítico” nas próprias condições específicas dos operários do setor automotivo, bem como de alguns setores da baixa classe média. Segundo Almeida, havia entre estes grupos uma tendência à formação de um tipo de sindicalismo próximo ao americano: ao mesmo tempo combativo e “apolítico”, centrado nas grandes empresas automobilísticas da região¹⁰⁰. Este “novo sindicalismo”, identificado por ela como “sindicalismo autêntico”, estaria ligado a setores avançados da baixa classe média e dos operários metalúrgicos do setor automotivo¹⁰¹.

De fato, este tipo específico de economicismo possui diversas semelhanças com o economicismo do sindicalismo norte-americano:

“Os sindicatos tem agido pragmaticamente tanto na política como no campo das lutas econômicas. A ação política foi, durante muito tempo, uma ação defensiva. (...) a linha política básica dos trabalhadores foi formulada por Samuel Gompers, ao declarar que os trabalhadores americanos ajudariam os seus amigos e ‘ministrariam uma censura mordaz aos homens ou partidos que fossem indiferentes, negligentes ou hostis e, sempre que houvesse a oportunidade, assegurariam a eleição de sindicalistas inteligentes, honestos e ardorosos, possuidores de ficha sindical limpa e irrepreensível”.

¹⁰²

⁹⁹ Não devemos esquecer também as diferenças entre o nosso trabalho e o de Almeida: procuramos conectar a análise da tendência corporativa entre os trabalhadores do setor automotivo com uma análise da conjuntura política nacional.

¹⁰⁰ Ver ALMEIDA, M.H.T. “Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas” in *Debate e Crítica* 6, julho, 1975, p.71.

¹⁰¹ Ver ALMEIDA, M.H.T. “Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas” in *Debate e Crítica* 6, julho, 1975, p.68.

¹⁰² HEALING, J. História dos sindicatos nos EUA: sua influência social, econômica e política. Rio de Janeiro, Editora Lidaador, 1965, p. 78.

Não é difícil perceber que a “política sindical” norte-americana tende a um certo tipo de economicismo, pois se limita a eleger representantes de qualquer partido que encaminhem uma pauta de interesses corporativos imediatos. Não há nenhuma preocupação em articular-se a outros movimentos sociais, perdendo-se assim a especificidade da atividade política. Assim entendida, a política sindical reduz-se apenas à formação de um *lobby* sindical no Congresso. Também a participação de alguns “sindicalistas inteligentes” em São Bernardo, bem como o uso da máquina sindical para eleger candidatos do MDB ou da ARENA, corresponderiam à mesma prática política *economicista e corporativista*.

Assim, a noção de “sindicalismo apolítico” precisa ser reformulada. Consideramos que tal título passa uma falsa idéia, ao induzir o leitor a considerar que tal sindicalismo não desenvolvia *nenhuma* atividade política. Diversos agentes envolvidos no processo de formação do “Novo Sindicalismo” se filiaram a algum partido político, especialmente o MDB; e se candidataram a vereadores no município de São Bernardo *muitos anos antes* da formação do Partido dos Trabalhadores.

A discussão não passa pela ausência de qualquer atividade política partidária entre os sindicalistas de São Bernardo, mas sim pela forma limitada de participação política destes agentes. O objetivo político de tais sindicalistas não era articular-se com outros grupos para lutar contra o capital, ou nem mesmo lutar por reformas mais amplas em todas as camadas populares; mas apenas lutar pelos interesses mais imediatos e limitados das principais fábricas da região, formando assim um grupo de pressão “automotivo” na economia e política regional. *Por isto, preferimos o uso da noção de economicismo, que passa mais claramente a idéia de uma tendência de desprezo pelas atividades de articulação política com outros setores sociais e de sobrevalorização dos interesses mais imediatos daquele setor específico da classe operária.*

Torna-se necessário explicar qual é a base daquilo que estamos chamando até aqui de “economicismo corporativista”.¹⁰³ Apesar de termos encontrado em alguns momentos de nossas entrevistas propostas bastante elaboradas de um certo projeto social corporativista, na maior parte das vezes este elemento corporativista apareceu de forma bem menos pretensiosa, apontando apenas para a organização não-conflitiva dos interesses do Trabalho e do Capital dentro de um ramo específico, o ramo automotivo:

“Aliás, era difícil para mim identificar inclusive, desde essa época (1964-1967), os grandes motivos de divergência entre o capital e o trabalho. Porque desde essa época eu entendia que, em verdade, o capital, ele não sobrevive sem a existência do trabalho, ao mesmo tempo que o trabalho não subsiste sem a existência do capital.”¹⁰⁴

Não podemos falar de um corporativismo estatal ou societário, apenas de um corporativismo específico do setor automotivo, o que caracterizaria a formação de uma aristocracia operária automotiva¹⁰⁵. Apesar da noção gramsciana¹⁰⁶ de corporativismo diferenciar corretamente os interesses de uma categoria e os interesses de classe, e já com isto permitir-nos perceber as possíveis contradições entre interesses corporativos e os interesses de classe, ela ainda não explica uma outra característica do corporativismo apresentado na entrevista citada acima: a negação da luta-de-classes em prol da *cooperação de classes* dentro da mesma *corporação*.

¹⁰³ Estamos usando o conceito de corporativismo de forma bastante ampla, seguindo a noção gramsciana apresentada no primeiro capítulo.

¹⁰⁴ Entrevista concedida por Paulo Vidal Neto ao autor no dia 21 de março de 2003.

¹⁰⁵ Chamamos de “aristocracia operária automotiva” a tendência dos agentes ligados ao setor automotivo organizarem-se em torno de seus interesses setoriais em detrimento dos interesses destes decorrentes de sua relação com os meios de produção, canuflando os limites de classe existentes entre estes agentes e apresentando-os como meras funções profissionais dentro da mesma corporação, e com isto pondo obstáculos para a organização destes agentes em torno de propostas de cunho classista.

¹⁰⁶ GRASMCI. A. *Obras Escolhidas*, SP, Martins Fontes, 1978.

“A substituição da noção de classe – fruto do liberalismo – pela de corporação, não significa apenas uma mudança de nomenclatura. Representa (...) uma proposta que considera patrões e empregados como meras funções profissionais”.¹⁰⁷

Será que a origem desta “aristocracia operária automotiva” estaria no próprio sindicato? Ao buscarmos as origens específicas deste tipo de corporativismo, nos defrontamos com a forma pela qual o aparelho sindical brasileiro foi organizado pelo Estado. A forma de organização do sindicalismo populista está assentada na outorga estatal de representatividade e recursos materiais, criando no sindicalismo brasileiro uma relação de extensão entre o Estado e o sindicato, funcionando o sindicato como um débil aparelho de Estado que tem por base a ideologia populista, entendendo o populismo como um reformismo pequeno burguês. Como a representatividade de cada sindicato que integra tal estrutura não deriva da categoria que aquele sindicato diz representar, decorre daí um tipo específico de relação entre os trabalhadores e o sindicato:

“(...) A rigor, no populismo sindical não é correto afirmar que os trabalhadores organizam sindicatos. Eles se filiam a sindicatos organizados, para eles, pelo Estado. Mantêm com o sindicato uma relação *frouxa e distante*. Do mesmo modo, e pela mesma razão, que um governo populista dispõe de um apoio inorgânico e difuso das classes populares, tampouco o sindicato de Estado organiza os trabalhadores em torno de um programa de luta”.¹⁰⁸

Retomemos a questão feita nos parágrafos anteriores: será que a estrutura sindical explica a formação desta aristocracia operária automotiva? Parece-nos que não, ou ao menos não totalmente. Como indica o trabalho de Armando Boito Júnior, o sindicalismo de Estado brasileiro tem como principal função desorganizar o movimento operário no seu conjunto, mas ele consegue ser ainda menos representativo entre os operários das grandes empresas, que durante a década de oitenta foram os mais combativos, mas não os mais

¹⁰⁷ FREIRE, Silene de Moraes. *Suportes ideológicos do corporativismo brasileiro*. Plural (Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia). 1 semestre, São Paulo. 1994.

¹⁰⁸ BOITO JÚNIOR, A. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. Campinas. Editora da Unicamp/ São Paulo. Hucitec. 1991, pp.90/91.

sindicalizados.¹⁰⁹ Consideramos que a origem desta *aristocracia operária automotiva* não reside propriamente na estrutura sindical brasileira, mas que tal estrutura tem alguns efeitos sobre a forma específica que este corporativismo tomou numa dada conjuntura política.

Durante o período da década negra os dissídios salariais das pequenas empresas foram somados aos das grandes, gerando aparente benefício para as empresas menores e “fortalecendo” os sindicatos das pequenas empresas, mas fazendo com que as reivindicações dos trabalhadores das empresas monopolistas não fossem satisfeitas. Isto gerou grandes lucros para as empresas monopolistas, apesar da visível capacidade destas empresas pagarem muito mais aos seus funcionários do que as menores. Isto também permitiu que tais empresas tivessem um argumento para oferecer aos seus operários e justificar as perdas salariais: a culpa pelos salários cada vez mais baixos não era das empresas automotivas, mas sim das empresas menores. Se era a estrutura trabalhista e sindical brasileira na conjuntura militar que gerava tal “fusão indesejada”, é compreensível a “combatividade” dos trabalhadores do setor automotivo, que queriam livres negociações “empresa por empresa”. Havia um conflito *superficial* entre os operários do setor automotivo e a política trabalhista da ditadura, *buscando condições especiais* de negociação salarial, livrando-se assim do estorvo que lhes representava as pequenas fábricas metalúrgicas; mas sem de fato ameaçar a estrutura sindical como um todo.

Mas apesar da estrutura sindical e da política salarial da ditadura terem algum papel no reforço de uma divisão entre os funcionários das grandes empresas automotivas e das pequenas empresas metalúrgicas dentro do Sindicato de São Bernardo e, especialmente, na relação deste com outros sindicatos metalúrgicos, ainda assim é preciso explicar a forma específica que este corporativismo tomou no setor automotivo, ou melhor, é preciso explicar porque podemos falar numa aristocracia operária automotiva, organizada em torno deste ramo industrial. Consideramos que há uma base ideológica mais *específica e profunda* para este corporativismo típico dos operários do setor automotivo. A origem das

¹⁰⁹ BOITO JÚNIOR, A. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*. Campinas, Editora da Unicamp/ São Paulo, Hucitec, 1991, p.281.

especificidades desta aristocracia operária automotiva está numa ideologia, secretada dentro da própria fábrica:

“Ele me deu uma explanação, que um trem, carregado de pessoas: estava nesta estação a 1200 metros acima do nível do mar, e tinha uma outra composição já no nível do mar. E alguém mexeu neste trem e o trem saiu sem maquinista descida abaixo, com pessoas e mais pessoas dentro do trem. E ele me perguntou o que eu faria pra que essas pessoas não morressem (...) E eu falei que não sabia. E ele disse: “e se eu soltar uma locomotiva em sentido contrário? O que você acha que vai acontecer?” Eu falei: “Vai acontecer um desastre!”. (...) E aí, ele fez uma explanação... que ele soltou aquela locomotiva, só que de um ponto em diante, ele parou essa locomotiva, e começou fazer ela descer no mesmo sentido do outro trem que vinha desgovernado. Até que este trem encostou na traseira dessa locomotiva, e ela foi freando, e conseguiu depois levar a composição de volta a estação (...) E ele me perguntou: “você entendeu o que eu quis te falar?” (...) “pra você conquistar, em determinadas ocasiões é preciso ceder”. Ele falou: “você é esse trem que está daqui pra lá, e eu sou este que está daqui pra cá. Esse trem, que está ali com milhares de pessoas, são os trabalhadores da fábrica. Se nós nos encontrarmos, vai morrer todo mundo. Mas se alguém ceder um para o outro, nós vamos conquistar o que a gente quer”.¹¹⁰

Mas a fábrica também é uma estrutura que secreta ideologia? Em seu polêmico trabalho sobre os aparelhos ideológicos de Estado, Althusser não indicou que a fábrica era ela própria um aparelho ideológico. Para ele, o principal aparelho ideológico na sociedade burguesa era o aparelho escolar.

A crítica mais comum a este trabalho decorre da visão estendida de Estado que ele apresenta. Tal crítica é feita mesmo por pesquisadores que admitem ter se apoiado em tal obra, tal como fez Sader ao discutir as matrizes ideológicas do novo sindicalismo. Em nossa pesquisa, trabalhamos com a visão estendida do Estado que inclui não só o aparelho repressivo e a estrutura jurídico-política, mas também os aparelhos ideológicos de Estado. Adotamos de forma geral o conceito althusseriano de aparelho ideológico, em especial ao tratarmos do aparelho sindical, mas encontramos outra estrutura que secreta ideologia. Mesmo que esta não seja esta a sua atividade predominante, a fábrica também é uma estrutura que secreta ideologia.

¹¹⁰ Entrevista concedida por Julião Garcia Galache ao autor no dia 03 de agosto de 2002

Não fomos os primeiros a perceber o papel ideológico das fábricas. Segundo Poulantzas, boa parte da formação ideológica da classe operária não se dá no sistema escolar, mas sim dentro da fábrica:

“ A reprodução dos lugares nas relações de dominação ideológica e política, por mais que recorra aos aparelhos, recorre igualmente a *outros* aparelhos além dos aparelhos ideológicos de Estado, principalmente ao próprio aparelho econômico. Uma ‘empresa’, enquanto unidade de produção sob a sua forma capitalista, constitui igualmente um aparelho, no sentido em que reproduz, *pela divisão social do trabalho em seu seio* – organização despótica do trabalho – *as relações políticas e ideológicas* referentes aos lugares das classes sociais. Por outro lado, a reprodução das relações ideológicas, que detém um papel capital, não é simplesmente a função dos aparelhos ideológicos, como se tudo o que se passasse na produção só se referisse ao ‘econômico’ e como se aos aparelhos ideológicos se reservasse o monopólio das relações de dominação ideológica”¹¹¹

Nossa análise aponta para a importância desta atividade ideológica fabril na formação do corporativismo típico dos trabalhadores do setor automotivo, produto da absorção direta desta *ideologia corporativista, carreirista e anticlassista* presente nas diversas doutrinas administrativas burguesas, tendo como objetivo único minar toda a identidade de classe potencial e substituir a mesma por uma identidade de corporação. Consideramos que este tipo de ideologia secretada pela empresa não afeta apenas os operários manuais, mas todos os funcionários, criando uma identidade falsa entre os interesses patronais, os interesses dos mensalistas e dos diaristas. Essa identidade falsa mascara a presença conflituosa de diversas classes dentro de cada unidade fabril, sendo a origem principal da aristocracia operária automotiva.

No caso específico do setor automotivo, no período estudado, a *ideologia corporativista* assume a forma de uma mistificação da fábrica, que é apresentada como uma “grande família”, sendo o fundamento ideológico da formação de uma aristocracia operária neste setor. A persistência desta ideologia da família fabril já foi percebida por Celso Frederico, em seu estudo sobre os operários do setor automotivo:

¹¹¹ POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975, p. 34.

“Ao lado desses aspectos econômicos, técnicos e psicológicos, a história recente da indústria viu nascer a necessidade de se levarem certas formas de organização ideológica visando a contenção, num plano superior, das tensões sociais. Não se trata mais aqui somente de remover as fricções e arbitrariedades desnecessárias (como no caso das ‘relações humanas na indústria’) mas sim de se conseguir a desejável integração *ideológica* do operário na empresa. Busca-se organizar a superestrutura através do pressuposto segundo o qual a fábrica não é apenas um local de exploração do trabalho, mas sim uma *grande família associada*”¹¹²

Observamos facilmente a presença de tal ideologia ainda nos dias de hoje, mesmo que num grau distinto e sem se cristalizar na formação de uma aristocracia operária. Que pese o medo do desemprego que hoje assola a classe operária, também as fábricas têm um peso significativo no corporativismo contemporâneo. Hoje a ideologia da “família fábrica” se disseminou de tal forma que acabou tomando uma forma sensível, através da produção de informativos fabris. O setor automotivo foi o pioneiro nesta imagem mistificadora da fábrica:

“Tanto é que durante o período que eu estive na Willys... eu só posso elogiar a Willys, porque a Willys me transformou numa pessoa... é... se hoje eu estou no comércio, se eu estou bem, eu devo parte a Willys, porque a Willys me fez, com que eu me formasse uma pessoa responsável, uma pessoa... que tem uma meta na vida, de saber onde eu quero chegar, saber o que eu quero fazer, e dar a minha família, uma... uma condição como se... tivesse quase nos EUA. Eu, por exemplo, hoje, tenho um filho formado médico... que é uma pessoa... um benfeitor... foi graças a essa formação... que a Willys me deu... a Willys fez com que meus filhos amassem a Willys. Os meus filhos eram fãs número um da Willys...”,¹¹³

Hoje, este mesmo tipo de corporativismo permeia os novos modelos de organização despótica do trabalho. Teresinha Ferrari estudou a fundo os manuais produzidos atualmente e sua função anticlassista. Falando a partir de um momento histórico distinto, no qual o modelo de organização toyotista vem substituindo o fordismo a largos passos, aparentemente questionando o fordismo em diversos pontos, ainda assim é possível

¹¹² FREDERICO, C. *A Vanguarda Operária*, São Paulo, Editora Símbolo, 1979, p.129.

¹¹³ Entrevista concedida por Julião Garcia Galache ao autor no dia 03 de agosto de 2002

perceber uma continuidade geral no esforço anticlassista de ambos. No caso específico do setor automotivo, os incentivos à docilidade e passividade – que por si só já delatam o caráter burguês de tais ideologias – são complementados com uma metáfora familiar persistente, que encobre a identidade de classe com apelos à “família fabril”. Nesta grande família, cabe aos trabalhadores todo o tipo de atividade que possa criar valor para os seus irmãos, os acionistas...

Deixando de lado a questão da persistência deste corporativismo setorial típico dos operários do setor automotivo hoje, podemos agora retomar nossa discussão: houve no passado uma forte tendência ao corporativismo no setor automotivo, especialmente no período entre o AI-5 e a crise política da ditadura, a partir de 1974. A existência deste corporativismo específico do setor automotivo indica a presença de uma aristocracia operária automotiva. A aristocracia operária automotiva tem como base uma ideologia de cooptação secretada principalmente pelas fábricas automotivas. Tais fábricas se apresentavam como superiores às demais metalúrgicas, sempre afirmando oferecer as melhores condições de trabalho aos “seus” operários, que muitas vezes acreditavam fazer parte daquela “família fabril”. Tais empresas acenavam para os operários com promessas de ascensão social e com declarações de sociedade entre capital e trabalho, já que ambos estariam interessados no aumento de produtividade daquela unidade fabril em detrimento das demais.

Esta *ideologia corporativa* impregnou durante um longo período a própria gestão sindical metalúrgica e mesmo representantes da oposição não saíram totalmente ilesos desta influência. A ideologia corporativa anticlassista gerava um tipo de identidade setorial que dividia os trabalhadores do setor automotivo dos demais metalúrgicos. A existência desta aristocracia operária automotiva norteou as práticas do Sindicato de São Bernardo durante o chamado milagre econômico, quando os operários deste setor viam-se como uma “corporação privilegiada de operários automotivos”, cujos membros pareciam destinados a serem “incorporados” pela classe média, desde que se livrasse do estorvo das pequenas metalúrgicas:

“Verena Glass: Já tinha a central sindical?”

Lula: Não, a CUT (...) nós só criamos em 1983. De 1969 a 1982 aconteceu um processo de aprendizado importante. E um dado também importante é que o Sindicato do ABC (sic) já nasceu muito grande, era mais avançado que a média dos sindicatos brasileiros porque tinha uma elite na categoria: os trabalhadores da indústria automobilística, que naquele tempo certamente ganhavam mais do que os jornalistas ganham hoje (...). Os trabalhadores tinham um padrão de vida muito alto e a partir de 1968 começaram a perder. Um trabalhador da Ford, da Mercedes, da Volkswagen, da Scania, na época, era o bambambã, era o que tinham o primeiro carro, a melhor casa, o que, todo dia de feira, a mulher dele voltava com o carrinho cheio de frutas. Na época do Natal, ganhava presentes, 13^o, algumas montadoras davam 14^o, ou seja, éramos um grupo de privilegiados no mundo do trabalhador brasileiro (...).¹¹⁴

Alguns entrevistados chegaram a destacar que, no período entre o golpe de 1964 e a formação da oposição sindical de 1972; foi lançada a proposta de criação de um sindicato exclusivo das empresas automotivas, dividindo estes dos demais metalúrgicos do próprio município:

“(...) mas eu não falei para você que eu fui várias vezes convidado para fundar o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Automóveis (...) colocaram para mim a faca e o queijo na mão. E eu não concordei porque a gente simplesmente iria acabar com o Sindicato dos Metalúrgicos, e ele seria sindicato apenas dos trabalhadores das indústrias de automóveis (...) e eles fizeram tudo para que eu fundasse, porque realmente, se fosse pensar hoje, era muito melhor (...), porque o que acontece: as vezes uma reivindicação na qual uma serralheria não poderia atender, uma fábrica de automóveis podia”¹¹⁵

Devemos assinalar que a existência desta aristocracia operária automotiva não pode prescindir de alguma base material. A crença numa suposta superioridade dos operários do setor automotivo só se torna realmente forte nas grandes empresas multinacionais, cujas margens de lucro são tão grandes que permitem a distribuição de pequenas benesses aos seus operários, como os presentes natalinos e o décimo quarto salário. São essas pequenas benesses que diferenciam a vida do operário automotivo nos bairros operários, reforçando a imagem de trabalhador “privilegiado”. É no momento em que tais “privilégios” começam a

¹¹⁴ Entrevista concedida por Lula à Revista Caros Amigos, ano IV, número 44, novembro de 2000, editora Casa Amarela, São Paulo.

faltar que o trabalhador destas empresas passa a engrossar o movimento sindical, ainda que permaneça impregnado deste corporativismo específico do setor automotivo.

Por se perceberem como um setor privilegiado da classe operária, os trabalhadores do setor automotivo buscavam negociar melhorias imediatas de forma separada dos demais metalúrgicos. Como a política de dissídios era baseada na situação de todas as empresas metalúrgicas do Estado, o resultado era o reajuste baseado nas condições das empresas menos competitivas, gerando uma situação na qual os empregados das pequenas fábricas do interior obtinham benefícios ao se aliar aos das empresas maiores, mas nas empresas maiores a mais-valia produzida de forma crescente não fosse revertida em nenhuma melhoria nas condições de reprodução da força de trabalho, beneficiando assim a classe burguesa ligada às multinacionais.

“Nessa primeira campanha de 70, quando nós propusemos aos trabalhadores que o dissídio individual de São Bernardo proporcionaria melhores condições, foi um movimento muito grande na base, foi um limiar, realmente... de esperança, era impressionante, quando nós íamos em porta de fábrica e começávamos a falar com os trabalhadores a esse respeito, você sentia... no olhar dos trabalhadores, uma extraordinária manifestação de esperança, era uma coisa... uma manifestação muito grande de esperança. E quando depois, com base em toda essa ilegitimidade legal, o processo foi simplesmente desconhecido pelo tribunal, juntou-se arbitrariamente aos ... processos dos demais sindicatos, sob alegação inclusive de economia processual, e deu uma sentença niveladora por baixo... foi uma profunda frustração...”¹¹⁶

A partir de nossa pesquisa, tornou-se claro para nós que a discussão sobre a existência de uma “aristocracia operária” entre os metalúrgicos do setor automotivo de São Bernardo tinha como base análises que não observaram adequadamente as determinações conjunturais deste setor. Retomando a definição de Hobsbawm, para qual o conceito refere-se à presença de um “movimento operário moderado”, cuja base é um setor que vê a si próprio como “elite” da classe operária, é um fato inegável na conjuntura do AI-5. Que este mesmo setor pudesse ter um comportamento distinto noutra conjuntura, tal como de fato ocorreu no momento de crise da ditadura militar, também é algo previsto no próprio

¹¹⁵ Entrevista concedida ao autor por Julião Garcia Galache, no dia 3 de agosto de 2002

¹¹⁶ Entrevista concedida por Paulo Vidal Neto ao autor no dia 21 de março de 2003.

conceito de “aristocracia operária” apresentado por Hobsbawm¹¹⁷. Considerando a realidade dos operários nacionais, os trabalhadores da indústria automotiva eram vistos como “privilegiados no mundo do trabalhador brasileiro”. e é justamente por captar este aspecto que optamos por usar o conceito de aristocracia operária.

A política salarial da ditadura e as perdas salariais dela decorrentes geravam uma contradição visível com a ideologia carreirista secretada pelas indústrias automotivas. Essa ideologia gerava uma imagem de superioridade entre os operários do setor automotivo, e isto foi *parcialmente* verdade se compararmos as condições de vida dos metalúrgicos das grandes fábricas do setor com as condições de vida dos metalúrgicos de outros setores. Essa condição de superioridade setorial estava sendo minada pela política salarial da ditadura. Assim, conforme os efeitos do milagre econômico iam sendo sentidos ano após ano, fortaleceu-se a luta sindical daquele setor para recuperar sua situação “privilegiada” no seio da classe operária nacional. Portanto, a principal característica das manifestações sindicais destes operários nos primeiros anos da década de 1970 é um corporativismo específico do setor automotivo. Havia de fato uma aristocracia operária automotiva neste período.

Foi em torno da política salarial que o movimento sindical da região começou a se rearticular, mas ainda numa perspectiva fortemente corporativista. Sem propor nenhuma relação como outros movimentos sociais, impregnados por uma ideologia que os colocava como superiores aos demais operários, as reivindicações destes operários sempre tenderam ao economicismo, e a única atividade política que lhes parecia possível era a formação de um *lobby* automotivo na política regional.

3.2.3- Obreirismo, antiintelectualismo e economicismo classista:

Se existe um esforço tão grande para mascarar as contradições de classe dentro das empresas, esforço que gera o próprio corporativismo específico do setor automotivo e o tipo específico de economicismo que dele decorre, podemos deduzir que existe uma outra

¹¹⁷ HOBBSAWM, E. J. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 308/309.

tendência, a tendência da classe operária perceber o seu lugar nas relações de produção e organizar-se a partir de tal identidade.

A própria divisão de espaço dentro da fábrica, de condições salariais e de benefícios não pode ser de todo calada por uma ideologia que tenta dissolver as classes justamente no espaço onde tal cisão é mais visível. A existência de diversas classes no universo fabril é percebida por parte das bases operárias, mas tal percepção se dá de forma imediata e limitada, como uma cisão de classe entre os operários que executam serviços manuais e os funcionários que executam serviços intelectuais, os últimos vistos como privilegiados, mas de uma maneira instintiva e um tanto confusa, apontado o efeito – a cisão espacial e salarial entre os trabalhadores manuais e intelectuais – como causa e ocultando a verdadeira causa – as relações de propriedade e posse dos meios de produção – abrindo caminho para uma nova ideologia: o obreirismo.

A ideologia obreirista faz a apologia do trabalho manual como o único que realmente seria trabalho, e todos os demais seriam parasitas em torno do trabalho manual.¹¹⁸ Tal percepção classista permite aos operários se unirem nos locais de trabalho, mas ao mesmo tempo coloca problemas: e os trabalhadores do setor de serviços? E os funcionários públicos? E os estudantes? E os artistas? *Nenhuma destas categorias está presente neste primeiro “instinto” de classe.*

O que chamamos de obreirismo? Conforme apresentado no primeiro capítulo, nosso conceito de obreirismo deriva do famoso ensaio de Lênin, “Que fazer?”. Retomando tal discussão, podemos perceber na análise de Lênin duas noções distintas, que seriam a base para tipos distintos de economicismo:

¹¹⁸ Ver MILLS, C.W. *A nova classe média (White Collar)*, Rio de Janeiro, Zahar, 1969; POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975; RUMIANTSEV, A. *La estructura de la clase obrera de los países capitalistas*, Praga, Paz y Socialismo, 1963; WRIGHT, E.O. *Classe, crise e o Estado*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

- 1- A noção de um processo cumulativo que se dá no seio da classe operária, cujo primeiro momento é expresso em torno de um “sentimento” operário que preferimos identificar como uma ideologia operária *limitada*, que tem como base a percepção *limitada e imediata* por parte dos trabalhadores manuais sobre as relações sociais na qual estão inseridos. Este primeiro momento da ideologia, este “sentimento” quase intuitivo dos operários manuais, aponta para a necessidade destes operários organizarem-se coletivamente, mas não vai além disto. Chamamos a esta ideologia neste primeiro momento de *obreirismo*.

- 2- A apologia desta ideologia limitada por parte dos intelectuais pequeno-burgueses russos que desenvolveram todo um culto da espontaneidade e pretenderam rechaçar toda a importância do trabalho teórico nas lutas socialistas. Para tal apologia, Lênin reserva o uso do termo *oportunismo*.

Dentro do universo fabril, essa ideologia se forma de maneira mais espontânea entre os operários, mesmo que seja limitada, preocupada com assuntos referentes a exigências específicas do dia-a-dia. De fato, dentro da fábrica tal ideologia demarca o território de cada classe, mas fora dele, esta ideologia gera reflexos que nem sempre são positivos para os trabalhadores braçais. Os trabalhadores manuais carregam tal desconfiança de classe para os movimentos sociais, adquirindo de antemão uma postura crítica a todos os movimentos que não são diretamente integrados por trabalhadores braçais: os movimentos estudantis, religiosos, de associações de bairro; além dos partidos políticos. O único movimento que vêem como deles é o sindical, justamente porque nada mais é do que o desenvolvimento daquele primeiro momento de identificação limitada de classe, mas ainda assim o sindicalismo não supera as limitações daquela ideologia inicial, pelo contrário, o maior esforço da vida sindical baseada em tal ideologia é afastar aquilo que percebem como influências externas: a presença de movimentos sociais de partidos políticos dentro do sindicato. Não é difícil deduzir que as estratégias sindicais decorrentes do obreirismo, que acusa tudo que não se concentra no cotidiano fabril como sendo “ideológico”, sempre tenderão ao economicismo. Assim, este tipo específico de economicismo é uma das

manifestações do obreirismo, uma manifestação que pode ser percebida em doutrinas, práticas e instituições que estão impregnadas por tal ideologia.

Em São Bernardo, durante um longo período, foi a articulação do corporativismo setorial automotivo com este obreirismo espontâneo das bases que caracterizou a vida sindical local. Mesmo que tais tendências tenham bases diversas, há uma relação de homologia entre suas tendências. Tal homologia decorre das diferentes formas de economicismo de cada uma das correntes. Numa conjuntura onde qualquer economicismo classista da “nova classe operária” do ABC teria que enfrentar a repressão ditatorial, o economicismo corporativista do setor automotivo foi reforçado.

Consideramos que o fortalecimento da tendência antipartidária ou partidária do obreirismo está ligado a fatores conjunturais. No início da década de 70, a própria conjuntura ditatorial era antipartidária, e o discurso obreirista opunha visivelmente a idéia de partido à idéia de classe:

“A solução dos problemas do trabalhador não está nos partidos políticos, mas na classe. Já tivemos aqui dez, doze, quatorze partidos políticos e o trabalhador continuou na mesma...”.¹¹⁹

Quando o processo de abertura política colocou na ordem do dia o processo de criação e recriação dos partidos políticos, aquela tendência antipartidária do obreirismo foi revista, mas isto não significou a abertura para a formação de diversos tipos de partido, algo impossível enquanto o obreirismo não fosse de fato superado. Na verdade, a persistência do obreirismo entre os novos sindicalistas não explica a opção de criar ou não um partido, mas sim qual o tipo de partido que seria criado, caso esta proposta fosse lançada. Ao menos a partir dos relatos dos dirigentes de base, o objetivo era criar um partido trade-unionista:

“... A partir do momento em que a classe trabalhadora criar um partido ou vários partidos políticos – vários porque as correntes e as tendências ideológicas dentro da classe trabalhadora também existem

¹¹⁹ Entrevista de Lula publicada no Pasquim, 24 a 21 de março de 1978.

--. que pudéssemos criar um ou dois partidos dentro da classe trabalhadora. eu poderia me filiar a um deles".¹²⁰

"Começou em... algumas reuniões, em 79. 80, o Lula falava que... final de 1978, o trabalhador precisava ter um partido, porque era maioria. Aí, teve um encontro janeiro em 79, em Lins. Eu não participei deste congresso, mas diz que foi discutido qualquer coisa sobre um partido de trabalhadores. Começou por lá. Não sei se foi discutido em plenária, mas alguns grupos já falavam em partidos, partido dos trabalhadores, tal. Há quem diz até... isto eu não posso provar, eu sei que o Lula sempre falou em partido dos trabalhadores... quando foi em 78, a gente conversava: nós precisamos formar um partido, porque a classe operária é ... é grande, é a maior... aquelas coisas todas. Até dizem, não sei se é verdade... porque é difícil agora... que quem citou até, depois de tudo falado, isso, aquilo, 'ó, podia ser Partido dos Trabalhadores', foi o presidente do Sindicato de Santo André, foi o Benedito Marcilio, dizem. E ficou Partido dos Trabalhadores. Na provisória, 79, 80; já começou a fazer alguns núcleos, já começou a fazer algumas reuniões"¹²¹

"Um partido político será a saída para a gente e também para outras camadas -- todos que os trabalhadores, que vivem dos salários, deveriam participar. Falta muito para chegarmos ao estágio do partido político, mas estou convencido de que o caminho é esse".¹²²

Como já indicamos, o obreirismo é uma ideologia típica de um primeiro momento de organização da classe operária, presente de diferentes maneiras em diversas conjunturas e formações sociais, no caso, presente naquele momento de formação de um movimento social que teve como base a "nova classe operária", formada basicamente por migrantes nordestinos e interioranos. O obreirismo caracteriza-se por uma identidade de classe quase instintiva, que se manifesta num certo antiintelectualismo dos operários, isto é, num desprezo pelas atividades predominantemente intelectuais e a conseqüente sobrevalorização das atividades predominantemente manuais; e num certo economicismo dos mesmos operários, isto é, no desprezo pelas atividades especificamente política e a conseqüente sobrevalorização das reivindicações econômicas imediatas.

¹²⁰ entrevista de Lula no Diário do Grande ABC, em 23 de julho de 1978.

¹²¹ Entrevista concedida ao autor por Nelson Campanholo.

¹²² Entrevista de Lula publicada no Jornal do Brasil, em 14 de janeiro de 1979.

Este obreirismo não era exclusividade das lideranças de base que participavam da diretoria sindical, nem era uma característica restrita apenas à classe operária local naquele período histórico específico. Há na história do sindicalismo brasileiro inúmeros momentos nos quais alguma manifestação de obreirismo pode ser percebida. Elementos de obreirismo estão presentes já nas declarações do Primeiro Congresso Operário de 1906:

“Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas: que a única base sólida de acordo e de ação são os interesses econômicos comuns a toda a classe operária, os de mais clara e pronta compreensão: que os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora da sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legatários, não há lei que valha;

O Congresso Operário aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta, dos rudimentos direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, a pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”¹²³

Também aquele antiintelectualismo que indicamos uma das manifestações do obreirismo, também era presente neste período, como indica inclusive uma crítica ao mesmo escrita no antigo jornal socialista *Avanti*, em 1907:

“Não pertencendo nós àquela escola que desconfia sistematicamente dos ‘intelectuais’, e aconselha aos trabalhadores braçais ficarem distantes, a fazer por eles mesmos, alegramo-nos lendo que também aqui se encontram burgueses que não tem medo de declararem-se socialistas e figurarem francamente ao lado dos proletários”¹²⁴

Outras manifestações de antiintelectualismo podem ser percebidas nos discursos e textos produzidos pelos próprios anarcosindicalistas. Discutindo a influência do anarcosindicalismo no movimento operário paulista, Silvia Lang Magnani destacou algumas passagens do informativo *A Terra Livre*, publicado entre 1906 e 1911. Numa

¹²³ HALL, Michael M./ PINHEIRO, Paulo S. – A Classe Operária no Brasil: documentos (1889 a 1930), Volume 1 – O Movimento Operário. Editora Alfa Omega. São Paulo, 1979, pp. 46.47.

¹²⁴ *Ibidem*, pp. 59 e 60

delas, aparece um texto, cuja temática é inspirada numa leitura reducionista dos Estatutos Gerais da Associação Internacional dos Trabalhadores, especialmente na idéia de que “a emancipação da classe proletária deve ser obra dos próprios operários”:

“(…) só pode haver um partido operário: aquele que possa absorver em seu seio todos os operários e somente operários. baseando-se em interesses comuns a todos e por todos sentidos e compreendidos (….) um partido político não é exclusivamente operário. Embora se proclame findado sobre a luta de classes. admite em seu seio aspirações. tendências . hábitos mais ou menos estranhos à vida operária (…).

A única base de acordo existente e possível para o partido operário são os interesses econômicos comuns a todos os trabalhadores”.¹²⁵

Em diversos momentos da história, os operários da produção viram os militantes de movimentos sociais, fossem intelectuais burgueses, católicos ou estudantes, como agentes que pretendiam usar o movimento operário como massa de manobra. Era assim que grande parte dos imigrantes operários da velha república viam os intelectuais socialistas; e era assim que os sindicalistas do ABC percebiam a aproximação de outros movimentos naquilo que consideravam como as “suas lutas”, com a devida ressalva que, num momento histórico, tal processo se dava às margens do Estado e, noutro, de dentro da estrutura sindical estatal:

“(…) Daí fomos descobrir que ela era estudante de jornalismo no Paraná e tinha vindo. naquela idéia de liderar os operários. Naquela época. a bronca que eu tinha do movimento estudantil era que eles partiam do pressuposto de que nós éramos um bando de babacas, eles eram um bando de inteligentes e tinham que ir para dentro da fábrica para poder nos liderar. Não acatávamos isso”.¹²⁶

Entre os imigrantes europeus do início do final do século XIX e a “Nova Classe Operária” nas décadas de 60 e 70 do século XX, há sem dúvida uma infinidade de diferenças, mas há ao menos uma semelhança notável. No caso da Velha República, estes imigrantes estavam

¹²⁵ *A Tribuna Livre*, número 3, 7 de fevereiro de 1906. Citado por Sílvia Ingrid Lang Magnani no livro *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*, São Paulo, Brasiliense, 1982, p.97.

¹²⁶ Entrevista de Luis Inácio Lula da Silva na Revista Caros Amigos, Ano IV, número 44, novembro de 2000. Editora Casa Amarela, São Paulo, página 28.

excluídos da participação política em razão de sua origem estrangeira, e por isto a discussão sobre a participação política partidária lhes era totalmente alheia. No caso da ditadura militar, os operários estavam impossibilitados de criar novos partidos políticos pela ditadura e tinham seus direitos políticos limitados. Nos dois casos, a conjuntura política criava uma impossibilidade de participação política efetiva dos operários, fato que potencializou a formação de uma doutrina obreirista, que rechaçava a ligação do movimento operário com os intelectuais oriundos de outras classes e defendia a luta econômica imediata como a única válida.

Também uma diferença entre os dois movimentos nos parece especialmente relevante. No caso dos anarcosindicalistas da Velha República, à exclusão política somava-se uma autonomia sindical efetiva, com sindicatos cuja força dependia apenas de sua capacidade de organização de uma determinada categoria profissional. No caso dos “Novos Sindicalistas”, à exclusão política soma-se a atividade dentro de um aparelho sindical estatal, o que criaria uma visível contradição com o anti-estatismo típico dos anarcosindicalistas de outros tempos.

3.3- Características distintivas:

Retornando às definições provisórias e abstratas das diversas orientações político-ideológicas percebidas de imediato, consideramos que agora elas podem ser redefinidas de maneira satisfatória. Veremos que as diversas orientações que percebemos não necessariamente correspondem à auto-imagem que os entrevistados traçam de si próprios.

3.3.1- o peleguismo – em defesa do governo e dos patrões:

Partimos do peleguismo sindical, responsável pela apologia da ditadura militar e de sua política trabalhista. Pensados desta forma, os sindicalistas pelegos *estrito senso* permaneceram na direção do sindicato apenas por um curto período: entre 1964 e 1965. Pensando desta forma, daríamos apoio à leitura teleológica que se apresenta nos autores que fazem a apologia do PT e do novo sindicalismo, pois teríamos uma progressão contínua de

representantes cada vez mais à esquerda, entre o interventor e Lula, como se houvesse um destino predeterminado que levasse necessariamente à formação do PT. Tal explicação é bastante plástica, tudo se encaixa muito bem, mas os fatos que levantamos não conferem com ela.

O peleguismo proliferou nos chamados sindicatos de carimbo:

“ A Federação era dominada por aqueles chamados ‘sindicatos de carimbo’, era o Sindicato de Araras, que na época era inexpressivo, o sindicato... de São João... o outro era de Piracicaba, que na época era muito inexpressivo. hoje Piracicaba tem muitas indústrias metalúrgicas, mas na época não tinha nada. Então eles criaram muitos sindicatinhos de carimbo, chamado... e cada um é... cada sindicato era um voto, então na Federação nós sempre perdíamos para a turma da chamada direita”¹²⁷

No plano da direita sindical, a principal reformulação é a subdivisão entre os sindicalistas pelegos e os assistencialistas. Usamos tal divisão para reservar a classificação de sindicalistas pelegos apenas àqueles que de fato foram reconhecidos agentes da ditadura, e assistencialistas aqueles que tentaram reorganizar o sindicato usando a estratégia assistencial, mas também aceitaram o condicionamento de sua autonomia relativa à exclusão das correntes comunistas. Como entre estes chegamos a encontrar pessoas que fizeram parte de uma oposição branda à ditadura num plano geral, mas participaram do processo de exclusão das correntes comunistas num plano local, **preferimos separar tais sindicalistas dos pelegos**, que sempre faziam a apologia da ditadura.

3.3.2- o assistencialismo – atrair as bases para o sindicato:

Chamamos de assistencialismo sindical uma orientação ideológica específica, caracterizada por uma visão bastante limitada do sindicato, cujas atividades legítimas se restringiriam as de amparo jurídico, médico, odontológico, escolar e recreativo. As estratégias decorrentes desta visão de sindicato tendem a concentrar todo o tipo de atividade no próprio prédio do sindicato ou no máximo em clubes ligados a este local, visando atrair através de benefícios seletivos os operários para o sindicato.

¹²⁷ Entrevista cedida por Mário Ladeia ao autor no dia 18 de fevereiro de 2003.

A ausência de um Estado de bem estar de tipo europeu é um dos fatores que explica a disseminação do assistencialismo sindical no Brasil. Talvez daí decorra a semelhança entre o tipo de sindicalismo norte-americano e o modelo sindical assistencialista. Observando o sindicalismo norte-americano e tendo em mente o tipo de estado de bem-estar francês, Martinet notou que nos EUA:

“O sindicato tem, portanto, de começar por se fazer reconhecer. Sem este reconhecimento não pode negociar contratos e a única coisa que interessa a grande maioria dos trabalhadores é evidentemente o conteúdo do contrato. Este, concluído para dois ou três anos, não fixa apenas o montante dos salários, a grelha hierárquica, as regras de antiguidade, os horários, as cadências e, de modo geral, as condições de trabalho, pois pode igualmente resolver problemas que, na Europa, dependem da legislação social, como o das garantias de emprego, subsídios parciais de desemprego, despesas de saúde e pensões de velhice. Fiquei surpreendido, ao visitar, em Nova Iorque, um sindicato local da confecção feminina (ILGWU), pelo fato dessa organização contar cerca de 90 funcionários para um efetivo de apenas 20.000 aderentes. É que a maior parte desses funcionários estavam ocupados em tarefas que, em França, dependeriam da segurança social.”¹²⁸

Elementos de assistencialismo sindical podem ser percebidos em diversos momentos da história do sindicato de São Bernardo, mas no período entre o início do AI-5 e a mudança da presidência sindical, em 1975, este assistencialismo sindical estruturou-se como uma corrente sindical com uma visão específica de sindicato e ainda exerceu hegemonia no sindicato de São Bernardo do Campo. Fundiu-se a ela outra corrente sindical distinta, que chamamos da corrente dos sindicalistas de base, unidas por um elemento semelhante, os economicismos de ambas.

Dos fatores estruturais, sem dúvida a estrutura sindical favoreceu muito a organização do assistencialismo como corrente sindical. O assistencialismo não questionava o legalismo sindical, muito pelo contrário, trabalhava dentro dos limites que este lhe impunha, e seu “respeito aos limites impostos” muitas vezes beirava a apologia dos mesmos. Também o assistencialismo serviu-se dos instrumentos que a própria estrutura sindical lhe garantia

¹²⁸ MARTINET, Gilles. *Sete sindicalismos: Grã-Bretanha, República Federal Alemã, Suécia, Itália, França, Estados Unidos, Japão*. Publicações Europa-América, 1979, p. 161.

para organizar-se de forma extremamente cupulista, de tal forma concentrada na diretoria sindical. e dentro desta na figura do presidente sindical, que podemos falar tranqüilamente num presidencialismo sindical.

Será que o corporativismo automotivo favoreceu a organização do assistencialismo sindical? Antes de mais nada, devemos caracterizar mais claramente o assistencialismo sindical:

“(...) Com a construção da sede, obviamente poderíamos ampliar a capacidade assistencial do sindicato e colocar, no aspecto político-sindical, a nossa proposta de vanguarda, tentar continuar mostrando que São Bernardo do Campo tinha uma característica diferenciada. Então, nas nossas campanhas salariais, quando tínhamos um problema de conseguir quorum na assembléia, dávamos um enfoque político, de crítica. Fazíamos a campanha, a assembléia e tinha a ausência de quorum, falávamos que sem isso não podíamos fazer nada, pra que eles trouxessem seus companheiros e discutissem na fábrica, e assim por diante (...)”.¹²⁹

Mesmo que tal modelo sindical pudesse ser combativo, ainda que apenas no campo econômico, sua forma de organização, oferecendo diversos benefícios seletivos aos seus associados, não questionava as relações de propriedade e nem apontava para uma estratégia classista. O corporativismo automotivo também não o fazia, e uma de suas bases era justamente a infinidade de “benefícios seletivos” oferecidos pelas fábricas automotivas aos seus operários. Há semelhanças entre o as práticas do sindicalismo assistencialista e as benesses distribuídas aos operários das fábricas automotivas. De forma geral, tanto o sindicato quanto as fábricas concediam aos seus operários benefícios seletivos, que diferenciavam os “seus” operários dos outros:

“O mandato de 72 esteve marcado pela condução do Paulo Vidal. O Paulo estava muito preocupado com a estrutura do Sindicato, a construção da sede, a nossa subsede em Santo André. Além disso, a gente tinha muita assistência social, e era necessário dar assistência para os associados, porque uma

¹²⁹ Depoimento de Paulo Vidal Neto, retirado do sítio www.abcdeluta.org.br, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

parcela deles, nesta época, vinha para o Sindicato interessado nisso. É claro que uma outra parte vinha atrás da luta sindical, que nunca deixou de existir, mesmo dentro das nossas limitações”.¹³⁰

O objetivo de tais táticas, tanto no caso do sindicato quanto no das fábricas automotivas, era a participação silenciosa dos operários. Ao apresentarmos a discussão de Maria Hermínia Tavares de Almeida sobre o movimento sindical durante os primeiros anos da década de 1970, indicamos que a autora percebeu uma semelhança entre o sindicalismo de alguns setores brasileiros e o sindicalismo norte-americano. Novamente, há semelhanças entre as práticas de silenciamento adotadas pelas fábricas no Brasil e as práticas das fábricas norte-americanas. Já durante a década de 20, ainda antes da grande crise de Nova Iorque, as empresas americanas usavam táticas “beneméritas” de silenciamento dos operários:

“Estimulados pelos seus êxitos financeiros, mais poderosas do que nunca, as grandes corporações e indústrias procuraram suprimir e desencorajar a sindicalização. Muitas chegaram mesmo a oferecer aos seus operários benefícios de vários tipos – prática que ficou conhecida como *welfare capitalism* (capitalismo assistencialista). Alguns empregadores que ofereceram tais benefícios agiam, certamente, motivados por considerações de ordem moral e humana; na maior parte, no entanto, encaravam os benefícios como uma nova eficientíssima arma de combate à sindicalização”¹³¹

Seja como quorum de reunião, seja como trabalhador mudo e satisfeito, tanto o sindicalismo assistencialista quanto o corporativismo automotivo não questionavam nem a organização sindical, nem as relações de produção. Se em cada fábrica tais táticas camuflavam os limites de classe, fora delas tal forma de organização favorecia a formação de um orgulho setorial dos operários do setor automotivo, afastando-os de qualquer estratégia de cunho classista. No campo sindical, este orgulho setorial automotivo favoreceu táticas de atuação isolada durante o milagre econômico, dividindo os metalúrgicos de São Bernardo dos demais metalúrgicos do Estado.

¹³⁰ Depoimento de Antenor Biolcatti, localizado no sítio: www.abcdeluta.org.br, ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

¹³¹ HERLING, J. *História dos sindicatos nos EUA: sua influência social, econômica e política*, Rio de Janeiro, Editora Lidador, 1965, p. 41.

Dos fatores conjunturais, o mais importante para a organização do assistencialismo como corrente sindical específica foi a própria repressão militar. Tirando dos sindicatos, qualquer espaço para uma atuação antigovernamental, favorecendo lideranças sindicais pelegas oriundas do sindicalismo populista ou recém-formadas pela própria ditadura, os únicos tipos de sindicalismo que poderiam vingar neste ambiente estruturalmente e conjunturalmente inóspito eram o sindicalismo assistencialista e o sindicalismo pelego *estrito senso*.

Mas o que diferencia o sindicalismo assistencialista do peleguismo *estrito senso*? Alguns autores não diferenciam as duas correntes, como é o caso de Haroldo Lima e Aldo Arantes, militantes da AP que discutiram a relação entre a repressão militar e o avanço do modelo sindical assistencialista e do peleguismo:

“A partir de 1969, o trabalho passou a efetuar-se nas condições de fascismo. O governo esforçava-se para transformar os sindicatos em associações de assistência social, órgãos promotores de assistência médica, dentária e farmacêutica, intermediários na concessão de bolsas de estudo, etc. As lutas econômicas mais elementares passaram a ser de difícil encaminhamento por meio dos sindicatos. Às assembleias não acorriam os operários, enquanto os pelegos administravam os serviços prestados pelos sindicatos”.¹³²

Em nossa pesquisa, tínhamos como ponto de partida tal visão, que vinculava necessariamente o peleguismo e o assistencialismo como duas facetas da mesma ideologia sindical, mas no decorrer das entrevistas percebemos diferenças significativas entre cada grupo. Enquanto o sindicalista pelego faz a defesa pragmática do governo do dia ou ainda dos gestores da fábrica na qual trabalha, e portanto não há um “modelo sindical pelego” para além deste pragmatismo, o assistencialismo possui um modelo próprio, e suas ações podem – em certas ocasiões e dentro de certos limites -- adquirir um caráter oposicionista em relação ao governo do dia, ainda que um “oposicionismo de superfície”, que em nada atinge a estrutura sindical.

¹³² LIMA, H/ ARANTES, A. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*, 2ª edição, Alfa-Ômega, SP, 1984, p.105.

O compromisso com os interesses do governo e da burguesia internacional faziam com que os pelegos não tivessem nenhum compromisso com suas bases. Reuniões vazias seriam, deste ponto de vista, algo desejável. Mas os assistencialistas de São Bernardo aparentemente buscavam trazer os operários afastados no período pelego (1964/1965) de volta ao sindicato, sem bem que tal preocupação parecesse muito mais quantitativa do que qualitativa...

Alguns sindicalistas assistencialistas se aproximaram da política. Paulo Vidal esteve entre os primeiros vereadores eleitos pelo MDB em São Bernardo, Antenor Biolcatti foi sindicalista em São Bernardo e vereador em Santo André, tudo isto muito antes da criação do Partido dos Trabalhadores. Há aqui uma contradição entre a participação partidária e o economicismo corporativista, contradição que, como veremos, é apenas aparente.

Novamente, há uma semelhança visível entre o sindicalismo assistencialista e o sindicalismo norte-americano no que se refere à participação partidária. A doutrina política da AFL-CIO, derivada do pensamento do sindicalista Samuel Gompers, foi resumida numa expressão muito simples: os sindicatos “ajudariam seus amigos e ‘ministrariam uma censura mordaz aos homens ou partidos que fossem indiferentes, negligentes ou hostis”.¹³³ Noutras palavras, a Federação Americana do Trabalho-Comitê Para a Organização Industrial (AFL-CIO) defendia e até hoje defende a formação de *lobbies* sindicais apoiando candidatos que veiculassem os interesses mais *imediatos* e *mesquinhos* dos sindicatos no Congresso:

“(...) o Comitê Para a Educação Política (...) – que reúne a Liga da AFL e a do CIO – transformou-se em uma poderosa força política (...). Essa atividade é baseada na filosofia segundo a qual cada trabalhador americano tem grande apoio no legislação e uma legislação adequada resulta da consciência e da ação políticas dos membros dos sindicatos. Algumas conquistas lentamente vão se transformando em leis, graças à luta perseverante dos trabalhadores no campo político”

Percebe-se que a “participação política” limita-se a “leis” que consolidem “conquistas” sindicais. Uma participação política deste tipo não supera o economicismo, pelo contrário,

reforça o mesmo. No caso norte-americano, mesmo que houvesse candidatos republicanos que veiculassem os interesses economicistas dos sindicatos no Congresso, havia desde o início do século XX uma penetração maior dos sindicatos no Partido Democrata:

“No âmbito nacional, os pontos de vista trabalhistas tinham, e ainda têm, uma colhida mais calorosa por parte do Partido Democrata. Isto se tornou evidente a parte de 1908, primeiro ano em que a AFL mandou representantes aos “comitês de programa” das duas convenções políticas. Gompers desejava assegurar-se de que a plataforma dos partidos (...) levariam em contra as opiniões e os interesses dos trabalhadores. Em 1908, o comitê de plataforma dos democratas recebeu bem a Gompers e seus companheiros, e os republicanos lhes deram o que eles consideraram uma atenção desdenhosa.”¹³³

No caso do assistencialismo brasileiro, a relação prioritária era com o MDB. Da mesma forma que o MDB representava uma oposição oficial à ditadura que não propunha a transformação da sociedade e na prática aceitava a própria ditadura, o assistencialismo sindical representava um sindicalismo aparentemente independente e apartidário, mas que na prática excluía a militância socialista e não questionava nem a estrutura sindical e nem a repressão militar. Tal como a crítica do MDB permanecia na superfície do regime, sempre preocupado em não sair da legalidade, o assistencialismo sindical em São Bernardo focou sua ação em críticas pontuais e cuidadosas à política salarial da ditadura. Longe de superar o economicismo corporativista, tal participação política apenas *reforçava* o mesmo.

Os sindicalistas assistencialistas não eram exatamente “sindicalistas independentes” ou “sindicalistas autênticos”, por mais confusas que sejam tais noções, mas um grupo sindical que aceitava atuar dentro dos limites impostos pela ditadura através da repressão e da estrutura sindical, por vezes beirando inclusive a apologia destes limites. A sobrevivência das eleições nas quais tal corrente saiu vitoriosa era condicionada à exclusão das correntes comunistas nas diretorias sindicais, e a própria estrutura sindical colocava a possibilidade de intervenção como uma ameaça permanente. Isto fazia da suposta “independência sindical” uma total fantasmagoria, bem distante da realidade vivida no Sindicato de São Bernardo e demais sindicatos brasileiros durante o AI-5.

¹³³ HERLING, J. *História dos sindicatos nos EUA: sua influência social, econômica e política*, Rio de Janeiro, Editora Lidaador, 1965, p. 78.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 80.

Ao menos durante este período de repressão mais intensa, nenhuma corrente sindical poderia se afirmar *dentro da estrutura sindical* além dos limites assistencialistas. Observando o sindicalismo nacional como um todo, no período que se inicia com o AI-5 e vai até o processo de crise do milagre econômico, podemos afirmar com segurança que este não foi apenas um sindicalismo de Estado, mas um sindicalismo de Estado e de Governo. Para manter afastada a intervenção militar no sindicato, a margem de ação sindical neste período era tão estreita que, na prática, a intervenção sindical já estava em curso, controlando as reuniões, as atas, as eleições, as chapas, e deixando como campo de atividades *legais* para os sindicalistas apenas as atividades assistenciais.

3.3.3- As lideranças de base – levar o sindicato para as fábricas:

Em nossa pesquisa, percebemos um conjunto de noções comuns a algumas das lideranças sindicais entrevistadas. A principal destas noções pareceu-nos a forma pela qual tais lideranças apresentavam sua história. Cada um destes entrevistados apontava-se como o representante dos operários de uma fábrica específica, que iniciou suas atividades ao participar de algum movimento interno no seu respectivo local de trabalho, no qual acabou sendo indicado como negociador em nome dos operários daquele movimento e que em algum momento foi cortejado por alguma liderança sindical para representar os operários daquela fábrica no sindicato, ou ainda aproximou-se voluntariamente do sindicato a pedido dos seus companheiros de fábrica.

Notamos que algumas destas lideranças preservaram na sua auto-imagem a idéia de que representavam aqueles operários de sua fábrica, que mantinham algum tipo de vínculo de representação. São estes os operários que chamamos de lideranças de base. Apesar desta corrente não ter se organizado neste período num grupo mais homogêneo e nem ter formulado um projeto sindical específico, suas propostas no sindicato apontam para uma noção geral de sindicato, visto como o espaço que agrega representantes de diversas fábricas, e suas ações apontam sempre para o cotidiano fabril, muitas vezes propondo a

criação de comissões de fábrica para a atuação em conflitos relativos a estes assuntos, como segurança do trabalho, alimentação, transporte e afins.

Ainda que o apego ao legalismo sindical fosse bastante forte mesmo entre tais sindicalistas de base para impedir que suas propostas fossem além de “levar o sindicato para as fábricas”, e apesar de um certo tipo de economicismo visível em suas propostas, não é possível confundi-las com os sindicalistas assistencialistas. Enquanto a principal estratégia de sindicalização dos assistencialistas era oferecer benefícios seletivos para atrair os metalúrgicos para o sindicato, a estratégia de sindicalização das lideranças de base é basicamente a atividade na porta da fábrica. Mesmo que ambas estivessem unidas em diversas de suas limitações, a mudança de hegemonia entre uma e outra levou a uma mudança estratégica visível.

Também o tipo de economicismo tinha bases distintas. Enquanto os assistencialistas foram em grande parte contaminados pelo corporativismo automotivo, as lideranças de base iniciaram suas atividades justamente ao tomarem uma posição de classe num conflito específico, no qual o corporativismo automotivo era denunciado como farsa. Dali em diante, diversas possibilidades poderiam se abrir para aquela liderança, e uma delas era a atividade sindical. No sindicato, tais lideranças podiam perceber que em diversas outras fábricas a situação era a mesma da sua ou ainda pior, e aquele primeiro conflito intuitivo de classe na fábrica poderia aqui ser percebido de forma mais ampla, ainda que limitado à esfera econômica. O próximo passo possível seria a criação de um partido operário, que poderia ser ainda limitado à esfera econômica, congregando diversos sindicatos de diversas categorias.

O processo apresentado acima se assemelha muito ao que caracterizou o trade-unionismo inglês, mas é importante ressaltarmos que estamos falando apenas em possibilidades, não há nada no início deste processo que garanta que estes serão os passos tomados e nem estes são os únicos passos possíveis. Hoje conhecemos os seus resultados, e podemos perceber muitas semelhanças entre o processo de formação do trade-unionismo inglês, que culminou

na fundação Labour Party em 1900¹³⁵, e o processo de formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil, mas nada em nenhum momento garantia que este seria o final deste processo, e qualquer leitura que diga o contrário está muito mais no campo místico do que no campo científico...

Percebemos também uma cisão, ainda que menor, entre os sindicalistas de base que participaram da direção sindical e os sindicalistas de base que participaram da oposição sindical. Na verdade, tal cisão não ocorre propriamente na ideologia sindical que estes agentes carregam, mas sim com a sua aproximação e conseqüente absorção parcial das ideologias comunista ou assistencialista. Encontramos pessoas com as características dos sindicalistas de base em ambos os lados, e percebemos que eles eram objeto de disputa entre os adeptos das demais ideologias. Segundo informação prestada em algumas entrevistas, houve um momento em que os sindicalistas de base de ambos os lados se aproximaram, em 1972. Tal situação não durou muito, pois o cortejo assistencialista conseguiu separar parte dos sindicalistas de base para a chapa da situação dias antes do registro da chapa de oposição, que concorreu bastante enfraquecida.

Após este momento de aproximação, os sindicalistas de base permaneceram alguns anos como uma “corrente latente” dentro da direção sindical. O ano de 1975 representou um crescimento do poder das lideranças de base que estavam na diretoria sindical, e são justamente estes que se aliaram a parte das correntes comunistas para dar origem ao novo sindicalismo. A questão que fica é a seguinte: em 1975, onde estavam os antigos sindicalistas de base que compuseram a oposição sindical de 1972? O processo de formação do novo sindicalismo foi também o processo de exclusão destas lideranças. Praticamente nenhuma delas permanecia no meio sindical neste momento.

3.4- Movimento operário, Partido Comunista Brasileiro, Ação Popular e agrupamentos de esquerda – reformismo, luta armada, catolicismo e integração na produção:

¹³⁵ Para mais informações sobre o Labour Party, visite o sítio: www.labour.org.uk.

Analisamos até aqui as orientações político-ideológicas dos diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo entre 1969 e 1975. Falamos sobre lideranças que, em diferentes graus, estavam impregnadas pelo legalismo sindical. Partimos agora para a análise de outras orientações, bastante heterogêneas, nas quais esta relação com o legalismo sindical é mais complexa. Destacamos sobre estes grupos as entrevistas sobre os simpatizantes do Partido Comunista e o material bibliográfico coletado sobre os militantes da Ação Popular. Outros grupos podem ter participado das lutas operárias do ABC no período, mas não encontramos nenhum relato sobre estes, ao menos durante este período.

Durante nossa pesquisa, percebemos que os grupos que identificávamos inicialmente apenas como “correntes socialistas” eram demasiadamente heterogêneos para serem considerados um único grupo, num duplo sentido; histórico e organizacional. Enquanto a maior parte dos sindicalistas de esquerda do período anterior ao golpe é apresentada sempre no singular, como membros do PCB, com o golpe são excluídas deste grupo as suas principais lideranças, e as lideranças sobreviventes passam a agir na clandestinidade. Em torno de eixos estratégicas (frente ampla ou guerrilha rural) ou ainda eixos de matrizes ideológicas (trotskismo, leninismo, maoísmo), diversos grupos menores surgiram durante a ditadura militar, e empreenderíamos demasiado esforço intelectual construindo conceito aparentemente consensual entre tantos grupos, mas que pouca ou nenhuma utilidade teria dentro de nossa perspectiva, pois ocultaria tal diversidade historicamente registrada em nome de um consenso que jamais existiu. O único elemento que era comum entre tais grupos era a crítica à ditadura, mas mesmo tal crítica era vivenciada de forma diversa em cada grupo, entre o dilema da aliança com frações burguesas insatisfeitas, da ação armada ou da ênfase nas atividades de base.

Somente de um ângulo *externo à nossa perspectiva* nós poderíamos identificar tais grupos: o da ideologia anticomunista disseminada pela ditadura militar e seus aparelhos ideológicos. Num contexto de guerra fria, todo o esforço ideológico dos militares tinha como objetivo associar tais grupos com o bloco soviético. Para os militares conservadores e sua ideologia anticomunista, era como se as diferenças de discurso entre eles fossem todas encenações.

“ No Brasil, o terrorismo praticado pela ditadura militar (1964-1985), seguindo a lógica delineada pela Doutrina da Segurança Nacional, classificava qualquer atividade como ‘subversiva’, em especial a comunista, mas também qualquer forma de desobediência civil, como sendo movimentações do ‘inimigo interno’ no quadro de uma ‘guerra revolucionária’. Por este motivo, comunistas, democratas, opositoristas, civis ou militares, não importando a coloração ideológica, foram marcados com este estigma de ‘inimigos internos’, e, por este motivo, torturados, humilhados, vilipendiados, ceifados, aniquilados.”¹³⁶

A imagem do inimigo conspirador, que pretendia disseminar “o caos” em todas as instituições, foi uma das maiores armas da ditadura para incentivar a delação. Militantes da luta contra a ditadura nos relatam o efeito desta ideologia entre os seus familiares e amigos percebidos durante um enterro:

“Era como se eu tivesse a lepra. Todo mundo... ninguém se encostou em mim, ninguém me cumprimentou. Ela já estava no caixão. Fiz a minha despedida (emocionado). Me deram cinco minutos, depois eu tive que ir embora”¹³⁷

Neste ponto, tanto fazia ser maoísta ou trotskista, da Ação Popular ou do antigo Partido Comunista: para a repressão e para os que estavam impregnados de sua ideologia, havia uma identidade entre tais grupos e todos eles deviam ser igualmente desmantelados. Assim todas as técnicas que servissem para este fim estavam “moralmente” justificadas, mesmo que a opinião pública não soubesse quase nada sobre o que ocorria nos porões do DOPS:

“... sentado numa mesa, rodeado por... quatro elementos, recebia bofetada de todo lado, sangrava o nariz, a boca saía sangue. O aparelho auditivo eu recebi por causa disto... mostravam foto e eu: “não, não conheço”. E eles “não conhece não, então vai”(imita som de tapas). Quando cheguei no porão, eles quiseram me fazer o curativo, e eu me neguei a receber o curativo. Eu falei para o carcereiro: “não se faz isto com um homem para depois querer fazer curativo...”¹³⁸

¹³⁶ RAGO FILHO, A. “Os empreiteiros da tortura” *in* Revista Fundação Santo André: memória e transformação, Centro Universitário Fundação Santo André, v.1, n.1, Santo André, 2002.

¹³⁷ Entrevista concedida por Amaury Danhone ao autor, no dia 29 de janeiro de 2004.

¹³⁸ Entrevista concedida por Amaury Danhone ao autor no dia 29 de janeiro de 2004.

No caso do Grande ABC, ao menos três grupos distintos participaram da vida operária local e foram citados pelos entrevistados: a Ação Popular, os sobreviventes do Partido Comunista e a Convergência Socialista.¹³⁹ Tanto na questão estratégica quanto nas matrizes teóricas destes grupos, havia diferenças significativas: a adoção do maoísmo entre os militantes da Ação Popular e sua ação de base os diferenciava da adoção, ao menos parcial, do marxismo-leninismo soviético pecebista e da proposta de “frente ampla” defendida pelo mesmo PCB. Mas, ao menos durante um curto período, tais motivações diversas acabaram confluindo para ações aparentemente idênticas: os esforços para criar e consolidar sindicatos paralelos através da formação de comissões de fábrica.

É importante ressaltar que a relação entre a AP e o PCB foi tensa em diversos momentos. Apesar de ambos lutarem de alguma forma contra a ditadura militar, suas orientações políticas eram bastante distintas, e mesmo que houvesse alguma confluência estratégica, esta não era de maneira alguma intencional, não partia de uma aliança efetiva entre tais organizações. De um lado, o PCB pregava a “frente ampla pela democracia”, cujo resultado prático na região foi a participação de seus simpatizantes no MDB:

“À exceção do PCB, que continuava apegado ao jogo eleitoral e cujos militantes atuavam nos quadros do partido da oposição burguesa, todas as organizações de esquerda haviam deliberado lavar a efeito uma campanha de voto nulo”.¹⁴⁰

De outro lado, a AP caminhava do catolicismo progressista para o marxismo maoísta, e um dos pontos chave que a AP incorporou do maoísmo foi o processo de “integração na produção”. Buscar pequenas reformas, aliar-se a uma crítica branda da ditadura e sonhar com a retomada do Sindicato, ou fortalecer a auto-organização dos trabalhadores de forma paralela ao sindicato de Estado, são motivações bastante distintas para uma ação semelhante: a luta pela constituição de comissões de fábrica. E é em torno de tais

¹³⁹ Outros grupos, que foram indicados na bibliografia mas não foram destacados pelos militantes sindicais, serão analisados noutro momento

¹⁴⁰ GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 4ª edição, São Paulo, Editora Ática, 1990, p. 194.

motivações que se debateram em alguns momentos a Ação Popular e os simpatizantes do PCB.

Um dos momentos críticos deste antagonismo deu-se em 1968, quando os simpatizantes comunistas, ligados ao Movimento Intersindical Antiarrocho, além de outras forças políticas ligadas à frente ampla, organizaram um comício no qual estava presente o governador do Estado, Roberto Costa de Abreu Sodré. No local do comício, o governador foi alvejado junto com sindicalistas do PCB, e entre os que protestavam contra o comício estavam militantes de diversas organizações, dentre as quais a AP:

“Não era um público comum. As organizações de esquerda consideravam insultuosa a presença do Governador Abreu Sodré, representante da ditadura militar, e decidiram escorraça-lo da praça. Fretaram ônibus que partiram dos bairros da capital e das cidades do ABC, instruíram os militantes e simpatizantes, municiados com pedras, estilingues, bastões, ovos podres, sem esquecer os recipientes de leite e amoníaco para o caso de bombas de gás lacrimogêneo”.¹⁴¹

Tentamos localizar militantes da AP que ainda morassem na região ou ainda tivesse algum contato com o movimento sindical local. Infelizmente não encontramos. Por isto, nossas fontes sobre a AP são basicamente bibliográficas. Talvez isto mesmo seja um indicativo do tipo de relação que a AP manteve com o meio sindical: uma relação de afronta, que apontava para a necessidade de outro tipo de organização, tendo como base o cotidiano fabril. Sem participação no sindicato oficial, a memória sobre militância da AP em São Bernardo pôde ser facilmente esquecida: não há registros de chapas da diretoria com militantes da AP, não há boletins oficiais da AP que tenham sobrevivido no arquivo do Sindicato, nem nada além de lembranças muito vagas entre os entrevistados e referências bibliográficas esparsas. Sabemos que a militância da AP atuou nas fábricas de São Bernardo, mas tal militância, pela própria conjuntura ditatorial, não se apresentava como sendo da AP.

¹⁴¹ GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª edição, São Paulo, Editora Ática, 1990, p. 143.

Nos registros encontrados, fala-se apenas da ação nas “grandes fábricas”, mas não se identifica quais era essas fábricas. Qualquer relacionamento entre a AP e as comissões locais será hipotético, se bem que bastante provável. Cabe agora explicitar com mais detalhes quais as diferenças estratégicas entre o PCB e a AP.

3.4.1- A frente ampla e seus efeitos no meio sindical – PCB e MDB:

Logo após o golpe militar de 1964, as grandes lideranças do PCB foram todas perseguidas pela ditadura. A história do PCB mostra que estas lideranças dividiram-se: um grupo aderiu à luta armada, dividindo-se por sua vez em diversos grupos com ações e estratégias diversas: ou dedicar-se à guerrilha rural, ou realizar expropriações bancárias, ou fazer trocas de prisioneiros, por exemplo. Noutro campo, parte dos militantes e simpatizantes do PCB não aderiu à luta armada:

“ Os comunistas passam então a estimular a movimentação e organização das forças oposicionistas em todo o país. Adotam um programa-mínimo de resistência ao processo de fascistização, centrado-o na luta pelas liberdades democráticas, contra o arrocho salarial e contra a desnacionalização da economia brasileira. Reivindicam anistia, restabelecimento do hábeas corpus e realização de eleições limpas e honestas. Consideram que somente acumulando forças, mobilizando massas e construindo uma ampla frente democrática é possível derrotar o regime. Assim, participam das eleições de 1966 apoiando o nascente Movimento Democrático Brasileiro (MDB)”¹⁴²

Parece-nos um exagero falar que o PCB estava “mobilizando massas” contra a ditadura. De forma geral, estes militantes e simpatizantes tentaram permanecer atuantes *de maneira periférica* dentro das instituições nas quais antes eram dominantes, em especial no meio sindical. Por razões de sobrevivência, os que fizeram parte deste grupo não se declaravam como militantes do PCB. Boa parte deles tinha poucos conhecimentos sobre teoria política marxista, mesmo porque a conjuntura não facilitava o estudo teórico: a posse de livros era um indicativo de filiação ao partido.

¹⁴² VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*, São Paulo, Editora Hucitec, 1982, pp.237/238.

Visando reestruturar a atuação do PCB no meio sindical antes do golpe, os adeptos deste grupo não dedicaram sua atenção na luta contra o peleguismo. Na verdade, eles atuaram de forma clandestina dentro dos sindicatos pelegos. O objetivo era conquistar as lideranças sindicais mais novas, apostando que a adesão destas ao peleguismo vinha muito mais da falta de informação do que de uma opção consciente.

Tal estratégia estava profundamente ligada ao projeto desta fração do PCB. A idéia de uma “frente ampla” contra a ditadura apontava para a ação dentro das instituições partidárias, sindicais e sociais vigentes, o que na prática significou assumir as limitações destas. Não houve nenhum tipo de esforço do PCB pela criação de organizações clandestinas neste primeiro momento, como comissões de fábrica que funcionassem como sindicatos paralelos.

Mesmo estando o partido na ilegalidade, o PCB não questionou o legalismo sindical. Pelo contrário, reforçou o mesmo. Como veremos, o surgimento das comissões de fábrica não partiu do PCB, e mesmo que alguns de seus militantes tenham participado da comissão de fábrica da Ford, isto se deu por motivos locais e não por uma orientação estratégica geral. De forma geral, o esforço do PCB era para retornar ao sindicato oficial, não questionar o sindicato oficial.

A estratégia sindical do PCB visava retomar os sindicatos através da participação silenciosa. Vimos até aqui que parte desta ação foi conseguida entre 1965 e 1968, no caso do ABC. Vimos também que o AI-5 serviu para calar este movimento de reorganização do PCB. Mas qual é a conexão entre a estratégia sindical do PCB e a estratégia partidária do PCB?

Algo que saltou-nos aos olhos em nossas entrevistas foi a conexão entre o movimento operário do ABC e a formação do MDB no ABC. Dos entrevistados, cinco se candidataram para vereador pelo MDB: Mário Ladeia, Luciano Galache, Amaury Danhone, Antenor Biolcatti e Paulo Vidal. Destes, três se declararam simpatizantes do PCB: Mário Ladeia, Luciano Galache e Amaury Danhone. Somente Antenor Biolcatti e Paulo Vidal declaram

não ter tido vínculos com o PCB, sendo em geral mais identificados com uma proposta sindical assistencialista e, no caso de Paulo Vidal, definindo-se como sindicalista de “centro-direita”. Dos que se declaram simpatizantes do PCB, nenhum era “filiado” ao partido. Segundo Mário Ladeia, isto fazia parte da própria política do partido:

“Realmente, a única escola política sindical que existia no Brasil era o... pessoal do Partido Comunista Brasileiro, e era o pessoal mais organizado, e com uma visão melhor... e acho que eles estavam de certa forma, muito coerentes. Eles achavam que os quadros deles não deviam, aparecer assim ... explicitamente, porque a ditadura tava de olho.”¹⁴³

O Partido Comunista incentivou a participação de seus simpatizantes no MDB? Em alguns casos, parece que não. Amaury Danhone diz que o partido foi contra a sua candidatura a vereador, em 1971. Segundo o próprio, o partido apenas incentivava a sua participação no meio sindical.

“Marcelo Vasconcellos: O senhor foi preso no DOPS na mesma época em que o senhor concorria para a chapa do sindicato e para vereador pelo MDB, mais ou menos no mesmo período...”

Amaury Danhone: É, o Partido foi contra...”¹⁴⁴

Mas de qualquer forma, não havia nos princípios do Partido Comunista nenhuma restrição geral contra a participação no MDB. Mesmo que localmente o grupo dos militantes do MDB no ABC tivesse alguma orientação específica para que Amaury Danhone permanecesse no meio sindical, nos seus princípios gerais não havia nenhuma menção a “boicotar o MDB”, a “votar nulo” nas eleições, ou algo assim. Na prática, a proposta de “frente ampla” apontava para a associação entre os simpatizantes do PCB e os militantes mais críticos do MDB.

Na prática, a frente ampla resultou na aliança do MDB e do PCB. Isto foi percebido por diversos grupos da época, que passaram a defender o voto nulo e se tornaram

¹⁴³ Entrevista concedida ao autor por Mário Ladeia, no dia 18 de fevereiro de 2003.

¹⁴⁴ Entrevista concedida ao autor por Amaury Danhone no dia 29 de janeiro de 2004.

profundamente descrentes da ação partidária. No caso da AP, isto resultou numa ênfase na organização paralela, tal qual as comissões de fábrica.

3.4.2- A Ação Popular – catolicismo e maoísmo, integração na produção e comissões de fábrica:

Buscamos informações sobre as atividades da Ação Popular em São Bernardo e do ABC. Nosso objetivo era localizar algum dos militantes da Ação Popular no meio operário e sindical, para realizarmos ao menos uma entrevista com tal agente. Conversamos pessoalmente com Duarte Pereira, uma das lideranças nacionais da AP, mas infelizmente não conseguimos realizar tal objetivo. Baseamos assim nosso relato em informações bibliográficas consolidadas e observações indiretas de alguns entrevistados.

A Ação Popular surge em 1962 a partir de movimentos católicos progressistas:

“Nos primeiros anos da década de 1960, ainda fortemente influenciada pelo ideário humanista cristão, vinculada às estruturas formadas pela Igreja junto aos movimentos populares, a AP possuía penetração entre operários, camponeses e estudantes, principalmente entre os últimos. Foi da Juventude Estudantil Católica que partiram as primeiras discussões que operaram mudanças políticas e ideológicas e sua transformação em uma organização marxista-leninista”.¹⁴⁵

A conexão da Ação Popular com o meio católico permitiu que esta sobrevivesse na região do ABC. A presença de militantes da Ação Popular que ainda mantinham algum tipo de relacionamento com a comunidade católica fez com que as instituições que fazem parte desta comunidade servissem de alguma forma com abrigo para a Ação Popular.

Ao menos desde o bispo D. Jorge Marcos¹⁴⁶, a fração progressista do clero era bastante forte na região. Havia assim um contingente de padres que poderiam ser simpáticos às

¹⁴⁵ KUPERMAN, E. “Da Cruz à Estrela: A Trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista” in Revista Espaço Acadêmico. Ano III, nº25, junho de 2003.

¹⁴⁶ MARTINS, H.H.T.S. *Igreja e Movimento Operário no ABC: 1954-1975*, São Paulo: Hucitec. São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1994, p.61.

propostas da AP na região, mas tais propostas não eram exatamente “católicas”. Na verdade, a Ação Popular estava num processo de redefinição político-ideológica justamente no momento do golpe, e a ditadura militar serviu exatamente para aprofundar este processo.

A Ação Popular caminhava para o marxismo, mais especificamente para o marxismo de orientação maoísta.¹⁴⁷ Enquanto o Partido Comunista Brasileiro mantinha-se ligado ao Partido Comunista Soviético, o maoísmo crescia entre os que propunham uma revisão do marxismo, tendo como referência a experiência revolucionária chinesa, principalmente a partir da Revolução Cultural. Foi através do maoísmo que a Ação Popular afirmou suas diferenças em relação ao PCB, integrando o conjunto de organizações conhecido como “Esquerda Revolucionária”:

“Neste momento, a APML se insere no conjunto de organizações, surgidas na década de 1960, que se intitulavam Esquerda Revolucionária e que possuíam em comum a crítica ao reformismo e imobilismo do PCB, dentro desta concepção. Segundo suas análises, este imobilismo teria contribuído para a desarticulação e derrota do movimento popular em 1964”.¹⁴⁸

De forma geral, o maoísmo da Revolução Cultural pregava a necessidade de repensar o modelo soviético, através de experiências que acabassem com a cisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Uma das estratégias decorrentes desta proposta ficou conhecida como a “integração na produção”. Através da participação dos militantes maoístas de origem pequeno-burguesa e de classe média em atividades produtivas rurais e urbanas, pretendia-se superar as limitações de classe destes agentes, fazendo-os vivenciar diversas formas de exploração dos trabalhadores manuais que ocorrem nas formações sociais capitalistas.

A estratégia de integração na produção apontava para a formação de comissões de fábrica. No meio operário, um dos resultados práticos da integração na produção foi a adoção de

¹⁴⁷ Houve também uma certa aproximação da AP com o foquismo, mas o fracasso de sua única ação armada em 1966 favoreceu a adesão ao maoísmo. Ver BERBEL, M. R. Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980), Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1991.

uma postura crítica de parte dos militantes da AP em relação ao movimento sindical. Mesmo que sem um desenvolvimento teórico que apontasse a relação entre o peleguismo e a estrutura sindical, os militantes da AP percebiam que dentro daquela estrutura não havia espaço para que o movimento operário se organizasse. Pelo contrário, a organização do movimento operário teria que se suceder *por fora* do sindicato oficial.

Os militantes da Ação Popular agiam na clandestinidade. Talvez por isto seja tão difícil localizar os militantes da AP que sobreviveram. Enquanto os militantes do PCB ainda agiam por dentro dos aparelhos vigentes, as atividades da AP no meio operário ocorriam por fora do aparelho sindical. Provavelmente nomes falsos eram usados, e provavelmente os próprios militantes integrados na produção não se apresentavam aos companheiros como militantes da Ação Popular.

A presença da mesma foi indicada no ano de 1968. É possível que, ainda em 1972, alguns militantes da AP ainda estivessem ativos na região, mas isto é apenas uma possibilidade. Nesta fase, a AP já havia aderido ao maoísmo, e sua trajetória a aproximava cada vez mais do PC do B. Em 1973, o comitê central da AP decidiu pela incorporação da mesma no PC do B, mas tal adesão não foi total. No Rio de Janeiro, um grupo dissidente formou a AP Socialista, que não aceitou a adesão ao PC do B. Enquanto tal grupo conseguiu sobreviver, o núcleo central da AP foi capturado pela ditadura, praticamente desfazendo a mesma. Os militantes sobreviventes tentaram se aproximar de diversos agrupamentos de esquerda, que se identificavam por uma certa crítica à experiência da luta armada, como a Fração Bolchevique e o MR-8.

A partir de 1975, a AP se reorganiza no meio acadêmico e estudantil. Em 1976, a mesma apoia alguns candidatos mais progressistas do MDB, e em 1978 lança alguns candidatos pelo mesmo. Nesta época, os militantes da AP criticavam a adesão a modelos de ação revolucionária baseados em outras experiências, e aos poucos e desenvolve entre seus membros a idéia da criação de um partido popular. O surgimento da proposta de formação

¹⁴⁸ KUPERMAN, E. "Da Cruz à Estrela: A Trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista" in Revista Espaço Acadêmico, Ano III, nº25, junho de 2003.

de um Partido dos Trabalhadores entre 1978 e 1979 divide novamente a AP, com parte dos seus militantes aderindo à nova proposta.

3.4.3- A participação dos trotskistas na formação do Novo Sindicalismo:

Ao comentar o movimento sindical durante o final da década de 1970, alguns entrevistados referiram-se à presença de militantes trotskistas no processo de formação do Novo Sindicalismo. A presença trotskista não foi identificada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo antes disso.

No entanto, dada a multiplicidade de organizações inspiradas de alguma maneira no pensamento de Leon Trotsky, tal referência permanece muito vaga. Para tentar descobrir quais foram os grupos trotskistas mais influentes no processo de formação do Novo Sindicalismo, foi necessário estudar um pouco da história do trotskismo no Brasil durante as décadas de 60 e 70. Longe de pretendemos apresentar um tratado sobre o tema, apresentaremos aqui apenas um breve balanço da trajetória de alguns grupos, cuja presença no movimento operário do ABC foi indicada pela bibliografia.¹⁴⁹

Na década de 60, o agrupamento trotskista mais importante foi o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Outro agrupamento que foi influenciado pelo pensamento trotskista ainda antes do golpe foi a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), doravante apenas Polop.

O PORT nasceu inspirado nas experiências do militante trotskista argentino José Posadas. José Posadas foi filiado ao Secretariado Internacional da IV Internacional desde 1953, mas acabou sendo expulso da mesma em 1963. Ao ser expulso, foi seguido por diversos militantes brasileiros. Neste período, o PORT defendia a ligação de seu movimento com a

¹⁴⁹ Nossa principal fonte sobre a presença dos trotskistas no processo de formação do Novo Sindicalismo Márcia R. Berbel, *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*, dissertação de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1991.

esquerda do populismo, a organização de comitês de fábrica inspirados nos soviets bem como o trabalho de base junto aos trabalhadores assalariados das cidades e do campo.

Mesmo após o golpe, o PORT continuou existindo, mas o cenário internacional causou uma série de redefinições entre os trotskistas do Brasil. Em 1969, o Secretariado Internacional une-se ao partido trotskista norte-americano, criando o Secretariado Unificado (SU) que, inspirados pelo exemplo cubano, adere ao foquismo. Em oposição ao SU, uma outra fração trotskista argentina forma a Fração Bolchevique, enquanto na França outra dissidência do SU forma o Comitê pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI).

Como durante este processo o antigo PORT passava por uma crise interna, surgiram diversas dissidências deste. Em 1967, é criada a Fração Bolchevique Trotskista (FBT). No exílio argentino, alguns dos militantes da FBT entram em contato com a Fração Bolchevique da IV internacional, e, já no Brasil, criam um agrupamento que passará por diversos nomes até adotar, em 1978, o nome de Convergência Socialista. Na França, outros antigos militantes brasileiros da FBT se aproximam do CORQUI. Da fusão deste grupo com outros grupos trotskistas, como a Organização pela Mobilização Operária e o Primeiro de Maio forma-se a Organização Socialista Internacionalista (OSI). Por fim, um grupo fiel ao SU criou no Brasil um informativo, intitulado *Em Tempo*.

O Polop foi fundado em 1961, e ainda antes do golpe conseguiu obter relativa influência no meio estudantil. Suas militantes, de inspiração trotskista e luxemburguistas, já faziam neste período severas críticas à tática de alianças do PCB. Em 1974, surge mais uma dissidência a partir do antigo Polop, que depois de algumas mudanças de nome passa a se chamar Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP). O mesmo participou da formação do PT em 1978, mas acabou se desagregando como corrente alguns anos depois disto.

Mesmo que este não seja o espaço para maiores detalhamentos sobre a história do trotskismo no Brasil, as aproximações e as rupturas destes agrupamentos ajudam a explicar os seus papéis na formação do Novo Sindicalismo. Dentre estes agrupamentos, cuja presença na formação do Novo Sindicalismo aparece apenas no final da década de 1970.

destacamos a Convergência Socialista, a Organização Socialista Internacionalista (OSI) e o grupo do jornal *Em Tempo*.

Em 1978, a Convergência Socialista adota como proposta a formação de um partido que congregasse todos os socialistas (inclusive não trotskista). Nesta época, a Convergência Socialista já tinha se aproximado do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, especialmente de seu presidente, Benedito Marcílio, mas não temos indicações de nenhuma aproximação da Convergência Socialista com os sindicalistas de São Bernardo antes do Congresso dos Metalúrgicos em Lins, no ano de 1979. Foi neste mesmo Congresso que a idéia de um “Partido dos Trabalhadores” foi lançada pelo Sindicato de Santo André, uma proposta claramente influenciada pela ligação deste sindicato com a Convergência Socialista.

No mesmo ano, a OSI defende o “voto nulo por um partido operário”. No começo, a OSI resistia a proposta de um partido trade-unionista, pois via com maus olhos as lideranças sindicais da época, identificadas por eles como pelegas. Somente em 1980 a OSI se aproximou do processo de formação do PT, mas aparentemente sem superar de todo a sua desconfiança para com suas lideranças “sindicais”.

Em 1979, grupo do jornal *Em Tempo* aderiu à proposta de formação do PT. Além de contarem com a presença de diversos adeptos do Secretariado Unificado da IV Internacional, o mesmo grupo abrigava também alguns militantes de esquerda que retornavam do exílio, como por exemplo o próprio Eder Sader.

3.4.4- A participação da Ala Vermelha na formação do Novo Sindicalismo:

Alguns outros grupos de esquerda não foram destacados pelos militantes, mas suas presenças no processo de formação do Novo Sindicalismo aparecem assinaladas pela bibliografia anterior. Um destes grupos foi a Ala Vermelha, que se formou como dissidência do PC do B em 1966. Neste período, a Ala vermelha assimila parcialmente o foquismo derivado da revolução Cubana, e tal absorção gera a crítica do modelo de “guerra

popular” defendido pelo PC do B, que demandaria um processo de mobilização camponesa bem mais lento. A Ala Vermelha também demandava uma maior democracia interna na organização do PC do B.¹⁵⁰

Em 1968, o grupo iniciou ações armadas, fazendo assaltos que tinham como objetivo obter recursos. Depois de uma série de prisões e perseguições, a Ala Vermelha decide interromper suas ações armadas em 1971. O mesmo grupo publicou um artigo em 1974, fazendo uma autocritica da adoção da lua armada e defendendo uma nova relação com as massas, especialmente com o movimento operário.

Seu foco não era a inserção na produção, mas sim a participação nos sindicatos e na produção de jornais. Para obter acesso aos operários, a Ala Vermelha organizou um curso de madureza em São Bernardo do Campo, que durou entre 1969 e 1971, e também criou um informativo intitulado ABCD Jornal, o que permitiu o contato dos mesmos com a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Nada sabemos sobre a participação da Ala Vermelha na formação da oposição sindical de 1972. Nenhum dos entrevistados comentou tal presença, o que nos faz supor que, se a mesma existia, era demasiado fraca. De qualquer forma, a Ala Vermelha participou posteriormente do processo de formação do PT, no final da década de 70, aderindo ao mesmo ainda em 1979.

¹⁵⁰ BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*, Dissertação de Mestrado. FFLCH. USP, São Paulo, 1991, pp. 51-57.

4- ARTICULAÇÕES E MODELOS SINDICAIS EM QUESTÃO – O SINDICALISMO CORPORATIVISTA E O SINDICALISMO DE BASE:

Vimos até aqui as diversas correntes político-ideológicas que participaram do processo de formação do novo sindicalismo antes de 1978. Dividimos tais correntes em dois grandes grupos: aqueles que participaram da direção sindical entre o AI-5 e a mudança de orientação da diretoria em 1975 e aqueles que foram excluídos da vida sindical durante o mesmo período. Falta pensar quais foram os modelos sindicais que cada um destes grandes grupos heterogêneos construiu e defendeu, nos poucos momentos nos quais tais grupos se articularam em duas frentes antagônicas.

4.1 - Os sindicalismos de São Bernardo – corporativismo, assistencialismo e cotidiano fabril:

Muito já se falou sobre a “combatividade” e a “apatia”, o “apartidarismo” e o “trade-unionismo” do sindicalismo de São Bernardo. Como nossa pesquisa indicou, a confusão que gerou análises tão dispares teve relação com a ausência de uma perspectiva que percebesse tais diferenças como tendências que se fortaleceram ou se enfraqueceram em conjunturas distintas.

Falar assim num “sindicalismo de São Bernardo” só faz sentido se explicitarmos o período em questão. Estamos falando do período que se inicia em 1969, com a gestão de Paulo Vidal, e segue até 1977. Destacamos deste período apenas dois momentos: 1972, como o momento em que a oposição sindical conseguiu se organizar numa chapa expressiva, e 1975, como uma redefinição parcial das orientações ideológicas da direção sindical, ou melhor, uma “inversão” ideológica, com o grupo que sofria a hegemonia assistencialista passando a condição de grupo hegemônico.

4.1.1- A direção do sindicato oficial entre 1969 e 1977 - assistencialismo e lideranças de base:

O período focado em nossa pesquisa corresponde a um período de relativa estabilidade na direção sindical. As lideranças que se mantiveram na diretoria do sindicato de São Bernardo atravessaram este período relativamente incólumes: não houve nenhuma intervenção governamental antes das grandes greves metalúrgicas, nenhuma chapa de oposição conseguiu assumir a gestão do sindicato e a pressão das bases sindicais durante a maior parte do período sobre a direção foi pífia, senão desprezível.

Há muito mais continuidade do que ruptura entre os sindicalistas da direção sindicato oficial de São Bernardo e os novos sindicalistas. Tal continuidade reflete-se no apego ao legalismo sindical, apego que tais “novos sindicalistas” mantiveram até mesmo em momentos de crise. Sem grandes mudanças entre os agentes e entre as orientações político-ideológicas mais gerais, as únicas novidades do período foram uma relativa organização entre sindicalistas insatisfeitos com a gestão sindical em 1972, formando uma oposição sindical local, e a inversão de poder na diretoria em 1975, com o bloco das lideranças de base se unindo em torno de Luiz Inácio Lula da Silva e gradualmente afastando as lideranças mais assistencialistas da gestão sindical.

Aqueles sindicalistas que surgiram em geral como lideranças de base e foram conquistados por lideranças assistencialistas acabaram formando um bloco com uma identidade geral, mais estratégica do que ideológica, que apontava para uma versão tímida de sindicalismo de base. O apego ao legalismo pode ser percebido inclusive na idéia de criar comissões de fábrica a partir do sindicato oficial, sem jamais ameaçar a legalidade do mesmo. Conforme já discutimos, tal reorientação branda pode ser facilmente percebida nos documentos produzidos nos congressos dos metalúrgicos de 1974 e 1976, cada qual representando respectivamente a hegemonia da corrente assistencialista e a hegemonia das lideranças de base legalistas.

Também o corporativismo automotivo não havia ainda sido vencido, muito menos o obreirismo. Acreditamos que tanto o obreirismo quanto o corporativismo setorial só foram abalados de forma significativa a partir das greves do final da década de 70. A análise dos discursos produzidos pelas principais lideranças deste novo sindicalismo em gestação ainda

não apresenta nenhuma ruptura com estes elementos ideológicos. Mesmo que a idéia de formação de um “partido dos trabalhadores” apontasse para a ruptura do corporativismo setorial, ela não necessariamente apontava para uma ruptura com o obreirismo, e somente um estudo mais aprofundado sobre a história deste partido poderá indicar se tal ruptura foi feita.

4.1.2- A oposição sindical de 1972 – entre o sindicalismo de base e o retorno ao sindicalismo comunista:

Já antes do Golpe militar de 1964, uma das fábricas de São Bernardo parecia se destacar das demais: a Ford-Willys. Como alguns pesquisadores indicaram, nesta fábrica foi criada uma comissão de relações trabalhistas, de caráter misto, partindo de uma iniciativa da própria gerência da Willys¹⁵¹. De alguma forma, ainda bastante obscura, tal comissão sobreviveu ao golpe e a venda daquela fábrica para a Ford, e foi a partir dela que iniciou-se uma movimentação para a criação de outra comissão, apenas de trabalhadores.

Infelizmente, não temos como medir a influência das principais correntes do movimento operário local neste processo. A bibliografia é unânime ao apontar o descaso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo para este processo. Alguns autores chegam a indicar a condenação explícita do sindicato para com esta comissão¹⁵². De qualquer forma, houve um esforço entre os operários da Ford-Willys para a criação de uma comissão formada somente por operários, e tal esforço contou ao menos com a participação de algumas lideranças de base que já atuavam no sindicato.

Sabemos que algumas destas lideranças eram simpatizantes do PCB, mas podemos apenas especular o papel de outras correntes que participavam do movimento operário neste

¹⁵¹ Ver NEGRO, A. L. *Ford-Willys anos 60: sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*, dissertação de mestrado: IFCH- UNICAMP, Campinas, SP, 1994. E BRITO, J.C. A. *A Tomada da Ford: O Nascimento de um Sindicato Livre*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1983.

¹⁵² Ver BRITO, J.C. A. *A Tomada da Ford: O Nascimento de um Sindicato Livre*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1983.

processo, tal qual a AP. O que sabemos é que esta pequena comissão de base da Ford-Willys acabou se tornando o núcleo da oposição sindical do ABC, organizando-se em chapa na eleição de 1972 e obtendo 40% dos votos válidos¹⁵³, num processo eleitoral cheio de empecilhos para uma chapa de oposição.

Há na oposição sindical um dilema: retornar ao sindicalismo anterior ao golpe ou propor um novo modelo sindical. A Oposição Sindical é um grupo bastante heterogêneo, abrigando ex-diretores sindicais insatisfeitos, lideranças de base apartidárias e simpatizantes comunistas sobreviventes. Mas qual era o modelo sindical resultante desta mistura heterogênea?

O documento de divulgação do grupo é bem pouco explicativo. Que pese o cuidado com as palavras na conjuntura do AI-5, o documento é bastante obscuro, não indo muito além do assistencialismo sindical já em prática. Falta-nos ainda a parte mais substancial do mesmo, onde supostamente estavam indicadas as propostas do grupo:

“MANIFESTO - PROGRAMA DA OPOSIÇÃO - CHAPA 1 - AZUL
COMPANHEIROS METALÚRGICOS DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA!

Por exigência quase de grande número de companheiros de todas as empresas metalúrgicas de São Bernardo -Diadema, formamos uma chapa de oposição à atual diretoria, a fim de concorrermos às eleições que se realizarão nos dias 21 - 22 - 23 de fevereiro do corrente ano, e nas quais serão escolhidos aqueles que dirigirão os destinos do nosso Sindicato no triênio 1972-75. Por que e para que nos candidatamos, poderão perguntar os que não conhecem bem a atual situação da nossa Entidade de Classe. Explicamos a esses companheiros. Como todo verdadeiro trabalhador metalúrgico verificamos desencantados, que a atual diretoria divorciou-se dos reais interesses da nossa Categoria Profissional e portanto não mais tem condições para representa-la, servindo, na prática, a fins contrários aos anseios dos operários. Como explicar, por exemplo, que sendo o nosso Sindicato o segundo em arrecadação em todo o nosso querido Brasil, até a presente data não tenha construído uma sede própria condigna? Como se justifica não tenha feito ou sequer iniciado a

¹⁵³ Ver o sítio www.abcdeluta.org.br

construção de uma Colônia de férias onde os companheiros possam aproveitar seus poucos momentos de lazer. quando é certo que outros Sindicatos pequenos já o fizeram? Qual a explicação que terá a atual diretoria pela não existência de um Departamento Recreativo atuante? (Por que não existe também um Departamento Feminino funcional, onde as nossas esposas, irmãs e filhas possam ter vida social, aprimorando conhecimentos, criando cursos de arte culinária, costura, salões de beleza, etc.)? É que, no lugar de dirigir e administrar em benefício dos associados, a atual diretoria o que tem feito é servir-se da Entidade em proveito de seus interesses pessoais. A quem estarão servindo dessa maneira? Aos companheiros que trabalham e suam nas fábricas, ou aos maus patrões? Companheiros! Propomos-nos recuperar nosso Sindicato e transforma-lo num autêntico instrumento de defesa do trabalhador metalúrgico, o seu segundo lar. Sabemos que com isso iremos contrariar muitos interesses e desagradar os maus patrões que exploram nossa Categoria, os quais, não possuindo argumentos legítimos para nos combater, já iniciaram sórdida campanha difamatória e injuriosa, pichando-nos de tudo quanto é denominativo ofensivo, na vã tentativa de confundir e ludibriar a boa fé dos companheiros.

A Chapa AZUL apresenta, abaixo, o seu PROGRAMA, contendo as principais e mais urgentes reivindicações que se propõe executar caso seja eleita. Conclamamos, pois, a todos os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo e Diadema para que cerrem fileiras a nosso lado, a fim de que as mesmas possam se converter em realidade, em benefício da nossa ordeira e valorosa classe.”

Mas qual era o modelo sindical que aquele grupo de fato pregava?

Não temos condição de aferir qual foi o peso da Ação Popular na construção da proposta das comissões de fábrica, mas é bem provável que este peso tenha sido significativo. O grupo em questão reunia elementos de fábricas consideradas “tradicionalmente combativas”, como a Mercedes e a Ford-Willys. Não é difícil perceber a relação entre os operários da Mercedes e a atividade de base dos militantes do Partido Comunista, mas nenhum destes militantes citou qualquer atividade na Ford-Willys. Somente uma pesquisa posterior poderia demonstrar alguma relação entre os militantes da Ação Popular e os movimentos de base na Ford-Willys, já que os operários entrevistados não negaram nem confirmaram a possível presença destes militantes integrados na produção.

Tal qual a oposição sindical de São Paulo, a oposição sindical do ABC reunia elementos de diversas matizes ideológicas, desde militantes de esquerda até descontentes de última hora. Nisto, não há grande diferença entre ambas. Talvez a diferença mais significativa possa ser

percebida no discurso: a oposição sindical do ABC era mais branda, incorporando ela própria diversos elementos do assistencialismo sindical. A proposta de formação de comissões de base só pôde ser percebida através das entrevistas, pois em momento algum o manifesto desta chapa apontou para isto, a não ser num curto momento onde cita a situação dos “companheiros que suam e trabalham nas fábricas”.

O assistencialismo sindical nos parece hegemônico, atravessando o discurso tanto do peleguismo sindical quanto dos sindicalistas reunidos na oposição sindical, mesmo que boa parte deles fosse oriundo da militância pecebista e, talvez, da Ação Popular. Cabe agora pensar como tal característica pode explicar a fragilidade da oposição sindical do ABC em relação à oposição sindical de São Paulo.

4.2- Por que a oposição sindical não vingou no ABC? :

O subtítulo acima não foi escolhido a toa. Num célebre trabalho, o autor Werner Sombart¹⁵⁴ discorre sobre um dos fatores que caracterizam a política norte-americana: a ausência de um partido socialista expressivo. O autor ainda ressalta que diversos embriões de partido socialista se formaram neste país, mas nenhum deles vingou. A semelhança formal é inevitável: como pudemos perceber, diversos embriões de um sindicalismo mais politizado, com propostas mais voltadas para as bases sindicais e mesmo alguma inspiração marxista, seja via Partido Comunista seja via Ação Popular, surgiram também no ABC. Mas nenhum destes embriões teve vida muito longa. Resta-nos apontar o porque.

Consideramos que uma série de fatores ajuda a explicar este processo. Um deles é a própria ação desmobilizadora do aparelho sindical. A unicidade forçada prejudica a expressão do sindicalismo claramente partidarizado: sindicalismo católico, sindicalismo comunista, etc; e, numa conjuntura ditatorial, o Sindicato de Estado, ao colocar nas mãos dos agentes da ditadura – e nunca é demais ressaltar a origem anti-comunista do golpe de 1964 – todos os instrumentos para desmobilizar a ação de sindicalistas combativos que de alguma maneira

¹⁵⁴ SOMBART, W. *Why is there no socialism in the United States?* Nova Iorque. M.E. Sharpe, 1976.

ameaçassem a continuidade do regime ditatorial, facilita a expressão do assistencialismo e do peleguismo e dificulta a expressão de qualquer oposição sindical.

Mas este fator não explica a especificidade do movimento sindical do ABC. A repressão às oposições sindicais sempre foi perpetrada pelo sindicalismo oficial, mas esta repressão não conseguiu fazer tais oposições desaparecerem totalmente. Já no ABC, o silenciamento das oposições sindicais foi de tal maneira eficiente que nenhuma mudança ocorrida a partir de 1978 saiu de chapas oposicionistas, mas sim de frações antes descontentes da própria diretoria sindical.

A existência das grandes fábricas automotivas na região ajuda a explicar as peculiaridades do sindicalismo de São Bernardo. As fábricas multinacionais automotivas secretam toda uma ideologia que é absorvida pelos operários, gerando o corporativismo automotivo. Um dos sintomas deste corporativismo são os limites do sindicalismo dele decorrente, um sindicalismo preso a reivindicações estritamente economicistas. A confusão das estratégias impregnadas deste tipo específico de economicismo com as estratégias de mobilização mais classistas, mais ligadas às atividades de base, foi facilitada pela conjuntura ditatorial. Numa conjuntura ditatorial, o discurso de “autonomia sindical” dos assistencialistas mascara sua ação legalista num sindicato de Estado, e a repressão impede qualquer mobilização das bases que parta do sindicato oficial. Nesta conjuntura, sobram a ambos apenas os seus respectivos economicismos, que, mesmo derivando de bases distintas, possuem semelhanças visíveis: ambos desprezam a articulação política com outros movimentos sociais e sobrevalorizam as reivindicações estritamente econômicas do movimento operário.

Somente numa outra conjuntura política as diferenças presentes *dentro* da direção sindical poderiam aparecer. Tal conjuntura veio com a abertura controlada da ditadura, a partir de 1974. A direção sindical, até então comprometida com a manutenção do sindicalismo oficial e pouco esforçada na mudança de regime, dividiu-se, cabendo a uma das partes o papel de “oposição sindical interna”, assumindo posturas aparentemente contraditórias com

o seu passado diante da pressão das bases. O novo sindicalismo nasceu desta contradição, que caracterizava os metalúrgicos do setor automotivo e o seu sindicato.

Houve então uma nova “confluência estratégica”, na qual a identidade formada entre a revisão basista efetivada pelas correntes do movimento operário de orientação maoísta e trotskistas correspondeu aparentemente à então recente ênfase no cotidiano fabril das lideranças do sindicato oficial. A perda de relevância do assistencialismo permitiu uma aproximação tensa entre socialistas e sindicalistas da situação, num processo restrito a esfera local.

A correspondência estratégica aparente só foi realizada na prática quando a conjuntura nacional forçou tal relação. Pressionando a direção sindical numa conjuntura de crise, forçando-os a agir nos limites máximos da estrutura sindical, as bases metalúrgicas reprimidas pela ditadura receberam a simpatia dos movimentos sociais. A aproximação entre estes movimentos e a direção sindical tornou-se inevitável e colocou o obreirismo em discussão. O fortalecimento da proposta partidária trade-unionista confluuiu com o processo de abertura política e a retomada das discussões da esquerda para criar um novo partido socialista, partindo justamente das correntes marxistas que empreendiam a crítica ao modelo soviético. As diferenças entre estes dois projetos foram deixadas em segundo plano, consolidando a proposta de criação de um partido que congregasse estas duas grandes correntes.

Esta articulação peculiar, cuja explicação está contida nas especificidades dos operários metalúrgicos do setor automotivo e de seu sindicato em diferentes conjunturas, impediu o fortalecimento de qualquer oposição sindical de tipo paulistano no ABC, isto é, impediu que a fusão dos sindicalistas combativos e desiludidos com os militantes de partidos de esquerda e de movimentos populares vingasse. Na prática, o novo sindicalismo surgiu como acomodação de militantes dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda dentro de uma proposta trade-unionista, dentro de um reformismo brando e ainda preso ao obreirismo, que não ameaçava nem a estrutura sindical e muito menos o capitalismo. Os limites desta acomodação só puderam ser percebidos depois de muito tempo, já que durante

toda a década de 80 eles estiveram adormecidos na busca do Partido dos Trabalhadores pelo apoio dos movimentos populares. Hoje, até o reformismo brando que marca as origens do Partido dos Trabalhadores vem sendo ameaçado pela adoção crescente de propostas de cunho neoliberal e pela expulsão das frações mais combativas, num processo ainda em curso e cujo final desconhecemos.

CONCLUSÃO:

Para construir um sindicalismo realmente representativo dos anseios da classe operária, em diversos momentos foi necessário levar em conta as contradições do cotidiano fabril. Mesmo antes da divulgação da Revolução Cultural Chinesa no Brasil, alguns militantes comunistas já haviam percebido a forte resistência do movimento operário diante de todas as tentativas de aproximação do PCB que viessem de fora deste cotidiano. Foi para vencer tal resistência que militantes como Orisson Saraiva de Castro foram trabalhar em fábricas como a Mercedes Benz, e foi a partir desta experiência que nasceu o próprio Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Ao se integrarem na produção os militantes da Ação Popular conseguiram divulgar a proposta de criação de comissões de fábrica na região do ABC, com possível influência no processo de formação da oposição sindical de 1972. É importante ressaltar que os dois processos são bastante distintos: os pecebistas se integravam temporariamente nas fábricas, mas de forma geral o objetivo dos mesmos era atrair os operários para uma estrutura alheia a este cotidiano, o Partido Comunista Brasileiro. A integração proposta pela Ação Popular era mais profunda, tinha um objetivo quase pedagógico entre os militantes oriundos da classe média, que jamais tinham vivenciado as experiências cotidianas de subordinação dos trabalhadores manuais. Apontava assim para a revisão da oposição entre trabalho manual e intelectual.

Também os novos sindicalistas conquistaram maior apoio dos operários da região quanto deixaram de lado o discurso assistencialista e passaram a prestar mais atenção às contradições do cotidiano fabril. Ainda assim, o apelo às bases sempre foi brando entre estes sindicalistas, sem apontar para nada além do economicismo, sem afetar a oposição entre trabalho manual e intelectual e sempre com propostas de comissões de fábrica bastante limitadas, funcionando mais como ramais do sindicato oficial dentro das fábricas do que como espaços para a experiência de politização operária da gestão fabril.

Para articular o movimento operário, foi necessário minar o corporativismo automotivo. O corporativismo automotivo oblitera toda estratégia classista. Percebendo a si próprios como membros de uma fração privilegiada da sua categoria, os metalúrgicos do setor automotivo

demonstraram, em momentos distintos, um apego anticlassista a supostos benefícios fornecidos pelas grandes fábricas multinacionais. Em conjunturas estáveis, estes benefícios estratégicos forjaram uma identidade fabril, um corporativismo setorial de aparência “familiar”, formando uma aristocracia operária automotiva e encobrindo as contradições de classe intrínsecas ao cotidiano fabril. Perdendo a percepção classistas, diversos operários sonharam integrar a classe média, deixando de lado ações que os unissem a outras frações da classe operária e manifestando um certo tipo de economicismo corporativista.

Para politizar a luta operária, é necessário ao mesmo tempo que se compreenda e supere o obreirismo. O obreirismo é característico de um momento do movimento operário, é uma primeira forma de classismo. Através dele, os operários podem perceber as principais cisões entre o trabalho manual e intelectual, correspondendo dentro do cotidiano fabril aos próprios limites de classe, e assim criarem uma identidade geral entre os trabalhadores manuais dos mais diversos setores.

Compreendido o caráter positivo do obreirismo, é necessário explicitar os limites que o obreirismo impõe ao próprio movimento operário. Ao renegar qualquer aproximação com indivíduos que não realizam trabalho predominantemente manual, os operários obreiristas tendem a isolar o movimento operário dos demais movimentos sociais, inclusive dos movimentos de cunho socialista. Esta resistência tende a isolar o movimento operário obreirista, limitando seu espaço de ação ao movimento sindical e a propostas que tendem a um tipo específico de economicismo, impondo assim obstáculos para a realização de qualquer projeto social mais amplo. Consideramos que a superação do obreirismo só pode vir de propostas que apontem para o fim da cisão entre trabalho manual e intelectual.

Antes do novo sindicalismo, existiu um movimento operário de oposição ao sindicalismo oficial, que reunia elementos ligados ao PCB, ao MDB e possivelmente a AP, que foi ignorado pela maior parte dos historiadores do novo sindicalismo. Somente a historiografia recente do movimento operário brasileiro pode reparar tal erro. Sem pretender esgotar o assunto, consideramos que nossa pesquisa auxiliou no esclarecimento de diversas questões sobre o movimento sindical do ABC paulista antes do novo sindicalismo, e formulou novas

questões que suscitam futuras pesquisas. A principal delas refere-se ao grau de participação de militantes da Ação Popular e de outros grupos de esquerda nas comissões de fábrica da região e na oposição sindical, questão que somente uma pesquisa mais aprofundada sobre a relação entre a AP e o movimento sindical durante a ditadura poderá explicar.

Em toda a nossa pesquisa, mantivemos nosso foco na gênese do novo sindicalismo. Durante o período em que pesquisávamos, a principal liderança deste movimento assumiu a Presidência da República. Repentinamente, as questões abordadas nesta pesquisa foram abordadas, quase sempre de forma superficial, por diversos telejornais e afins, e alguns dos personagens que entrevistamos tornaram-se figuras públicas não só na esfera política local, mas também passaram a ser apresentados como “velhos companheiros” do novo presidente. Mas tal jornalismo pouco ou nada contribuiu para o esclarecimento da gênese do novo sindicalismo e para a relevância desta gênese para as contradições vivenciadas na formação social brasileira hoje. O novo sindicalismo nasce do sindicalismo oficial, nasce como reformismo brando, é empurrado para a combatividade antiditatorial pela repressão (70) e pelos movimentos sociais (80), mas depois se acomoda **ainda aquém do reformismo original** na conjuntura neoliberal (90).



BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, M. H. T. "Sindicato no Brasil: Novos Problemas. Velhas Estruturas" in *Debate e Crítica* 6, julho, 1975.

ALMEIDA, M. H. T. *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

ALTHUSSER, L. *La Filosofía como Arma de la Revolución*, Córdoba, Cuadernos Pasado y Presente, 1972.

ANTUNES, R. *Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*, Editora Cortez, 1982.

_____. *A Rebelião do Trabalho: O Confronto Operário no ABC Paulista - As greves de 1978/80*, Campinas, Editora da Unicamp / São Paulo, Ensaio, 1988.

BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980)*, Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1991.

BOITO JR., A. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: Uma Análise Crítica da Estrutura Sindical*, Campinas, Editora da Unicamp/ São Paulo, Hucitec, 1991.

_____. *A Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Xamã, 1999.

_____. "Reforma e persistência da estrutura sindical" in *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

BRITO, J.C. A. *A Tomada da Ford: O Nascimento de um Sindicato Livre*, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1983.

CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*, São Paulo, DIFEL, 1984.

DELGADO, L. A. N. *O Comando Geral dos Trabalhadores (1961/64)*. Editora Veja.

ERICKSON, K. P. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

FARIA, H. J. B. *A Experiência Operária nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário: 1964-1978*; tese de Mestrado, PUC, São Paulo, 1986.

FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977.

FREDERICO, C. *Consciência Operária no Brasil*, São Paulo, Editora Ática, 1978.

_____. *A vanguarda operária*, São Paulo, Editora Símbolo, 1979.

_____. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a resistência a ditadura*, São Paulo, Novos Rumos, 1987.

_____. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a crise do milagre brasileiro*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

_____. *Esquerda e movimento operário, 1964/1984: a reconstrução*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

FREIRE, S. M. *Suportes ideológicos do corporativismo brasileiro*, Plural (Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia), 1^o semestre, São Paulo, 1994.

GORENDER, J. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, 4^a edição, São Paulo, Editora Ática, 1990.

GRAMSCI, A. / BORDIGA, A. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 2ª Edição, 1981.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2ª Edição, 1976.

_____. *Obras Escolhidas*, São Paulo, Martins Fontes, 1978.

HALL, Michael M. / PINHEIRO, Paulo S. – A Classe Operária no Brasil: documentos (1889 a 1930), Volume 1 – O Movimento Operário, Editora Alfa Omega, São Paulo, 1979.

HEALING, J. História dos sindicatos nos EUA: sua influência social, econômica e política, Rio de Janeiro, Editora Lidador, 1965.

HOBBSBAWN, E. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

KUPERMAN, E. “Da Cruz à Estrela: A Trajetória da Ação Popular Marxista-Leninista” in *Revista Espaço Acadêmico*, Ano III, nº25, junho de 2003.

LENINE, V. I. “Que Fazer” in *Obras Completas*, Lisboa/Moscou, editora Avante, Edições Progresso, 1977.

LIMA, H. / ARANTES, A. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*, 2ª edição, Alfa-Ômega, SP, 1984.

LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*, Porto, Publicações Escorpião, 1974.

MAGNANI, S. I. L. *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

- MARONI, A. A. *A Estratégia da Recusa*. SP, Brasiliense, 1982.
- MARTINET, Gilles. *Sete sindicalismos: Grã-Bretanha, República Federal Alemã, Suécia, Itália, França, Estados Unidos, Japão*. Publicações Europa-América, 1979.
- MARTINS, H.H.T.S. *Igreja e Movimento Operário no ABC:1954-1975*, São Paulo: Hucitec, São Caetano: Prefeitura de São Caetano, 1994.
- MILLS, C.W. *A nova classe média (White Collar)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- NEGRO, A. L. *Ford-Willys anos 60: sistema auto de dominação e metalúrgicos do ABC*. dissertação de mestrado: IFCH- UNICAMP, Campinas, SP, 1994.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*, Porto, Portucalense Editora, 1971.
- _____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- RAGO FILHO, A. “Os empreiteiros da tortura” in *Revista Fundação Santo André: memória e transformação*, Centro Universitário Fundação Santo André, v.1, n.1, Santo André, 2002.
- RAINHO, L. F. / BARGAS, O. M. *As Lutas Operárias e Sindicais dos Metalúrgicos em São Bernardo (1977/1979)*, I Volume, São Bernardo do Campo, Editora e Gráfica Fundo de Greve, 1982.
- RODRIGUES, L. M. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, SP, Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. *Trabalhadores e Sindicatos no Processo de Industrialização*, Tese de livre-docência, FFLCH - USP, 1972.

RUMIANTSEV, A. *La estructura de la clase obrera de los países capitalistas*, Praga, Paz y Socialismo, 1963.

SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970/80)*, RJ, Paz e Terra, 1988.

SAES, D. *Cidadania e Capitalismo (uma abordagem teórica)*, SP, Instituto de Estudos Avançados, abril/2000.

SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*, São Paulo, T.A. Queiroz, 1984.

SANDOVAL, S. *Os Trabalhadores Param: Greves e Mudança Social no Brasil (1945/1990)*, SP, Ática, 1994.

SOMBART, W. *Why is there no socialism in the United States?* Nova Iorque, M.E. Sharpe, 1976.

THIOLLENT, M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*, São Paulo, Editora Pólis, 1987.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, RJ, Paz e Terra, 1978.

_____. "Questões atuais sobre o sindicalismo" in *Escrita e Ensaio*, nº4, SP, 1978.

VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas: 1922-1974*, Editora Hucitec, São Paulo, 1982.

WEFFORT, F. C., "Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco - 1968" in *Caderno 5*. Cebrap, SP, 1972.

_____. *O Populismo na Política Brasileira*, RJ, Paz e Terra, 1980.

_____. *Sindicatos e Política*, Tese de Livre-Docência, USP, SP, 1972.

WRIGHT, E.O. *Classe, crise e o Estado*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981.